



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

IVAN JOSÉ SUSZEK

**ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS SEGURADOS DO PROGRAMA DE
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS EM CURSOS TÉCNICOS DO
IFRS CAMPUS ERECHIM**

PORTO ALEGRE

2023

IVAN JOSÉ SUSZEK

**ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS SEGURADOS DO PROGRAMA DE
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS EM CURSOS TÉCNICOS DO
IFRS CAMPUS ERECHIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Caminha de Castilhos França

**PORTO ALEGRE
2023**

S964	<p>Suszek, Ivan José Acesso, permanência e êxito dos segurados do Programa de Reabilitação Profissional do INSS em cursos técnicos do IFRS Campus Erechim / Ivan José Suszek – Porto Alegre, 2023. 162 f. : il., color.</p> <p>Orientadora: Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França</p> <p>Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2023.</p> <p>1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Permanência e êxito. 3. Mercado de trabalho. 4. Inclusão. I. França, Maria Cristina Caminha de Castilhos. II. Título.</p> <p>CDU: 37:004</p>
------	--

Elaborada por Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura - CRB10/2229

IVAN JOSÉ SUSZEK

**ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS SEGURADOS DO PROGRAMA DE
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS EM CURSOS TÉCNICOS DO IFRS
CAMPUS ERECHIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 14 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADOR,



Documento assinado digitalmente

MARIA CRISTINA CAMINHA DE CASTILHOS I

Data: 10/05/2023 12:03:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Caminha de Castilhos França

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS PORTO ALEGRE



Documento assinado digitalmente

IVAN CARLOS BAGNARA

Data: 10/05/2023 14:27:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivan Carlos Bagnara

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS ERECHIM



Documento assinado digitalmente

LUCILIA REGINA DE SOUZA MACHADO

Data: 12/05/2023 11:59:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Lucília Regina de Souza Machado

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS PORTO ALEGRE



Documento assinado digitalmente

RONY CLAUDIO DE OLIVEIRA FREITAS

Data: 12/05/2023 12:58:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rony Claudio de Oliveira Freitas

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS VITÓRIA

IVAN JOSÉ SUSZEK

**DIÁLOGO SOBRE OS CAMINHOS PARA ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO
DOS SEGURADOS DO INSS EM CURSOS TÉCNICOS DO IFRS**

PE apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 14 de abril de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
MARIA CRISTINA CAMINHA DE CASTILHOS I
Data: 13/05/2023 15:07:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Caminha de Castilhos França
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS PORTO ALEGRE

Documento assinado digitalmente
IVAN CARLOS BAGNARA
Data: 10/05/2023 14:28:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivan Carlos Bagnara

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS ERECHIM

Documento assinado digitalmente
LUCILIA REGINA DE SOUZA MACHADO
Data: 12/05/2023 11:54:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Lucília Regina de Souza Machado
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS PORTO ALEGRE

Documento assinado digitalmente
RONY CLAUDIO DE OLIVEIRA FREITAS
Data: 12/05/2023 13:00:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rony Claudio de Oliveira Freitas

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS VITÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos os cidadãos brasileiros que atuam diariamente em busca da emancipação social, preservando a democracia e buscando, por meio do trabalho e da educação, ser resistência para a efetivação da cidadania.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha esposa, Elisandra, pelo apoio e compreensão durante este período em que me dediquei ao objetivo da qualificação profissional.

Agradeço ao meu filho, Miguel, que, por muitas vezes, precisou brincar sozinho enquanto eu me dedicava aos estudos.

Agradeço aos meus pais, Sérgio (*in memoriam*) e Tereza, que sempre me incentivaram a estudar apesar das dificuldades enfrentadas.

Agradeço à minha orientadora Maria Cristina, que nunca mediu esforços para me auxiliar e direcionar ao caminho da educação emancipadora.

Estendo os agradecimentos aos professores Ivan Bagnara, Lucília Machado e Rony Freitas que fizeram considerações importantíssimas para a produção desta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer, ainda, a Deus, por me proporcionar um caminho especial e, por meio da educação, agregar conhecimentos, fazer amigos e proporcionar uma pesquisa que visa a auxiliar outras pessoas em busca da autonomia e da liberdade.

É preciso romper com a educação como mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado (ADORNO, 2022).

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica teve um grande avanço a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2008. Ainda há, no entanto, muito a estudar-se para melhorar os processos de acesso, permanência e êxito dos estudantes que incorporam o dia a dia destas instituições. Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória com relação aos objetivos. Os procedimentos foram ao encontro de uma pesquisa interpretativa e contam com a complementaridade de dados quantitativos disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha e na Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRS Campus Erechim. Nesse sentido, o objeto de estudo tratou sobre acesso, permanência e êxito dos discentes que ingressam via processo seletivo regular e estão vinculados ao programa de reabilitação profissional demandado pelo INSS. Estes estudantes buscam os cursos técnicos subsequentes de nível médio do IFRS Campus Erechim, sob direcionamento do próprio INSS. Deste modo, buscou-se saber sobre o desempenho e quais as perspectivas que levam à retenção e/ou evasão dos referidos discentes. Este estudo foi desenvolvido com um olhar sobre esse trabalhador incapacitado para a atividade anterior e suas condições e aspectos específicos, tendo em vista que a readaptação profissional visa à reinserção no mercado de trabalho. Assim, buscou-se estabelecer estratégias organizacionais para acesso, permanência e êxito destes discentes, possibilitando, também, que, neste programa de reabilitação, aliado à educação profissional, haja a possibilidade de um olhar diferente sob os aspectos do mundo do trabalho. Nesta direção, reafirma-se a missão institucional de proporcionar uma formação integral com vistas a uma emancipação humana, apoiada nos referenciais da ciência, cultura, tecnologia e trabalho que são elementos do Programa de Mestrado Profissional e Tecnológico (ProfEPT). Este trabalho visou, ainda, à aplicabilidade dos conhecimentos gerados por meio do desenvolvimento de um produto educacional que mostra alternativas institucionais para melhor atender aos discentes em reabilitação profissional do INSS, com o intuito do acesso, permanência e êxito nos cursos técnicos subsequentes do referido Instituto. Como resultado da pesquisa, destaca-se a falta de comunicação entre os entes federativos, resultando na precária identificação dos segurados do INSS, dificultando, assim, a utilização de estratégias institucionais, principalmente por meio da assistência estudantil e do NAPNE. Nesse sentido, foi possível, mediante a pesquisa, observar elementos em desacordo com a perspectiva emancipatória em educação e estabelecer estratégias para minimizar as dificuldades enfrentadas.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; acesso, permanência e êxito; Programa de Reabilitação Profissional do INSS; IFRS Campus Erechim.

ABSTRACT

Professional and Technological Education had a great advance since Federal Institutes of Education, Science and Technology creation in 2008. However, there is much to be studied in order to improve processes of access, permanence and success of students who are part of the daily activities of these institutions. This research was developed through a qualitative approach, in an applied and exploratory way in relation to the objectives. The procedures were related to an interpretative research and rely on the complementarity of quantitative data available on Nilo Peçanha's Platform and on IFRS Erechim Campus Coordination of Academic Records. In this regard, the object of study dealt with access, permanence and success of students who enter via regular selection process and are linked to the professional rehabilitation program demanded by the INSS. These students seek the subsequent secondary technical courses at IFRS Erechim Campus, under INSS direction. Therefore, we sought to find out about the performance and what perspectives lead to the retention and/or dropout of these students. This study was developed concerned about this worker who was incapacitated for the previous activity and its conditions and specific aspects, considering that professional rehabilitation aims at reinsertion in the labor market. Thus, we sought to establish organizational strategies for access, permanence and success of these students, also allowing that, in this rehabilitation program, combined with professional education, there is the possibility of a different look at aspects of the world of work. In this way, the institutional mission is reaffirmed to provide integral formation aiming at human emancipation, supported by the principles of science, culture, technology and work which are Professional and Technological Master Program (ProfEPT) elements. This work also aimed at the applicability of the knowledge generated through the development of an educational product that shows institutional alternatives to better serve students in INSS professional rehabilitation, with the intention of access, permanence and success in subsequent technical courses of the aforementioned Institute. As a research result, the lack of communication between federative entities stands out, resulting in the precarious identification of INSS insured persons, thus hindering the use of institutional strategies, mainly through student assistance and NAPNE. In this sense, it was possible, through the research, to observe elements in disagreement with the emancipatory perspective in education and establish strategies to minimize the difficulties faced.

Keywords: professional and technological education; access, permanence and success; INSS Professional Rehabilitation Program; IFRS Campus in Erechim.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas em relação ao PRP	38
Quadro 2 – Fatores que interferem na evasão escolar	75
Quadro 3 – Fatores de permanência e êxito	86
Quadro 4 – Segmentação e estratégias para acesso, permanência e êxito	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Contribuição do PE	103
Gráfico 2 – Estética e aspecto visual do PE	103
Gráfico 3 – Entendimento do PE	104
Gráfico 4 – Encadeamento de ideias do PE	105
Gráfico 5 – O PE é fundamental?	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APL	Avaliação do Potencial Laborativo
APNPs	Atividades Pedagógicas Não Presenciais
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
Cefet	Centros Federais de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIAAPEE	Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Covid-19	Doença Coronavírus 2019
CRA	Coordenação de Registros Acadêmicos
CTA	Centro Tecnológico de Acessibilidade
Dirben	Diretoria de Benefícios do INSS
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação

MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
Napne	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEPGS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade
Numem	Núcleo de Memória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Política de Assistência Estudantil
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Produto Educacional
Pepe	Plano Estratégico de Permanência e Êxito
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Proppi	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PRP	Programa de Reabilitação Profissional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RFEPCT	Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia
RP	Reabilitação Profissional
SAE	Setor de Assistência Estudantil
Sars-COV-2	Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Setec-MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
RS	Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: LOCUS DA PESQUISA	25
2.1	O IFRS Campus Erechim: história e funcionamento	25
2.1.1	O IFRS em meio à pandemia da Covid-19	28
2.1.2	Inclusão, acesso, permanência e êxito: marcos legais que norteiam o IFRS	30
2.2	O INSS e o Programa de Reabilitação Profissional (PRP)	34
2.2.1	Pesquisas recentes sobre o PRP	37
3	REFERENCIAL TEÓRICO	44
3.1	Trabalho e educação: uma relação para a transformação	44
3.2	Movimento inclusivo e educação	53
3.2.1	Inclusão na rede federal	55
3.3	Acesso, permanência e êxito	59
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS	66
5	ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	70
5.1	Recordações da trajetória do segurado estudante	70
5.2	Processo de opção e ingresso no curso: o acesso	77
5.3	A emancipação do sujeito segurado-estudante: permanência, êxito e reabilitação profissional	83
5.4	A inclusão e o mundo do trabalho para os discentes em PRP	92
6	PRODUTO EDUCACIONAL (PE)	99
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL (PE)	123
	APÊNDICE B – ROTEIROS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	148
	APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE)	154
	ANEXO A – CERTIFICADO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	156
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	157
	ANEXO C – APROVAÇÃO DO CEP	159

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, conforme pode ser observado na história da educação profissional, a dualidade estrutural é revelada considerando que os filhos das elites estão sendo privilegiados com o acesso a uma educação voltada ao desenvolvimento intelectual e propedêutico, enquanto os filhos dos mais pobres possuem acesso a uma educação com o objetivo de desenvolver mão de obra para o trabalho.

Se olharmos para a história da educação, Moura (2007) destaca que a educação profissional foi concebida com base em uma perspectiva assistencialista, com foco no objetivo de amparar os órfãos e desvalidos da sorte. Com esta intenção, Nilo Peçanha criou, em 1909, a Escola de Aprendizes e Artífices para ensinar um ofício voltado ao meio industrial custeado pelo Estado brasileiro.

Apesar de nos últimos anos haver indícios de avanço, objetivando melhorar a sociedade em direção a uma educação crítica, intelectual e emancipadora, observa-se a necessidade de correção de caminhos, de maior democratização nos processos de acesso e de estratégias com foco na permanência e no êxito dos estudantes.

Após muitos embates sobre a necessidade de equidade para o acesso aos bens sociais e, nessa esteira, incluem-se os debates com profissionais da educação, o governo federal deu início a uma nova fase da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 (BRASIL, 2008), pela qual criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com vistas à sua expansão em âmbito federal. O início desta nova fase representa muito para a educação profissional, uma data que inaugura um passo ao êxito por meio de uma educação mais humana e integral para a nossa sociedade brasileira.

A expansão da Rede Federal¹

¹ Segundo o portal do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), a rede teve sua origem em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de aprendizes artífices que, mais tarde, dariam origem às escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). As instituições têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores do campo e da cidade; viabilizam o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica. Moderna, conectada e interativa, a Rede investe na internacionalização da educação profissional. Parcerias firmadas com instituições de ensino de mais de 30 países abriram oportunidades de mobilidade e intercâmbio científico e acadêmico, proporcionando novas experiências a estudantes e servidores, além de participar ativamente de projetos de cooperação técnica que promovem o fortalecimento institucional e o compartilhamento de boas práticas. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif>. Acesso em: 22 jul. 2021.

[...] está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II; considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 669 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2020).

Desta forma, esse projeto de reestruturação educacional, que teve como um dos objetivos expressos combater a dualidade estrutural, foi sendo incorporado sob os pilares do trabalho como princípio educativo, da ciência no sentido de produção do conhecimento, da tecnologia com o estudo das diferentes técnicas e da cultura como processo histórico de aprendizado.

O projeto de criação dos IFs prevê a questão do suporte estudantil e, conforme Brasil (2016), a assistência estudantil garante a permanência acadêmica de estudantes de baixa renda nas universidades e institutos federais. Este processo está disposto no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que permite ao estudante a melhoria do desempenho acadêmico e a igualdade de oportunidades ao oferecer assistência à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Um dos objetivos do PNAES², de acordo com o Ministério da Educação (MEC) “é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” (BRASIL, 2010). Cabe destacar que as ações do PNAES são executadas pela própria instituição de ensino, que acompanha e avalia o desenvolvimento do programa.

Nesse sentido, as instituições federais de ensino profissional, técnico e tecnológico vêm trabalhando para efetivar as políticas de acesso, permanência e êxito coerentes com cada realidade local, posto que, hoje, os números mostram a grande dificuldade de combater esse cenário que afeta todas as instituições.

Segundo Arroyo (2000, p. 34), “o fracasso escolar é uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas”. Nesse cenário encontra-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), integrante de uma política pública para combater as desigualdades sociais, ou seja, buscar diminuir o fracasso social.

² PNAES – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 24 fev. 2023.

Uma das grandes dificuldades das instituições federais é administrar a permanência e êxito em meio a tantos outros problemas do dia a dia das instituições. Assim, a evasão tem um duplo sentido quando se fala em instituição pública, pois, além do investimento aplicado, há o que pese sobre a possibilidade de transformação social que a educação pode suscitar.

O IFRS/Campus Erechim desenvolve as suas atividades com o objetivo de formação de estudantes em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), e a verticalização do ensino³ está inserida no modelo de instituição que lida com diferentes níveis de ensino e que tem o corpo docente atuando em todos, ou em sua maioria, como preconiza a Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Foi ao desenvolvimento dos cursos técnicos de nível médio, todavia, que o Campus dedicou o início de suas atividades. Atualmente, com 14 anos passados de sua inauguração, esta modalidade de ensino ainda enfrenta considerável índice de evasão, como expõe a Plataforma Nilo Peçanha (PNP)⁴.

Contribuindo ao contexto desta pesquisa, os números da PNP apontam uma evasão média dos cursos técnicos subsequentes na faixa de 20%, e alguns cursos chegam a 33% de evasão. Esses números revelam que a cada três discentes que ingressam, em vários casos, um chega a desistir, cabendo a nós, pesquisadores, identificar quais as causas desta evasão e quais as estratégias institucionais para combater esses números elevados da evasão escolar.

Com o intuito de desenvolver práticas que objetivam além do acesso, a permanência e o êxito, e em consonância com o propósito de sua criação, o IFRS criou, no ano de 2018, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito (Pepe).

Nesse contexto, a partir dos diagnósticos quantitativo e qualitativo por Campus e por curso, o IFRS instituiu a Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIAAPEE) com grupos de trabalho em cada Campus, com o objetivo de propor medidas para superar a evasão e a retenção/reprovação dos estudantes.

³ A verticalização do ensino é compreendida, no IFRS, como oferta de cursos de mesma área em diferentes níveis, o que possibilita, ao discente, fazer um percurso formativo na mesma instituição. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_MARGA_RETE-DE-QUEVEDO.pdf. Acesso em: 4 fev. 2023.

⁴ Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Foi por meio da participação na Comissão, a partir de 2021, e atuando no setor de Assistência Estudantil do IFRS Campus Erechim como técnico-administrativo, que este pesquisador teve conhecimento das dificuldades dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional (PRP) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tem por finalidade a reinserção do cidadão ao mercado de trabalho em função compatível com a limitação funcional⁵ de cada segurado.

Salientamos a importância das políticas públicas, considerando que a trajetória escolar deste pesquisador foi pública e o curso superior em Administração foi cursado com bolsa de estudos promovida pelo governo federal, por meio do Programa Universidade para Todos – ProUni, com destaque, também, no ano de 2010, ingressei como assistente em administração no IFRS Campus Erechim. No Campus foram exercidas, ainda, funções administrativas e, por um período de oito anos, a função de diretor de Administração e Planejamento, na qual foram obtidos conhecimento sobre o funcionamento e a estrutura da instituição.

Atrelando à formação deste pesquisador ao assunto da pesquisa, enfatizamos a atuação como defensor das políticas públicas, buscando adequar o funcionamento administrativo com a finalidade pública de ofertar uma educação gratuita e de qualidade, desenvolvendo as atividades para que o discente tivesse vez e voz no interior da instituição.

Ao iniciar a atuação na Assistência Estudantil no ano de 2020, percebemos que o conhecimento sobre os discentes com vínculo ao INSS era muito vago; partia de informações dos professores sobre as dificuldades apresentadas por estes discentes. Nesse sentido, é importante frisar que a instituição desconhecia a existência deste discente nestas condições e/ou, então, que possuía qualquer vínculo comunicacional com o INSS.

⁵ Limitação funcional - refere-se às anormalidades nos órgãos, sistemas e nas estruturas do corpo; incapacidade caracteriza as consequências da deficiência do ponto de vista funcional, ou seja, na realização das atividades; desvantagem, refere-se à adaptação do indivíduo ao meio ambiente. A incapacidade é resultante da interação entre a disfunção apresentada pelo indivíduo, a limitação de suas atividades e participação social associadas aos fatores ambientais, que podem atuar como barreiras ou facilitadores para o desempenho dessas atividades e participação. Disponível em: http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2018/06/ManualProcedimentosT%C3%A9cnicosReabilita%C3%A7%C3%A3oProfissional_II_orteses.pdf Acesso em: 24 abr. 2023.

Em relação às dificuldades apresentadas pelos discentes, os relatos eram de que eles não conseguiam acompanhar o desenvolvimento regular da turma, além da dificuldade de compreensão e, até mesmo, limitações funcionais para a realização das atividades. Aliado a isso, os professores comentavam que a formação destes discentes, anterior ao ingresso no IFRS, era via Educação de Jovens e Adultos (EJA), e que estavam afastados a tempos das salas de aula, o que representava um conhecimento muito superficial sobre os currículos formativos, necessitando uma atenção muito maior. Mesmo assim, as dificuldades em progredir continuavam.

Posto isso, a temática despertou o interesse por realizar um estudo a respeito, alinhado com o conhecimento teórico proporcionado pela linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT⁶. De acordo com o propósito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT),

Esta linha de pesquisa trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que, ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos (IFES, 2023).

É justamente a lembrança do trabalhador, que possui vínculo com o INSS e uma relação estreita do trabalho com a educação, e sua trajetória de vida, que são analisadas nesta pesquisa, pois, por algum motivo particular, esse cidadão necessitou afastar-se da vida laboral e voltar ao ambiente de ensino para se readaptar e tornar a desempenhar outras funções, estas compatíveis com sua limitação. Por meio deste estudo, busca-se a organização dos espaços pedagógicos juntamente com as práticas de ensino e a inclusão, como fator preponderante de pesquisa.

Com base nesses fatos e com a experiência da professora e orientadora Maria Cristina, que atuou na Pró-Reitoria de Ensino do IFRS e participou da construção do Pepe, além de coordenar o grupo de pesquisa Cultura, Identidade e Trabalho que abriga pesquisas sobre o tema, é que nos dedicamos ao assunto em prol desta investigação.

⁶ Organização e Memória de Espaços Pedagógicos na EPT. Disponível em: <https://profepit.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Consideremos esta temática de grande valia e perfeitamente atrelada aos princípios deste programa de qualificação profissional, posto que a relação trabalho e educação é diretamente ligada ao Mestrado em questão, e a preocupação do acesso, permanência e êxito destes discentes é uma missão institucional. Acompanhar estes discentes é oportunizar uma melhoria social a quem mais precisa, e, nesse caso em específico, é fomentar a inclusão não somente pelo retorno ao trabalho, mas incluir alguém especial, com as marcas geradas pelo trabalho e pelo desgaste físico-mental, exacerbada pela produção em massa adotada pelo sistema capitalista.

Esta pesquisa dialoga sobre as condições que contribuem para o acesso, a permanência e o êxito dos discentes dos cursos técnicos subsequentes do IFRS/Campus Erechim que possuem vínculo com o PRP do INSS. O objetivo deste trabalho é desenvolver ações institucionais que contribuam para o acesso, a permanência e o êxito desses discentes.

Para isso, identificamos os discentes ingressos nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim entre os anos de 2017 e 2020, vinculados ao PRP do INSS, e compreendemos seu contexto da vida sob as diferentes dimensões das experiências, desde a origem familiar, escolarização, fatos importantes que influenciaram a sua trajetória, trabalho e, por fim, comprometimento da sua saúde que o levou ao PRP.

Esses dados, analisados à luz das teorias, forneceram subsídios para indicar possibilidades de ações institucionais para o auxílio à permanência e êxito dos estudantes. Identificamos os elementos em desacordo com a perspectiva emancipatória em educação e sugerimos estratégias para minimizar as causas e os efeitos possíveis de retenção e possibilidades de evasão dos estudantes encaminhados para reabilitação pelo INSS, e, concomitantemente, desenvolvemos um Produto Educacional (PE) com estratégias institucionais para o acesso, a permanência e o êxito dos discentes vinculados ao INSS.

Com o exposto, nossa pesquisa buscou desvelar: **Quais são as ações institucionais possíveis para sanar os elementos em desacordo com a perspectiva emancipatória em educação e proporcionar condições de permanência e êxito dos discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com o viés de reabilitação profissional exigida pelo INSS?**

Somado a isto, buscamos contextualizar os entes federativos, IFRS e INSS, identificar os discentes do PRP compreendidos no período entre 2017 e 2020, verificar os subsídios que o IFRS possui para permanência e êxito, compreender as dificuldades que levam à retenção e à evasão dos discentes em PRP, contextualizar o acesso, a permanência, o êxito e a inclusão social, além de propor um produto educacional expondo estratégias institucionais para o acesso, permanência êxito dos discentes em PRP.

Para fundamentar este trabalho e responder à questão proposta, tomamos como pressupostos metodológicos a pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e exploratória quanto aos objetivos, e abordamos os discentes mediante questionário e entrevista semiestruturada abordando os contextos das suas histórias de vida vinculados à educação e ao trabalho.

Assim para responder à questão de pesquisa proposta, organizamos esta dissertação em sete capítulos. No primeiro capítulo trazemos esta introdução, buscando interligar a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Reabilitação Profissional (RP) com vistas à compreensão do objetivo e da justificativa desta pesquisa. Neste capítulo também realizamos uma retomada da história do IFRS Campus Erechim, instituição na qual o estudo foi realizado.

O segundo capítulo é o ponto de encontro entre INSS e IFRS, duas instituições federais com propósitos sociais diferentes (seguridade social e educação, respectivamente), que, no entanto, associam-se para alcançar objetivos complementares: readaptação e qualificação profissional. Inicialmente apresentamos o IFRS e a sua concepção educacional, considerando o impacto da pandemia da Covid-19⁷ e as implicações para o desenvolvimento do trabalho de campo. Apresentamos, também, as políticas ligadas aos fatores da pesquisa, tais como acesso, permanência, êxito e inclusão social, além dos documentos norteadores da instituição.

Na sequência abordamos o INSS e a legislação que ampara este programa. Para melhor embasar a pesquisa, buscamos um levantamento de trabalhos científicos

⁷ Sars-COV-2 ou Covid-19 – É uma cepa viral descoberta na China. A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo Coronavírus Sars-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar e olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 4 jun. 2022.

em relação ao PRP, a fim de compreender em que circunstâncias os estudos foram desenvolvidos e se foram pesquisados em outros IFs. Foram encontrados oito trabalhos que trataram sobre o programa, todavia nenhum deles aborda os IFs, e estão centrados nas seguintes abordagens: precarização do mundo do trabalho, retorno ao mercado de trabalho, transformações no PRP e as percepções sobre a formação profissional.

O PRP objetiva a reabilitação do trabalhador, considerando a particularidade que levou a sua saúde à incapacidade de permanecer atuando na atividade laboral específica. A RP almejada pelo INSS a esses trabalhadores é a realocação destes no mercado de trabalho, conforme proposto pela Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991). Consideramos como um fator-alvo desta investigação obter dados sobre as condições das atividades anteriores como trabalhador e seus percursos escolares, buscando conhecer esses discentes e analisar as condições de acesso, permanência e êxito a partir do encaminhamento por parte do INSS.

Em uma perspectiva preliminar, podemos observar que o enfoque do trabalho levou à necessidade/obrigatoriedade de estes discentes retornarem ao meio educacional para não somente continuarem com o benefício, mas para serem alocados a outras funções compatíveis com as limitações de cada indivíduo. Justamente essa obrigatoriedade em adquirir novos conhecimentos, aliada à permanência e êxito, é fator preponderante de estudo, posto que há disponibilidade e incentivo para a educação e, mesmo assim, há dificuldades de avançar nos estudos.

De antemão percebemos que o enfoque da legislação do INSS pela Lei nº 8.213/91 não está próxima da proposta de educação profissional dos IFs, abrindo caminho para uma discussão a respeito do mundo do trabalho.

No terceiro capítulo apresentamos o referencial teórico sobre os temas envolvidos, buscando interagir, principalmente, no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito, além da relação trabalho e educação e o fator de inclusão sob a ótica das instituições envolvidas.

No quarto capítulo é abordada a metodologia empregada na pesquisa, cuja abordagem é qualitativa, de natureza aplicada e exploratória com relação aos objetivos. Como procedimento técnico utilizamos a aplicação de questionários com discentes vinculados ao PRP e aos setores de ensino do IFRS, além da coordenação do PRP Região de Passo Fundo/RS, a qual abrange a cidade de Erechim/RS. Foram

realizadas entrevistas semiestruturadas com discentes ligados ao PRP na condição de regulares e evadidos.

Para melhor identificar e preservar a identidade dos interlocutores foram utilizados nomes aleatórios aos participantes da pesquisa. Esta mesma definição segue, posteriormente, no PE.

Partindo para o quinto capítulo, é feita a análise interpretativa a partir das narrativas memoriais, observando-se, prioritariamente, a relação trabalho e educação sob a perspectiva do acesso, permanência e êxito.

Na análise dos dados descrevemos trechos das entrevistas realizadas verificadas de acordo com o conhecimento teórico em relação aos dados produzidos.

Percebemos, no discurso dos discentes, materializado nas entrevistas e questionários, que as instituições INSS e IFRS, com finalidades sociais de amparo por meio da seguridade e da educação, não dialogam sobre os “clientes”⁸ e/ou discentes, e, assim, não há interação institucional para que haja um acompanhamento efetivo e adequado a estes discentes por parte de ambas as instituições.

De um lado há o encaminhamento por parte do INSS, de maneira obrigatória, para cursar a profissionalização técnica, com o objetivo de reabilitar para trabalhar em outra atividade, e, de outro, há uma instituição educacional pública, gratuita e de qualidade, que possui diferenciais e suporte para uma formação adequada. A falta de comunicação e os descaminhos gerados no processo, todavia, fazem com que não ocorra uma troca de informações que possibilite uma atenção especial a este grupo de discentes, com características particulares e, acima de tudo, com restrições laborais, restringindo não somente as condições de acesso e permanência no trabalho, mas também a permanência e o êxito no ambiente educacional.

Os segurados em questão possuem uma limitação educacional reprimida ao longo da vida, com uma formação em período mais tardio, advinda pela modalidade de supletivo, na maioria das vezes pela EJA.

Esses discentes ficaram afastados das salas de aulas por vários anos. Vêm de uma origem familiar de capital cultural reduzido e, ao adentrarem no IFRS, enfrentam

⁸ Clientes – definição utilizada aos segurados do INSS por meio do manual técnico de procedimentos da área de reabilitação profissional. Disponível em: <https://www.alexandretriches.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Manual-de-Reabilita%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

adversidades em várias disciplinas, além da dificuldade de relacionamento social e institucional, dificultado pelo percurso do trabalho e da vida.

No sexto capítulo é abordado o PE, que consiste em uma interação da pesquisa com o público-alvo, neste caso os discentes em PRP, a fim de minimizar as dificuldades em relação ao acesso, permanência e êxito. Como ferramenta para expor estas estratégias utilizamos a História em Quadrinhos (HQ), por ser um formato mais lúdico e passar as informações de maneira visual.

Para finalizar, o sétimo capítulo aborda as conclusões obtidas por intermédio da pesquisa e de que maneira o IFRS Campus Erechim pode melhor atender os discentes com vínculo ao PRP. Essa análise faz referência à relação entre trabalho e educação, pois o estreito vínculo impacta diretamente os discentes em PRP, que necessitam de respostas imediatas para que sejam incluídos não só na instituição de ensino, mas no mundo do trabalho também.

Esta investigação está inserida na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos, porém dialoga, ainda, com a linha de pesquisa Práticas de Ensino, quando enfatizamos sobre a inclusão das pessoas com deficiências, fator de grande importância neste estudo devido às limitações funcionais dos segurados do INSS. A história e as lembranças narradas pelos discentes são fundamentais para resgatar os acontecimentos e abrir caminhos para que eles reinterpretem o presente. O estudo volta-se para a emancipação social dos sujeitos, e visa a contribuir para o combate às desigualdades sociais e valorizar as diversidades, além da busca constante da valorização do direito à educação e ao trabalho.

Durante a pesquisa encontramos dificuldade em localizar trabalhos acadêmicos que abordassem acesso, permanência e êxito de discentes em reabilitação profissional do INSS em cursos técnicos de nível subsequente. Observamos que os trabalhos já publicados tratam do PRP, em sua maioria, de cursos de curta duração, considerados curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), para os quais não há necessidade de conclusão do Ensino Médio. Contribuímos, desta forma, para a construção de um arquivo sobre o assunto em âmbito pós-médio, refletindo sobre o papel da educação profissional na formação dos cidadãos vinculados a este programa, o que contribuirá para futuras pesquisas.

2 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: LOCUS DA PESQUISA

No contexto desta pesquisa há a interação entre o IFRS e o INSS, ambas autarquias públicas que possuem um viés social: uma no ramo da educação e a outra na seguridade social.

Esta pesquisa possui autorização das duas instituições a fim de desenvolver estratégias para acesso, permanência e êxito dos discentes do IFRS Campus Erechim com vínculo ao PRP do INSS região de Passo Fundo/RS, da qual o município de Erechim faz parte.

Cabe destacar que não há uma parceria formal entre as instituições no que diz respeito ao PRP dos segurados do INSS nos cursos de nível subsequente do IFRS Campus Erechim.

2.1 O IFRS Campus Erechim: história e funcionamento

A pesquisa está sendo realizada no IFRS Campus Erechim, uma das unidades do IFRS. Este é composto por 17 *campi* localizados em diferentes regiões do Estado, proporcionando ensino público com a explícita intenção de interiorização do acesso aos níveis de ensino básico e superior.

O IFRS Campus Erechim iniciou sua história no ano de 2006, quando foi criada a Escola Técnica Federal do Alto Uruguai como parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 28 de novembro de 2007, pela Lei Municipal nº 4.238, a Prefeitura de Erechim-RS doou ao poder público federal o terreno e os prédios localizados no Bairro Três Vendas, onde, até então, funcionavam as Secretarias Municipais de Educação e de Cidadania. Em 9 de junho de 2008 foram iniciadas as obras de reforma e adaptação dos prédios para a efetiva instalação da escola.

Quando foi sancionada a Lei nº 11.892, em 2008 (BRASIL, 2008), a instituição passou à condição de Campus do IFRS. Em abril de 2009 foi realizado concurso público visando à nomeação de professores e técnicos administrativos, e, também, o primeiro processo seletivo discente. O IFRS Campus Erechim iniciou efetivamente suas atividades em novembro de 2009, tendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 126, de 29 de janeiro de 2010.

O início das atividades do IFRS Campus Erechim foi marcado pela oferta de cursos técnicos subsequentes, sendo eles: Agroindústria, Mecânica, Vendas e Vestuário. No decorrer dos anos o Campus foi ampliando os níveis de ensino e etapas correspondentes, e, atualmente, dispõe de cursos desde o nível médio integrado até a Pós-Graduação. Os cursos técnicos de nível médio subsequente que abrangem esta pesquisa são: Logística, Finanças, Alimentos, Mecânica, Modelagem do Vestuário e Produção de Moda. Todos os cursos subsequentes são desenvolvidos no período noturno.

O ingresso nos cursos do IFRS ocorre via processo seletivo próprio e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No Campus Erechim há um processo de ingresso no verão e no inverno, posto que na metade do ano as vagas são somente para os cursos subsequentes de nível médio. Esse processo seletivo reserva uma parte das vagas para quem faz a prova de seleção e a outra parte para quem obteve a classificação pelo Enem de acordo com a definição de cada campus.

O processo de ingresso segue a política de reserva de vagas, também conhecida popularmente como política de “cotas” institucionais, e é dividido em chamadas, em que é publicada a listagem dos discentes selecionados para apresentação da documentação e efetivação da matrícula. Quando sobram vagas uma nova lista é publicada, e assim sucessivamente, até completar o quadro de vagas ou esgotarem-se os inscritos. Durante a pandemia da Covid-19 a instituição realizou o ingresso via sorteio público e Enem. Esse processo deu-se em virtude da doença, uma vez que o IFRS adotou o distanciamento social, medida importante para evitar o contágio da população, em especial antes do processo de vacinação.

No que diz respeito ao sorteio público, há divergências, pois esta seria uma maneira mais inclusiva da população que mais necessita de educação pública, posto que os atuais exames de seleção proporcionam condições somente aos que tiveram uma educação mais ampla, favorecendo a dualidade estrutural.

O processo seletivo de ingresso é norteado por edital, no qual consta o número de vagas e a sua distribuição de acordo com a política de cotas, que possui o gerenciamento pela Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012). Esta divisão ocorre conforme os percentuais definidos pela Lei, e cabe a cada discente, na hora de efetuar a inscrição, analisar em qual opção deseja se candidatar.

Destaca-se que para o ingresso nas vagas de cotista há a necessidade de comprovação documental e/ou avaliação pela banca de heteroidentificação⁹, que é designada para, durante o processo seletivo de ingresso, avaliar as condições nas quais o inscrito está se candidatando.

Neste formato de ingresso os/as discentes que possuem vínculo ao PRP do INSS ingressam via prova de seleção e disputam as vagas conforme a inscrição efetuada. Durante a pesquisa foi analisado sob qual condição os beneficiários¹⁰ do INSS se inscrevem para que seja possível efetuar considerações a respeito do tipo de ingresso nos cursos do IFRS.

Ao ingressar os discentes têm como apoio institucional o Setor de Assistência Estudantil. O IFRS Campus Erechim dispõe deste setor, que é composto, atualmente, de uma pedagoga, uma assistente social, uma enfermeira, uma psicóloga, um assistente de alunos e um assistente em administração. O trabalho desenvolvido pelo setor busca atender à Política de Assistência Estudantil (PAE)¹¹, sendo um trabalho contínuo e integrado com a gestão do ensino.

Além da assistência estudantil, o IFRS Campus Erechim possui núcleos institucionais, tais como Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Memória (Numem). Esses núcleos servem de suporte aos discentes que se enquadram nas especificidades de cada núcleo. Os núcleos também estão em constante aperfeiçoamento e trabalham em conjunto com os outros setores da instituição a fim de melhorar as condições de formação profissional e adaptações dos espaços físicos para melhor atender ao público.

⁹ Heteroidentificação – é um método de identificação étnico-racial de um indivíduo (fenótipo) a partir da percepção social de outra pessoa, utilizado no processo seletivo de ingresso do IFRS. Disponível em: <https://ingresso.ifrs.edu.br/2021/perguntas/o-que-e-heteroidentificacao-e-como-vao-funcionar-as-comissoes-de-heteroidentificacao-neste-processo-seletivo/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

¹⁰ Beneficiários – Conforme o Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional, é a definição dada aos segurados do INSS afastados de suas atividades laborais que recebem auxílio financeiro durante o período de afastamento. Disponível em: https://www.alexandretriches.com.br/wp-content/uploads/2017/11/PAP_Manual-t%C3%A9cnico-de-procedimentos-da-%C3%A1rea-de-reabilita%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

¹¹ Política de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/ANEXO-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

2.1.1 O IFRS em meio à pandemia da Covid-19

No ano de 2020 o IFRS, inicialmente, decidiu suspender as atividades letivas conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o distanciamento social. Com o agravamento da pandemia Covid-19, porém, tendo em vista a inexistência de uma possibilidade de retornos a ambientes de convívio, a instituição ofertou, de modo optativo, as Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs)¹², que são regulamentadas pela Resolução nº 38 de 21 de agosto de 2020 do Conselho Superior do IFRS:

1º. As atividades pedagógicas não presenciais serão estritamente por meios digitais, não devendo implicar em nenhum deslocamento físico ou presencial, com objetivo de garantir o distanciamento social que visa proteger a vida e a saúde de integrantes da comunidade acadêmica e de seus familiares.

2º. As atividades previstas no caput ocorrerão com foco no apoio emocional e cognitivo aos estudantes e por intermédio de meios que garantam acesso e permanência para todos os estudantes do IFRS que optarem por participar das atividades pedagógicas não presenciais.

3º. As atividades pedagógicas não presenciais deverão ser inclusivas e considerar as vulnerabilidades dos estudantes, de modo a evitar o aprofundamento das desigualdades, a paralisia institucional e a inércia educacional diante da conjuntura da pandemia (IFRS, 2020a).

Para preservar a saúde da comunidade acadêmica, o IFRS decidiu não entregar materiais físicos, como livros e apostilas nos *campi*. Assim, os processos de ensino e de aprendizagem na modalidade remota tiveram como apoio o *Moodle*, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Com o objetivo de possibilitar aos estudantes acesso à internet e a equipamentos tecnológicos para acompanhar as APNPs, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem, o IFRS publicou editais de auxílio à inclusão digital que se constituíam no acesso à internet e no empréstimo de equipamentos para acompanhar as aulas no formato remoto. Os critérios de seleção dos estudantes beneficiados condiziam com a situação socioeconômica familiar.

¹² APNPs – Atividades Pedagógicas Não Presenciais – equivalentes a componentes curriculares (disciplinas) e poderão ser computadas na carga horária dos cursos (ou seja, os estudantes que concluírem com êxito poderão aproveitar esses componentes, integralizando-os em seus históricos). O calendário acadêmico, no entanto, permanece suspenso. É como se o semestre 2020/1 tivesse sido “congelado” em março. Quando o IFRS considerar que há condições de retornar presencialmente de forma segura, todas as atividades serão retomadas de onde pararam. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/comecam-as-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-apnps-nos-campi-do-ifrs/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

Preocupado com as singularidades de cada estudante, o IFRS publicou um guia¹³ para auxiliar no acesso às aulas no formato remoto, voltado, principalmente, para os estudantes que apresentavam necessidades educacionais específicas, e emitiu uma instrução normativa com orientações e procedimentos operacionais de acessibilidade digital.

É importante destacar que a oferta das APNPs não foi de caráter obrigatório, sendo suspenso o calendário acadêmico. Desta maneira, não há informação de retenção e evasão neste período, compreendido de setembro de 2020 ao final de abril de 2021.

Findados os ciclos de APNPs, o IFRS retornou com o calendário acadêmico em maio de 2021, porém essa retomada foi em formato remoto e não com caráter obrigatório até fevereiro de 2022. Nesta nova fase de pandemia a instituição atuou com seis grandes eixos que estruturam a retomada neste formato: a busca ativa dos estudantes; o acolhimento socioemocional; o auxílio à inclusão digital; o apoio pedagógico ao ensino remoto; a doação de alimentos e a formação continuada sobre práticas inclusivas.

Somente a partir de março de 2022 o IFRS retomou as atividades acadêmicas presenciais. A fim de garantir a segurança da comunidade acadêmica, o IFRS adotou, como uma das prerrogativas para o retorno seguro, a condição de acesso ao meio educacional somente para servidores e estudantes que apresentaram o comprovante de vacinação para Covid-19 com, ao menos, uma dose de vacina, conforme a aplicação de doses disponibilizadas em cada região de atuação do respectivo Campus. Além do comprovante vacinal, a instituição prezou pelo uso de máscara, distanciamento social, higienização e restrição de acesso a ambientes não ventilados.

Da mesma maneira que no formato de APNPs, a primeira retomada do calendário acadêmico no ambiente remoto também não foi obrigatória em razão das condições particulares de cada discente. Estas informações são relevantes, pois somente a partir do primeiro semestre de 2022 foi possível retomar a avaliação sobre os índices de retenção e evasão escolar, com os devidos lançamentos nos sistemas de informações institucionais que alimentam as bases de dados do governo federal, tais como a PNP.

¹³ Guia de APNPs para os estudantes. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/Versao-Acessivel-Guia-APNPs-estudantes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

No que diz respeito aos discentes segurados em relação ao período em que ocorreu as APNP's verificou-se que a não obrigatoriedade permitiu a escolha de disciplinas a cursar, ou até mesmo nem cursar, perdendo o vínculo com a educação. Todavia esses dados são superficiais visto que a alimentação das plataformas de informação educacional também ficaram estagnadas neste período.

2.1.2 Inclusão, acesso, permanência e êxito: marcos legais que norteiam o IFRS

O IFRS é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação com prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, e pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, possui documentos norteadores que regem o funcionamento da instituição alinhados às diretrizes oficiais, como Constituição Federal (CF) 1988 (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.495/96, Lei nº 11.741 de 2008, Lei nº 13.415 de 2017, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução Conselho Nacional de Educação nº 1 de 5 de janeiro de 2021 e o PEPE do IFRS.

Na CF de 1988 (BRASIL, 1988) a educação é descrita como um direito social e deve ser promovida de forma a garantir a promoção plena do desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) apresenta o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantia do padrão de qualidade e valorização do profissional da educação.

A Lei nº 11.741, de 2008, e a Lei 13.415, de 2017, alteram as diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio da EJA e da EPT. Amparado nas bases da legislação, o IFRS tem como missão institucional:

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica, inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e em consonância com potencialidades e vocações territoriais (IFRS, 2018, p. 44).

A missão do IFRS faz parte do documento norteador que é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que, na versão atual (2019-2023), relata que “[...]”

a permanência e êxito dos estudantes do IFRS se constitui em tema relevante para a instituição e está presente em diferentes cenários do IFRS” (IFRS, 2018, p. 366). Desta forma, o IFRS ambiciona efetivar políticas diferenciadas e ações em todos os espaços, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho do estudante a fim de superar a retenção e a evasão na instituição.

O PDI traz, em seu item 3.4.5, a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito no âmbito do IFRS. Nesse contexto, a inclusão é assim tratada:

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos (IFRS, 2018, p. 139).

Historicamente o processo de formação profissional das pessoas com deficiência teve engajamento na perspectiva assistencialista, o que colocou em dúvida a capacidade, a independência e a autonomia para que atuassem como sujeitos ativos no mundo, limitando suas participações na educação e no trabalho em detrimento da garantia dos seus direitos.

De acordo com Silva *et al.* (2020), a inclusão e a educação profissional são direitos constitucionais fundamentais – o direito à educação e o direito ao trabalho. Pode-se afirmar, assim, que a inclusão é mais que uma inserção de espaço, e torna-se uma missão social que visa à garantia de direitos, assegurando o direito à cidadania. Além disso, é importante destacar que há a necessidade de uma formação adequada para o ingresso no mundo do trabalho, e o IFRS é referência para o caso em questão, proporcionando um ensino público, gratuito, de qualidade e, acima de tudo, acessível.

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, o IFRS institui, em todos os seus *campi* o Napne. Esse núcleo tem por objetivo organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação. As diretrizes que orientam a inclusão na instituição no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso, têm relação imediata com as Leis nº

10.098/00 e nº 10.048/00 e Decreto nº 5.296/06 (BRASIL, 2004) e NBR nº 9.050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

É compromisso do Napne o fomento ao processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o compromisso do IFRS com a formação integral do ser humano, em especial com o relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho. Outro aspecto importante a ressaltar é que o IFRS, como instituição integrante da rede pública brasileira de educação, tem como compromisso contribuir para a democratização e a expansão do ensino público e gratuito, buscando assegurar a igualdade de condições de acesso.

Para o preenchimento das vagas o IFRS possui um sistema de reserva de vagas que possui regulamentação específica, entre as quais destaca-se que 50% delas são específicas para discentes oriundos da escola pública, além de cotas de renda, raça e Pessoa com Deficiência (PcD).

No que se refere às vagas de PcD, elas seguem a classificação apresentada no Decreto nº 5.296/04, que considera:

I – pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências; e

II – pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004, p. 1-2).

Levando em conta a legislação, atrelada ao processo de ingresso do IFRS, alguns candidatos, oriundos do encaminhamento de RP exigido pelo INSS, poderiam usufruir da condição de acesso por meio da reserva às PcDs, porém, como não possuem conhecimento sobre a legislação, concorrem no processo seletivo de acesso universal. Diante desta situação, ao não ingressarem por meio de vaga de PcD, e também não haver interação entre os entes federativos, não há registro e nem a formalização da comunicação ao Napne, que é o núcleo que acompanha e orienta o referido público.

Cabe considerar que, de acordo com a Portaria nº 999 da Diretoria de Benefícios do INSS (Dirben), de 28 de março de 2022, “faz parte da clientela¹⁴ do programa de reabilitação a ser encaminhada de forma obrigatória os beneficiários por incapacidade temporária ou permanente” (BRASIL, 2022, p. 2). Esta proposição abre caminho para uma discussão do formato de ingresso no IFRS, já como uma estratégia a ser utilizada pelas instituições federais envolvidas, proporcionando condição de acesso de forma adequada, com acompanhamento e atenção desde o início pelos setores de Assistência Estudantil e Napne. Com relação à história recente dos IFs, e o que trata sobre permanência e êxito, destaca-se que, por exigência do Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (Setec-MEC) enviou o Ofício Circular nº 60, de 17 de julho de 2015, para os dirigentes da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia (RFEPCT) contendo a Nota Informativa nº 138/2015, a qual orientava as instituições subordinadas sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

Com o intuito de desenvolver práticas que contribuem além do acesso, permanência e êxito, e em consonância com o contexto de sua criação, o IFRS desenvolveu, no ano de 2018, o Pepe. Nesse contexto, a partir dos diagnósticos

¹⁴ Clientela – entre os antigos romanos, conjunto de clientes de um patrono; o conjunto ou a totalidade de clientes de um estabelecimento comercial, de um banco, de um advogado, médico, dentista, etc.; conjunto de pessoas que frequentam habitualmente um determinado lugar; conjunto de indivíduos socioeconomicamente dependentes que oferecem apoio a uma pessoa de maiores posses e prestígio (freq. um político ou alguém politicamente poderoso), em troca de proteção, benesses, apadrinhamento, reais ou fictícios (HOUAISS, 2009, p. 479).

quantitativo e qualitativo por campus e por curso, o IFRS instituiu a Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIAAPEE), com grupos de trabalho em cada campus, com o objetivo de propor medidas locais para superar a evasão e a retenção/reprovação dos estudantes. No IFRS Campus Erechim a CIAAPEE foi criada no primeiro semestre de 2019 e, até o momento, foram realizadas duas reuniões sem encaminhamentos específicos para a efetivação do Pepe.

Por outro lado, o IFRS possui políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes que envolvem diversas modalidades de auxílio socioeconômico, com ênfase à moradia, alimentação, transporte, entre outras. No âmbito de cada campus existem projetos de apoio pedagógico que visam a auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos por meio de oficinas, aulas de reforço e sessões especiais de monitoria por área/componente curricular, dentre outros.

2.2 O INSS e o Programa de Reabilitação Profissional (PRP)

O INSS é uma autarquia do governo federal vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) que recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, responsável pelo pagamento de aposentadorias, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão e outros benefícios, pertencentes ao núcleo das atividades exclusivas de Estado, para aqueles que adquirirem o direito a estes benefícios, segundo o previsto pela lei. Conforme informação no *site* eletrônico, a missão do INSS é promover o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social (INSS, 2023).

Com vistas à melhoria social e ao desenvolvimento de novas habilidades, o INSS criou o PRP a fim de reabilitar os beneficiários incapacitados para suas atuais funções, devendo voltarem ao mercado de trabalho em atividades compatíveis com suas limitações.

No que diz respeito ao PRP, ele é fruto da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. De acordo com o INSS (2011), por meio do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional, o PRP é definido como:

[...] a assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência, e às pessoas com deficiência, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (INSS, 2011, p. 9).

Assim, pode-se afirmar que a habilitação tem o objetivo de capacitar o indivíduo para o desenvolvimento de atividades laborais de acordo com as suas aptidões, proporcionando meios adaptativos em funções compatíveis com as limitações de cada indivíduo.

Percebe-se que, de acordo com o Manual Técnico de Procedimentos, o PRP é de caráter obrigatório, posto que

Qualquer manifestação do segurado de desinteresse e/ou resistência em cumprir o programa, de forma ativa ou passiva, embora reúna condições físicas, psíquicas e socioprofissionais para cumprimento do PRP, deve ser caracterizada como recusa. O abandono é caracterizado por falta ao atendimento agendado e/ou convocação pela equipe e ao curso/treinamento sem comprovar motivo de força maior (INSS, 2011, p. 37-38).

Nos casos de abandono ou desligamento do PRP, sem as devidas justificativas, o INSS, por meio dos profissionais de referência, procede a cessação do benefício do segurado.

Para administrar o PRP o INSS conta com um setor de benefícios que presta assessoria técnica ao programa. Este setor possui a sua coordenação na cidade de Passo Fundo/RS. Neste local trabalha uma equipe de multiprofissionais especializados, composta por assistente social e terapeuta ocupacional, que realizam a avaliação e o encaminhamento dos beneficiários aos cursos de aperfeiçoamento e capacitação de acordo com as suas limitações profissionais comprovadas perante perícia médica.

Um das funções desta equipe multifuncional é a Avaliação do Potencial Laborativo (APL), que, de acordo com a Portaria nº 999 da Dirben de 28 de março de 2022, em seu artigo 24, “é composta pela avaliação de Elegibilidade, realizada por Perícia Médica Federal, e pela Avaliação Socioprofissional, realizada pelo profissional de referência da reabilitação profissional” (BRASIL, 2022, p. 5).

A avaliação de elegibilidade consiste na identificação, por parte de perícia médica federal, das condições de saúde do beneficiário, e, no caso de ser insuscetível

à recuperação para as suas atividades habituais e reúna condições para exercer outra atividade que lhe garanta subsistência, é encaminhado ao PRP.

Após a avaliação de elegibilidade é realizada a avaliação socioprofissional, que busca verificar o perfil e os vínculos anteriores do beneficiário, a fim de efetuar uma conclusão do potencial laborativo. De acordo com a portaria nº 999 Dirben/INSS,

O programa de reabilitação profissional, em conjunto com o beneficiário, poderá definir proposta de formação profissional por meio de cursos de qualificação que proporcionem os meios necessários para a (re) inserção no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (BRASIL, 2022, p. 10).

Segundo o Programa, essas modalidades de cursos devem ser acessadas por meio da gratuidade na comunidade ou por acordos e parcerias do INSS, sem ônus financeiro para o segurado. No encaminhamento para cursos de formação profissional, entretanto, o programa estabelece que deverão ser emitidos documentos para acompanhamento da frequência e avaliação de desempenho/resultado.

Os segurados recebem um benefício durante o período de afastamento das atividades laborativas, calculado com base no salário que cada um recebia enquanto estava nas suas funções normais. Além disso, o PRP possui alguns benefícios aos segurados, entre eles o pagamento da taxa de inscrição, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e/ou diárias, conforme a necessidade e análise da equipe multifuncional. Também é possível a aquisição de equipamentos profissionais e materiais de uso no respectivo curso, quando este não é fornecido pela instituição de ensino.

Destaca-se, também, com base na Lei 8.213/91, que:

Ao final do processo de reabilitação profissional, para os segurados que foram desligados, com a conclusão de retorno ao trabalho com atividades ou funções diversas da inicial, é emitido Certificado de Reabilitação Profissional, o qual deverá constar dados como a função para qual foi reabilitado, o período de realização de curso/treinamento e as restrições ao trabalho que devem ser respeitadas (BRASIL, 1991).

Este certificado permite concorrer à reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiências ou reabilitadas pelo INSS, conforme artigo 93 da lei 8.213/91:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados.....2%; II – de 201 a 500.....3%; III – de 501 a 1.000.....4%; IV – de 1.001 em diante.....5% (BRASIL, 1991).

Mesmo, no entanto, com a Lei de Cotas, muitas são as dificuldades encontradas pelos trabalhadores no retorno ao trabalho, ainda mais com limitações funcionais decorrentes de adoecimentos e acidentes. O contexto político e econômico atual brasileiro de precarização das políticas sociais, principalmente de saúde, trabalho e previdência social, e de redução dos direitos dos trabalhadores, só colabora para o aumento destas dificuldades e ameaça a sustentação do sistema de proteção social.

Para os segurados desligados da RP terem retorno ao trabalho com emissão de certificado, é prevista a realização de pesquisa de fixação no mercado de trabalho pelo profissional de referência. De acordo com a legislação da previdência social (BRASIL, 1991), o objetivo é constatar a efetividade do processo de RP, fornecendo dados importantes para o gerenciamento do serviço, porém não há sistematização e/ou publicação dos dados.

A última atualização do Manual de Procedimentos Técnicos da RP por meio da Portaria nº 999 da Dirben de 28 de março de 2022 (BRASIL, 2022), redefiniu que a pesquisa deve ser realizada 14 meses após a conclusão do programa e utilizando dados constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), posto que, anteriormente, era realizada após 6, 12 e 18 meses do desligamento, podendo ser intermediada por visitas aos locais de trabalho e residências dos trabalhadores. Da forma como é definido, o processo não permite voz aos trabalhadores para exporem como avaliam o processo de RP, e não há espaços coletivos para a participação destes.

Outra questão importante, neste sentido, é que o PRP, após a conclusão do curso, não possui obrigação de inclusão do trabalhador em atividade compatível com a sua nova formação, o que pode gerar um descompasso e uma desmotivação para com a conclusão do referido Programa, ou seja, quando concluído o PRP o segurado é desligado do Programa e necessita procurar independentemente uma nova realocação.

2.2.1 Pesquisas recentes sobre o PRP

Ao longo dos últimos anos várias pesquisas vêm sendo elaboradas em relação ao PRP. A maior parte delas, entretanto, objetiva as questões de avaliação do

programa, a empregabilidade dos segurados e as causas do afastamento laboral, inclusive com apontamentos jurídicos e o seu entendimento em relação à legislação de amparo ao trabalhador. Na sequência expomos um Quadro com os principais estudos em relação ao PRP.

Quadro 1 – Pesquisas em relação ao PRP

Teses/Dissertações/ Artigos	Autor	Objetivo	Conclusão	Ano
Reabilitação profissional no contexto de precarização do mundo do trabalho: um estudo de caso da formação profissional no programa reabilita do INSS.	Raphael Pires de Souza	Analisar o PRP proposto pelo INSS e a sua relação com a desregulamentação previdenciária no contexto da sociedade brasileira atual.	Enfatiza que a reabilitação é expressa como uma formação incipiente, a qual reproduz o sistema produtivo vigente com base na condição efêmera, na flexibilização e na informalidade do trabalho.	2016
Reabilitação profissional: retorno ao mercado de trabalho e conclusão do programa.	Ricardo Rocha da Mata	Analisar sobre o retorno ao mercado de trabalho dos segurados desligados do Programa entre junho de 2013 e dezembro de 2014.	O artigo, ao final, considera que a baixa escolaridade e renda familiar são fatores limitativos ao processo de retorno ao trabalho.	2016
O direito fundamental social ao trabalho do segurado submetido ao programa de reabilitação profissional do INSS.	Lidiane da Penha Segal	Analisar sobre o efetivo retorno dos segurados ao mercado de trabalho.	O artigo sugere que deve haver o redirecionamento desta política pública por meio da adoção de medidas voltadas para o incremento do conjunto capacitário destes trabalhadores e alcance da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.	2013
Reabilitação Profissional do INSS: uma análise à luz do Laboratório de Mudanças.	Melina Trento Vendrameto Tessaro	Compreender as causas sistêmicas e históricas dos distúrbios que ocorrem no serviço de RP promovido pelo INSS.	A autora conclui que é necessário ampliar a participação dos segurados, órgãos fiscalizadores, além de readequar os instrumentos da RP e implementar novas propostas ao PRP.	2019
O programa de reabilitação profissional e a reinserção no mundo do trabalho: a visão do reabilitado.	Angela Cristina Piedade Medeiros	Analisar a vivência dos segurados e o retorno ao mercado de trabalho.	Ao final, há o registro de que o programa acompanha o desmonte das políticas sócias e derruição do mundo do trabalho.	2019
As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS.	Fernando Kulaitis; Kelen Clemente Silva	Relatar as transformações ocorridas no PRP.	O artigo considera a desestruturação do programa na concepção multidimensional da saúde do trabalhador.	2022
O programa de reabilitação profissional do INSS e a reinserção do	Geovana de Souza Henrique dos Santos;	Compreender a contribuição do PRP na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.	Por fim, as autoras concluem que é preciso uma postura mais ativa dos profissionais do INSS e dos reabilitados.	2021

trabalhador no mercado de trabalho.	Roseli Esquerdo Lopes			
Os reabilitados do INSS e a educação profissional do Senac e Senai: percepções sobre a formação profissional e a reinserção ao trabalho.	Elisângela Isaías Palavezzini; Giovanna Pezarico	Analisar a percepção sobre a educação profissional do PRP para a reinserção ao trabalho.	As observações finais indicam que o programa oferta diferentes modalidades de educação profissional, consistindo em inicial, aligeirada e profissional. Além disso o programa não considera os anseios individuais e as limitações de saúde do trabalhador.	2021

Fonte: O autor, 2022.

Este quadro foi desenvolvido a partir de uma busca nas plataformas digitais sob o aspecto de “programa de reabilitação profissional do INSS” e compreendeu os anos de 2013 a 2022, buscando desta forma os estudos mais recentes do PRP em relação ao meio educacional.

Nos textos que reportam às pesquisas pode ser percebido que os autores mencionam algumas situações comuns entre os segurados, por exemplo, baixa escolaridade e renda familiar. Esse fato assemelha-se a esta pesquisa, porém diverge um pouco na questão dos cursos em questão, pois, nos casos de baixa escolaridade dos segurados estes são encaminhados para cursos de FIC de curta duração e específicos para uma determinada atividade, sem a necessidade de ter concluído o Ensino Médio, divergindo dos cursos técnicos subsequentes¹⁵ do IFRS.

No que diz respeito à estrutura do programa,

Conclui-se que o desmantelamento da Política Pública de Previdência Social, evidenciado por meio da desestruturação do Programa de Reabilitação Profissional em comparação aos moldes em que foi construído, caracteriza desproteção social e desamparo aos trabalhadores adoecidos em seu processo de retorno ao trabalho (KULAITIS; SILVA, 2022, p. 3).

Esse destaque diz respeito à falta de pessoal e investimento no Programa, além de mudanças nas avaliações dos processos laborativos, deixando a responsabilidade nas mãos do médico perito, sem uma análise criteriosa e dialogada com a equipe multifuncional, que inclui assistente social, psicólogo, terapeuta e assistentes. Além destes pontos, os autores destacam que há dificuldade de acompanhar o desempenho educacional dos segurados, bem como a posterior alocação no mercado de trabalho.

¹⁵ Cursos técnicos subsequentes destinam-se a estudantes que já concluíram o Ensino Médio. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/processo-seletivo/informacoes-gerais/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

No que se refere ao acompanhamento após a conclusão do PRP, pode ser observado, pela portaria Dirben nº 999 de 28 de março de 2022 (BRASIL, 2022), que se estabelece um retorno do beneficiário para a pesquisa de fixação em um período mais longo somente após 14 meses, o que demonstra um desleixo do Estado em acompanhar a realocação no trabalho.

Para Segal (2013), a legislação que ampara o PRP fere o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o Estado exime-se da responsabilidade de realocação da pessoa reabilitada após a conclusão do PRP.

Portanto, à luz do fundamento dignidade da pessoa humana – que constitui o elo capaz de evidenciar a existência de um sistema integrado de proteção dos direitos humanos, composto pelo direito interno e o DIDH – que se há previsão nos tratados de que a reabilitação profissional deve viabilizar que o indivíduo tenha condições de obter e conservar um emprego, o Estado não pode se eximir da obrigação de acompanhar a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, devendo encerrar o processo de reabilitação profissional apenas quando houver a efetiva obtenção de uma vaga de emprego, haja vista o dever que se impõe de efetivação dos direitos humanos diretamente relacionados à dignidade (SEGAL, 2013, p. 90).

Colaborando sobre o assunto e destacando sobre a precarização do mundo do trabalho e a consequente omissão do Estado em relação ao reingresso a um emprego,

[...] em concordância aos demais estudos que tiveram como objeto a Reabilitação Profissional, esta oferece insuficientes recursos para a requalificação de seus participantes. Atrelado a isso, dado se eximir da obrigação de garantir um emprego após o término do processo, o Programa do INSS culmina por obstruir o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários quando não possibilita ferramentas para que os reabilitados se reinsiram em um vínculo formal. Assim, conclui-se que, conforme vem sendo operacionalizado, o serviço é consoante com a conjuntura atual de desmonte dos direitos sociais e precarização do mundo do trabalho (MEDEIROS, 2019, p. 11).

Nesse mesmo sentido, destaca-se a pesquisa de Souza (2016), que aponta para as responsabilidades do Estado, considerando que

O Estado retira-se das responsabilidades previdenciárias para com o trabalhador por meio de um mero certificado, que aparentemente representa sua emancipação, mas que, na verdade, se constitui apenas um símbolo que reproduz o sistema. Com efeito, as incongruências e contradições desse mesmo sistema são transferidas para a própria pessoa (SOUZA, 2016, p. 143).

Para tanto, verifica-se que são várias as pesquisas que demonstram o desmonte dos direitos sociais e a omissão do Estado com o foco principal de abordar a desregulamentação do direito previdenciário.

Em outra pesquisa, apesar de considerar os vários pontos já abordados, o autor sugere:

[...] ações em busca da ampliação do acesso do trabalhador às políticas sociais (seja Previdência e/ou Assistência), mas também na superação do processo que gera o adoecimento e/ou acidente. Inegável é o esforço para promover o processo de reintegração ao mercado de trabalho da pessoa reabilitada, bem como proteger e incluí-lo no mercado de trabalho. Contudo, mesmo havendo uma farta legislação visando garantir os direitos destas pessoas, conclui-se que, na prática, estes ainda são insuficientes para alcançar o objetivo almejado (MATA, 2016, p. 61).

De fato, a ampliação do acesso do trabalhador às políticas sociais é importante, mas também é fundamental utilizar-se das políticas públicas já dispostas e usufruir delas da melhor maneira possível. Para isso, no que diz respeito à política pública educacional, buscamos auxiliar o discente segurado no acesso, permanência e êxito nos cursos técnicos subsequentes do IFRS. Essa é nossa intenção com esta pesquisa.

Quanto à conclusão do PRP, Santos e Lopes (2021) consideram que boa parte não o conclui, posto que:

A reabilitação profissional é um direito que, na prática, não foi consolidado como um aliado do trabalhador brasileiro. Se eleito para o Programa, boa parte não conclui o processo, e aqueles que o fazem nem sempre alcançam um emprego digno (SANTOS; LOPES, 2021, p. 17).

Além disso, os autores pensam ser fundamental uma articulação com as demais políticas de amparo ao trabalhador objetivando emprego aos reabilitados. Percebe-se, neste caso, que o próprio IFRS pode trabalhar estratégias para auxiliar os segurados neste quesito.

Buscando informações a respeito do processo educacional, encontramos uma pesquisa em relação aos reabilitados do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que faz uma análise geral em relação ao PRP. Em um dos pontos os autores destacam o seguinte:

A parceria do INSS com as instituições do sistema S para a oferta de cursos de capacitação profissional aos segurados em processo de reabilitação profissional prevalece até os dias atuais, sendo realizada através de contratos entre as instituições, por meio dos quais o INSS encaminha os segurados aos cursos que estão disponíveis à comunidade em geral e realiza o pagamento a partir de valor hora/aula definido no contrato. Esse processo de encaminhamento dos segurados para capacitação profissional junto as instituições do sistema S, permite considerar que o INSS não está descolado/desvinculado do projeto societário historicamente

dominante no país, pois a prática de encaminhamento dos segurados para essas instituições reforça os interesses políticos, econômicos e ideológicos do governo, de preparar os segurados para a reprodução do capital, a partir de uma capacitação profissional que corresponde às necessidades do mercado.

Como também, essa parceria com o Sistema S na formação profissional dos segurados reforça a posição adotada pelo governo em relação à dualidade estrutural e educacional do nosso país, oferecendo uma formação profissional destinada historicamente à classe trabalhadora, contribuindo assim, para a manutenção da estrutura estabelecida e não apresentando outras possibilidades de “reeducação” que não sejam vinculadas à educação profissional (PALAVEZZINI; PEZARICO, 2021, p. 13).

Primeiramente ressalta-se a questão da contratação dos cursos por parte do INSS, com repasse de recursos orçamentários ao Senai e ao Senac. Desta forma, é possível o acesso aos cursos oferecidos com uma escolha direta do curso. Enfatiza-se, todavia, que essa contratação serve para preparar os segurados para a reprodução do capital. Para os autores supracitados, esse sistema somente reforça a posição da dualidade estrutural e não apresenta outras possibilidades de reeducação.

Por outro lado, os autores destacam a discrepância entre os cursos, que vão de 60 horas a 1.200 horas. Essa diferença de carga horária é por causa da formação dos segurados, pois os cursos de menor carga horária visam à inserção dos segurados que não possuem o Ensino Médio completo e os com 800 horas ou mais são cursos de nível técnico, pós-médio.

Nesse sentido, os autores salientam que os cursos técnicos, no caso de mais de 800 horas, se sobressaem por proporcionarem maior autonomia e independência aos segurados, mas, ainda assim, recomendam, em seu currículo de curso, um meio educacional que preconiza a função de auxiliares e executores dos processos de trabalho, ficando reservado às elites os trabalhos intelectuais, ou seja, mantendo a dualidade estrutural.

Em relação às potencialidades do processo de formação profissional via reabilitação profissional [...] enfatizaram a relevância do conhecimento adquirido neste processo, especialmente os segurados que tiveram acesso a cursos de habilitação técnica, com carga horária maior (PALAVEZZINI; PEZARICO, 2021, p. 20).

Essa análise disposta remete-nos a uma motivação ainda maior na pesquisa sobre o acesso, permanência e êxito nos cursos técnicos subsequentes do IFRS, posto que o currículo formativo do IFRS possui essas prerrogativas ampliadas, diferentemente das apontadas como fatores negativos na pesquisa em relação aos cursos técnicos do Senai e do Senac.

Apesar de o Estado não prever, por meio da legislação, a busca pelo reingresso no mundo do trabalho, já é um diferencial proporcionar uma formação mais completa a estes segurados por intermédio dos cursos técnicos subsequentes do IFRS, que terão uma condição de formação técnica profissional e poderão buscar a inserção em vagas de PcD compatíveis com a sua formação. Neste ponto, também o IFRS pode expor estratégias para auxiliar na realocação de vagas no mundo do trabalho mediante os setores competentes.

Essa aproximação da instituição de ensino junto ao PRP é destacada na pesquisa de Tessaro (2019), que aborda um formato diferente como ponto importante ao Programa, em que o segurado é agente participante do processo juntamente com outras instituições.

A solução dada nestes serviços demonstrou que é preciso ter um melhor diálogo e trazer o protagonismo de diferentes atores no processo de preparação para o retorno ao trabalho daquele trabalhador com incapacidades [...] reconhecendo que o objeto do serviço de reabilitação profissional, que é feito com trabalhador com limitações e incapacidades para o trabalho, é compartilhado com outros sistemas externos à previdência social (empresas, escolas, saúde) (TESSARO, 2019, p. 106).

Para finalizar esta análise destaca-se que vários pontos vão ao encontro da pesquisa desenvolvida. Apesar do maior volume de pesquisas visar o PRP e as implicações no retorno ao mercado de trabalho, com um viés mais para o ramo do direito, há vários pontos que dialogam com a pesquisa em questão, entre eles a dualidade estrutural, a baixa renda e a pouca bagagem cultural, além da análise sobre os cursos técnicos de nível pós-médio, considerados com uma melhor autonomia e independência aos segurados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial discutirá sobre a relação trabalho e educação aliada aos conceitos de acesso, permanência e êxito com foco na educação profissional.

3.1 Trabalho e educação: uma relação para a transformação social

O conteúdo desta pesquisa faz uma análise sobre acesso, permanência e êxito dos discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes por meio de processo seletivo e com vínculo ao PRP do INSS, o que nos leva a pesquisar sobre o fator histórico do trabalho e a sua relação com a educação profissional.

Nessas condições, de acordo com Saviani (2007) percebe-se que a educação e o trabalho devem andar juntos, independentemente da situação em que cada indivíduo se encontra. A formação do ser humano é um processo educativo e, se o sujeito existe e se reconhece como tal, é porque produz as condições para a sua existência.

Diante disso, Saviani (2007) relata que a educação é a alimentação essencial para a sobrevivência humana, considerando que no início o homem precisou aprender a explorar os recursos naturais, coletando, caçando, pescando, plantando, e, hoje, no caso dos sujeitos em questão, necessita voltar ao ambiente escolar para um PRP. Trata-se de um exemplo do estreito vínculo ontológico-histórico da relação entre trabalho e educação.

O que é o trabalho, todavia? Por que o trabalho? Para quem o trabalho? Essa análise é fundamental, e,

Na condição descrita pela economia política, o trabalho, enquanto exatamente princípio da economia política, é a essência subjetiva da propriedade privada e está frente ao trabalhador como propriedade alheia, a ele estranha, é prejudicial e nociva; ainda mais, sua própria realização aparece como privação do operário, pois, na medida em que a economia política oculta a alienação que está na essência do trabalho, a própria relação da propriedade privada contém o produzir-se da atividade humana como trabalho e, portanto, como uma atividade humana completamente estranha a si mesma, completamente estranha ao homem e à natureza e, assim, à consciência e à vida. E este trabalho, na medida em que é historicamente determinado, é, por isso, a única forma de trabalho existente, pois toda atividade humana tem sido, até agora, trabalho e, portanto, indústria, atividade alienada de si mesma e constitui – como Marx objeta a Hegel – o *devir por si do homem na alienação ou com o homem alienado*. E Marx acaba resumindo essa determinação do trabalho, na qual a manifestação de vida é essa mesma expropriação de vida, pela formulação, peremptória e inequívoca, de que *o trabalho é o homem que se perdeu a si* (MANACORDA, 2007, p. 58).

Essa definição de trabalho, exposta por Manacorda (2007), retrata o mundo capitalista e a relação do trabalho como mercadoria, e não na sua relação humana de constituição de si:

O termo trabalho junto ao de vida produtiva ou atividade vital humana, mas, em geral, o faz exatamente para especificar que essa atividade, que como atividade livre consciente, é o caráter específico do homem, se encontra, nas condições da economia política, degradada a *meio para a satisfação de uma necessidade* (MARX, 1952 *apud* MANACORDA, 2007, p. 58).

O autor destaca, ainda, que o trabalho também representa uma divisão de classes, conforme segue:

[...] o trabalho subsume os indivíduos sob uma determinada classe social, predestina-os, desse modo, de indivíduos a membros de uma classe: uma condição que apenas poderá ser eliminada pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MANACORDA, 2007, p. 58).

Nesta perspectiva, compreendemos que a condição em que estão envolvidos os beneficiários do INSS, do trabalho alienado, sendo o cidadão tratado como mercadoria, os subordina à propriedade privada, inclusive à própria lei que estabelece que a RP se refere ao cidadão como clientela.

A palavra clientela é muito forte no contexto da lei de RP, pois lembra mercado, relação de compra e venda, ressoando sentidos capitalistas, apagando o verdadeiro sentido da existência do INSS, que é a seguridade social, que é amparar o trabalhador.

A ideia de formar para o mercado de trabalho traz implícito o pressuposto falso de que esse mercado seja um espaço de trocas entre iguais. Nunca foi isso, muito menos na atualidade caracterizada por profunda desregulamentação das relações de trabalho e perda de mecanismos de proteção ao trabalhador. Formar para o mercado de trabalho, na verdade, é um conceito guiado pela lógica da instrumentalização da força de trabalho. Converte fundamentalmente para o propósito de atender necessidades da acumulação do capital (MACHADO, 2020, p. 1).

É nesse contexto que estão inseridos os beneficiários do INSS que, por algum motivo particular, perderam as condições de trabalho na atividade que ocupavam e agora estão participando obrigatoriamente do PRP para que retornem ao mercado de trabalho. Com o ingresso no IFRS, entretanto, a expectativa é de que essa formação seja para o mundo do trabalho. Nesse sentido,

Formar para o trabalho ou, melhor, para o mundo do trabalho tem o sentido de assegurar, primordialmente, o desenvolvimento do trabalhador e suas possibilidades de intervir de forma autônoma, criativa e com discernimento crítico nas diferentes configurações sociais e culturais dos processos produtivos (MACHADO, 2020, p. 1).

Dialogando um pouco sobre essa situação, poder-se-ia afirmar que o significado do trabalho no meio educacional deve assumir uma função educativa e contribuir para o processo formativo do indivíduo, como se verifica nos IFs, conforme o PDI do IFRS (2019-2023) [... o compromisso de que o trabalho como princípio educativo pode ser um caminho privilegiado para a formação integral do ser humano...] (IFRS, 2018), possibilitando, assim, ao discente com vínculo ao INSS, não só o aprendizado, mas o compartilhamento de saberes a partir da prática já vivenciada no mundo do trabalho.

Corroborando a questão:

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas (PACHECO, 2010, p. 24).

Evidencia-se, dessa forma, a possibilidade da inclusão de maneira efetiva dos discentes com vínculo ao INSS, vindouros do trabalho e agora em processo de reabilitação, sendo essa uma oportunidade de se emancipar por meio da educação.

A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia (PACHECO, 2010, p. 24).

No mesmo sentido, Freire (1986) destaca que falar de emancipação é abordar as diferentes formas de opressão e de dominação no mundo neoliberal e de exclusão. É falar de pessoas que vivem de grandes necessidades materiais, de subtração subjetiva e que acabam por ter ausência da alegria de viver, da conscientização principal para conseguirem encontrar a liberdade, a felicidade e a cidadania que desenha democracia. A emancipação nada mais é do que o processo de libertação política, cultural, humana e social de todos os oprimidos, que se libertam a si e aos opressores.

Nessa direção, sabe-se “[...] que é possível ‘conferir talento’ a alguém. A partir disso, a possibilidade de levar cada um a ‘aprender por intermédio da motivação’ converte-se numa forma particular do desenvolvimento da emancipação” (ADORNO, 2022, p. 186).

Esse talento, todavia, não é uma disposição natural e constitui-se em uma importantíssima proporção em razão de condições sociais, de modo que o mero pressuposto da emancipação de que depende uma sociedade livre já se encontra determinado pela ausência de liberdade da sociedade.

A partir de então é necessária a produção de uma consciência verdadeira por meio da ideia, como a maior importância política. “Isto é: democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme o seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada com uma sociedade de quem é emancipado” (ADORNO, 2022, p. 154).

Na democracia, por meio da cidadania, é o povo quem tem o poder, quem se submete à organização do Estado para que esse possa garantir os seus direitos e o bem de todos, dividindo-se em direitos civis, políticos e sociais, entre os quais se destaca o direito da seguridade social, prestado, neste caso, pelo INSS.

Paulo Freire (1986) tinha consciência de que “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (p. 74). Nesse sentido, Freire (2002) destaca que para que haja a cidadania o cidadão precisa estimular a sua criticidade, utilizando-se do “Por quê”; somente assim é possível libertar-se do opressor e, de fato, buscar a emancipação de uma sociedade. Além disso, é preciso ter uma prática pedagógica imbuída de esperança e de crença do papel transformador dos homens e mulheres na sua capacidade encantadora de desvelar o mundo e a si mesmo, quando se tornam “sujeitos da denúncia do mundo, para sua transformação” (FREIRE, 1987, p. 195).

Cabe aqui uma reflexão sobre: Como inserir essas práticas na pedagogia moderna? Como contornar para que a educação não seja voltada a determinados modelos ideais? Neste ponto, Adorno (2022) manifesta-se da seguinte forma: “eu diria que atualmente a educação tem muito mais a declarar acerca do comportamento do mundo do que intermediar para nós alguns modelos ideais preestabelecidos” (p. 153). Assim, pode-se afirmar que, por meio da educação, é necessário preparar as pessoas para se orientarem no mundo. É preciso refletir sobre trabalho e educação; é necessário compreender a realidade para que seja possível interpretar o que está posto com senso crítico.

Observando as políticas públicas de seguridade social (INSS) e a EPT (IFRS), é evidente uma ligação intensa entre trabalho e educação. Proporcionar essa ligação direta entre os entes federativos e suas políticas públicas tem a condição de desenvolvimento humano, expondo perspectivas de princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos, na interação com o mundo do trabalho.

Conforme Gramsci (1977), esse mundo do trabalho contempla um conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade e as prescrições e normas que regulam tais relações. É o mundo que se forma a partir da relação da atividade humana do trabalho. Segundo o autor, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e, simultaneamente, conformam e regulam tais atividades.

Percebe-se que a atividade de trabalho é aquela que permite ao sujeito criar algo em benefício de outro e de si mesmo a partir de prescrições consolidadas no conhecimento instituído, sejam as leis, a ciência, as normas e/ou a criação/ inovação do conhecimento investido, no caso, a experiência/qualificação pessoal.

Desta maneira, pode-se afirmar que o trabalho não desaparece no produto produzido, pois se renova na atividade humana, incorporando um valor; e, quando incorporado na forma de mercadoria, retira da coletividade um bem que pertence a todos. Assim, para Gramsci (1977), no sistema capitalista ela é determinada como mercadoria e as relações entre as pessoas são escalonadas e hierarquizadas por meio da especificidade das características e dos valores que cada atividade de trabalho adquire em relação ao poder hegemônico.

Assim, compartilha-se a tese de que os elementos concretos no processo de trabalho são elementos essenciais para a interpretação da saúde. Isso significa afirmar que a defesa da saúde está organizada e materializada, antes de tudo, no trabalho diário, de maneira localizada, e que mantém relação com o controle do processo de trabalho (SOUZA *et al.*, 2017, p. 258).

Nesse sentido, é importante verificar a relação da saúde do trabalhador no sistema capitalista e suas formas de exploração, de maneira que seja possível a intervenção.

Assim; é necessário analisar:

[...] às abordagens teóricas que oferecem suporte à análise da saúde-trabalho, torna-se imperativo organizar uma nova agenda de estudos que integre as diferentes perspectivas do objeto (o processo de trabalho, a inserção ocupacional, o ambiente de trabalho, a organização do trabalho e o processo saúde-doença) e possibilite novas alternativas metodológicas no patamar da investigação e da intervenção (FERNANDES, 1996, p. 167).

Essa nocividade a saúde do trabalhador é advinda do sistema econômico que pressupõe o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, apropriados como parte do capital, regulados pelo emprego e os diferentes vínculos contratuais entre os que se oferecem para o trabalho no mercado. É nesse contexto que se inserem os beneficiários do INSS, regulados pelo mercado, pelo contrato de trabalho, pela necessidade do retorno ao mercado de trabalho, pela RP.

Nesse sentido, Figaro (2008) destaca que o mundo do trabalho é uma categoria ampla, difusa e complexa, característica e fundamento da sociedade, um lugar privilegiado que abriga grande parte das atividades humanas, tais como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, etc.

Sob esta perspectiva do mundo do trabalho encontram-se os conflitos centrais que estruturam e regulam o sistema socioeconômico e político, conforme Manacorda (2007). Nesse mundo do trabalho são criados e transformados as formas e os temas presentes em outras esferas institucionais, tais como a família, a escola, os meios de comunicação, etc.

A partir do mundo do trabalho constituem-se várias institucionalidades, entre as quais pode-se citar a organização empresarial, a organização sindical, órgãos do Estado que fiscalizam os direitos do trabalho e no trabalho e a legislação fiscal, sanitária, de saúde, de formação e de escolarização. Compreende-se, então, que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nesse cenário, tem como base o trabalho como princípio educativo que

(...) remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (CIAVATTA, 2009, p. 408).

Pode-se asseverar, ainda, conforme Saviani (2007), que a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Tradicionalmente os homens aprenderam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la; ou seja, eles

aprendiam a trabalhar trabalhando e interagindo com a natureza, de modo que, por meio dessa interação e relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A elevação do potencial humano estabelece o desenvolvimento de formas e processos cuja validade é determinada pela experiência, que configura um processo de aprendizagem contínuo, aliando teoria e prática.

Para tanto, como formação de indivíduos que concilia conhecimentos técnico-científicos e senso crítico acerca de seu papel no mundo do trabalho, a EPT mostra-se como uma oportunidade de profissionalização e desenvolvimento social do indivíduo que está no processo que envolve o PRP. Nesse sentido, o trabalho, conforme defendido pelos autores citados anteriormente, está inter-relacionado com a educação. Nessa direção, os documentos do PDI, que fundamentam o ensino no IFRS, indicam:

Partindo do pressuposto que as dimensões do trabalho não se restringem apenas às atividades materiais e produtivas e, portanto, representam as constituições históricas, acredita-se que a experiência do trabalho possibilita a criação e recriação do cotidiano dos trabalhadores, transformando-os em atores e sujeitos dos processos produtivos. Desse modo, é necessário retomar a discussão que Marx realiza acerca do trabalho, em seu sentido histórico e ontológico, para compreender qual o alicerce que fundamenta a educação profissional na Rede Federal, enfocando o trabalho no seu sentido positivo, buscando o desenvolvimento humano integral (IFRS, 2018, p. 136).

Assim, ancorado na relação entre trabalho e educação que preconiza a EPT nos IFs, é fundamental para

[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas (PACHECO, 2010, p. 14).

Amparado nestes aspectos, Ramos (2007) destaca que o trabalho sob a perspectiva de integração com a ciência e a cultura pode se opor ao sistema de formação para o mercado de trabalho no sentido exclusivamente pragmático. Assim, por meio da formação profissional proporcionaria a compreensão das dinâmicas socioprodutivas e habilitaria o indivíduo para o exercício autônomo e crítico de profissões sem nunca esgotá-las.

Ao analisar-se este sentido entre trabalho e educação, pode-se, então, afirmar que os discentes com vínculo ao PRP teriam condições de concluir o seu processo de desenvolvimento educacional? Além disso, poderiam produzir novos conhecimentos e, em troca, auxiliar com a bagagem adquirida no período em que o trabalho, no seu sentido prático, lhe trouxe experiências? Talvez sim, mas é preciso destacar que a dualidade estrutural, observada na relação entre trabalho e educação, deixou muitas lacunas e o reflexo é a dificuldade das camadas populares em aprimorar os seus conhecimentos, ainda mais quando há tempos não possui contato com os bancos escolares.

Para o IFRS (2018), trabalho e educação andam lado a lado, e auxiliar neste processo de reabilitação está alinhado aos princípios institucionais que por meio do PDI:

[...] defende-se a Indissociabilidade entre a educação geral e a educação profissional, uma formação técnica e tecnológica integrada, que promova a percepção da ontologia do trabalho e a educação omnilateral [...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (IFRS, 2018, p. 136).

Aprofundando essa discussão em relação ao trabalho, Antunes (2020) menciona a precarização do mercado de trabalho e a sua alienação ao capitalismo como formas de desvalorização da força de trabalho por meio da uberização, pejetização, terceirização. Estas formas levam a classe trabalhadora a condições análogas de trabalho, aumentando os níveis de desemprego e, conseqüentemente, agravando a condição social, influenciando ainda mais na procura pela assistência pública, seja por situações físicas ou mentais.

Relacionando essa situação de precarização com a RP do INSS, surge a situação de que os discentes do processo, de certa maneira, podem ter receio a essa nova inclusão no mercado de trabalho. Para tanto, é importante pesquisar sobre as vagas de trabalho para PcDs. É necessário verificar se essas vagas valorizam as pessoas? As vagas possuem boas remunerações? Essas vagas de PcD possuem níveis salariais compatíveis ao benefício que recebiam? Essa é uma relação entre trabalho e educação que pode ser aprofundada com projetos em âmbito institucional, inclusive com a participação do Napne e dos próprios discentes do PRP.

Antunes (2020) também faz uma análise do contexto do trabalho durante a pandemia e o impacto que está causando às camadas mais pobres da sociedade.

De fato, a expansão tecnológica da informação e comunicação encontra plasmada, impulsionada e comandada pelas relações capitalistas em sua forma mais destrutiva, e a pandemia só veio a agravar este cenário.

Diante dos fatos, o retorno às atividades letivas somente foi possível devido à expansão de acesso à tecnologia, que proporcionou às instituições de ensino oferecerem, de certo modo, uma continuidade nas atividades na forma *on-line* ou remota. Sabemos, porém, que nem todos possuem condições necessárias ou tecnológicas para acompanhar o ensino remoto, novamente reforçando a dualidade estrutural.

Atrelada aos fatos expostos, cabe uma consideração em relação à dualidade estrutural que se emprega nas instituições de ensino. Moura (2007) dialoga sobre a divisão de classes e a dualidade estrutural, em que os pobres são destinados à capacitação da mão de obra e aos ricos cabe o ensino das artes. Essa condição histórica, aliada às mudanças impostas pela pandemia, é fator fundamental que influencia no desenvolvimento desta pesquisa, posto que as condições de acesso à educação são diferentes entre as classes sociais, e o ensino remoto afetou ainda mais os discentes em reabilitação.

Em relação a esse aspecto, cabe analisar a quanto tempo estes discentes estão distantes da educação e como é essa integração com a educação profissional. No que diz respeito a EPT percebe-se que os documentos norteadores entatizam um domínio integrado entre os conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, conforme pode ser observado:

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos (PACHECO, 2010, p. 25).

Em consonância com os fatos supracitados, pode-se citar Freire (2002), que menciona a necessidade de uma educação emancipadora em que o professor deve atuar de forma problematizadora, questionadora, mas com postura respeitosa e gentil, desestimulando qualquer forma de discriminação e respeitando a diversidade entre os estudantes.

Para Freire (2002), o educando não é um mero receptáculo, em que o professor deva apenas depositar conteúdo, mas, sim, um agente construtor e participativo no

processo de aprendizagem. Essa visão é de grande relevância para a educação profissional e tecnológica, pois não se deve apenas se preocupar com a formação técnica, a pedagogia das competências, mas com uma formação integral, em que os sujeitos envolvidos possam, de fato, serem atuantes no meio societário.

Para isso, pensar em uma educação transformadora, uma educação acolhedora e inclusiva, é fundamental para o nivelamento da bagagem educacional dos discentes, como é o caso dos que possuem vínculo com o INSS. Espera-se que o retorno presencial à sala de aula tenha favorecido o contato social e tenha aberto caminhos para uma formação permanente na qual se obtenha o êxito, pois, de acordo com Freire (1987), “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo” (p. 46).

3.2 Movimento inclusivo e educação

A formação de uma sociedade é constituída por diferentes sujeitos e cada um no seu contexto social. Ou seja, as interferências econômica, política, social, cultural e ideológica vão desenhando a formação da sociedade e proporcionam vida às singularidades. Assim, implicam, ao longo do tempo e espaço, diferentes formas de participação e estratificação dos sujeitos nesta sociedade, seja no mundo do trabalho, nas instituições de ensino, na família ou na vida como um todo.

Essa verificação está alinhada à compreensão do materialismo histórico-dialético que, segundo Frigotto (2009), compreende a realidade enquanto movimento e subentende que a consciência, a teoria e a linguagem são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, econômica, política, cultural e social. Dessa maneira, nenhum preconceito, ideia, ideologia ou teoria devem ser entendidos deslocados da realidade em movimento, uma vez que as ideias e concepções hegemônicas vigentes em uma sociedade determinam o lugar que o indivíduo ocupa nas relações de poder e dominação.

Trazendo essa perspectiva para pensar e compreender o lugar ocupado nas relações sociais pelas pessoas que, em caráter temporário, intermitente ou permanente, possuem necessidades específicas, surgem os segurados do INSS que carregam, junto a si, a realidade vivida e as marcas do trabalho alienado,

impostas ao longo do tempo e do espaço. Esse sujeito mutilado¹⁶ passa por um histórico ao longo do tempo, à medida que a sociedade, nesse sentido, também atravessou, historicamente, diversas fases no que se refere às práticas sociais, a saber:

[...] ela começou praticando a exclusão social de pessoas que por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou à prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social [...] (SASSAKI, 2010, p. 16).

Cabe destacar que a leitura da trajetória das práticas sociais, segundo o mesmo autor, não é linear e estanque, o que compreende aspectos de fases anteriores em abordagens atuais, uma vez que considera a natureza dialética histórica da constituição da realidade, isto é, a possibilidade da presença de práticas passadas coexistindo com os novos paradigmas. Dessa forma, segundo Sasaki (2010), ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis em várias partes do Brasil e do mundo. Igualmente verifica-se a recente integração dando lugar, gradativamente, à inclusão.

A inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana, composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2010, p. 27).

Conforme o autor, o mais preocupante, contudo, é constatar que, ao não ser capaz de suprir as necessidades advindas das características específicas de cada pessoa no ambiente, o recinto educacional torna-se desfavorável para a aprendizagem, apontando, assim, variáveis a serem analisadas de forma a executar adequações no ambiente.

Além das adequações no ambiente, é importante destacar que a educação inclusiva também se constitui sob a ótica da teoria socioconstrutivista do desenvolvimento de Vygotsky, a qual defende a ideia de que o educando, para construir seu conhecimento, necessita de interações sociais apropriadas, o que envolve a afetividade. Vygotsky (*apud* TAILLE; DANTAS; OLIVEIRA, 1992, p. 76) afirma que o pensamento “tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção.

¹⁶ Mutilado – que não tem ou foi privado de um membro, órgão do corpo ou parte deles; amputado. Que se descaracterizou, deteriorado, estragado (HOUAISS, 2009, p. 1.445).

Nesta esfera, de acordo com os autores, estaria a razão última do pensamento, e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base “afetivo-volitiva”. Nesse sentido, os afetos e vontades dos discentes com vínculo ao PRP podem ter um *upgrade* com a inserção de depoimentos de discentes que já concluíram o programa.

Essa comunicação, veiculada pelas trocas sociais por meio de depoimentos, pode servir como um fio condutor do PRP ao mundo do trabalho, e, por intermédio da inclusão e das estratégias institucionais de acesso, permanência e êxito, pode auxiliar na conclusão dos estudos junto ao IFRS.

Para, entretanto, acontecer a inclusão de pessoas com deficiência em qualquer âmbito social, faz-se necessário o cumprimento das políticas públicas vigentes, o respeito à diversidade humana e a compreensão de que cada indivíduo tem um tempo de adaptação e de aprendizagem acerca daquilo que lhe foi apresentado ou designado. O IFRS, por meio da EPT e do trabalho como princípio educativo, pode auxiliar na garantia desses direitos além de buscar um novo trabalho, ampliando as possibilidades desses sujeitos ao exercício da plena cidadania.

3.2.1 Inclusão na rede federal

Analisando as políticas e ações em relação à inclusão educacional fora e dentro da Rede Federal, percebe-se que ela vem se construindo lentamente, mesmo com os avanços da legislação, na garantia dos direitos sociais dos indivíduos com deficiência. A luta pela inclusão destes discentes, evitando a sua segregação em instituições de ensino específicas, requer a superação das barreiras que impedem, hoje, a participação efetiva na instituição destes sujeitos.

As trajetórias da educação profissional e da educação inclusiva carregam o peso de uma marca assistencialista presente em seus primeiros passos, bem como o da dualidade estrutural que dividiu a educação por classes, reforçando seus lugares predeterminados na sociedade capitalista.

Ultrapassar tal viés implica trazer um olhar não homogeneizante para as diferenças, abolindo paradigmas que reforçam a ideia de uma escola formatada para alguns poucos que se encaixam em suas estruturas rígidas, desconsiderando as especificidades dos sujeitos que não conseguem adentrar ou permanecer – sejam as

classes populares, afastadas de uma educação de qualidade, sejam as PcDs excluídas mesmo no interior de instituições regulares, ou sejam os segurados do INSS que abarcam as duas situações citadas.

Há, portanto, a necessidade de que a Rede Federal priorize a estruturação de um modelo inclusivo de educação, buscando proporcionar a articulação da formação científica e tecnológica bem como dos recursos e estratégias de acessibilidade, com vistas a possibilitar indiscriminadamente para todos os educandos o acesso a uma formação emancipadora. Nesse sentido, vai-se além da mera preparação para o mercado de trabalho, contribuindo para a participação efetiva na vida política e cultural da sociedade.

Esse panorama do movimento de inclusão na correlação de forças com o contexto social, político e econômico atual, segundo Padilha (2013), revela o desafio da operacionalização de um modelo inclusivo em um contexto de expansão do capitalismo. Para o autor, o fenômeno educacional estabelece relação semelhante ao aplicado às linhas de produção, aprisionando e serializando gestores e professores e desumanizando os sujeitos estudantes que, aos poucos, vão perdendo suas identidades e singularidades ao se transformarem em meras mercadorias – números para estatísticas oficiais.

Esse horizonte, conforme Antun (2013), manifesta contradições entre a educação inclusiva e os pressupostos das sociedades capitalistas, pois a lógica do capitalismo pressupõe, de maneira excludente, a eficiência, a competitividade, a vantagem e o poder. Para tanto, a educação inclusiva apresenta-se enquanto desafio a essa lógica ao pautar-se na igualdade e na valorização da diversidade e dos direitos humanos.

Desse modo, a velha prática, atrelada aos padrões de segregação, homogeneização e preconceito historicamente difundidos pelo modo de acumulação de capital, de acordo com Padilha (2013), agora sob a roupagem neoliberal de Estado mínimo, desconsidera o percurso histórico e as diferenças, criando outras formas de exclusão dentro e fora do sistema educacional. Nesse sentido, é possível visualizar certa semelhança no caso dos segurados do INSS em RP que enfrentam dificuldades não somente no ambiente educacional, mas também no retorno ao trabalho, com funções compatíveis com a sua limitação e com a sua nova habilitação profissional.

Nesse diálogo, Padilha (2013) sinaliza que o movimento de inclusão se apresenta enquanto força de contestação do cenário neoliberal. A educação, como um fenômeno de inclusão, de acordo com o autor, é força instituinte de fomento à emancipação, libertação individual e construção coletiva de uma sociedade e políticas públicas baseadas no respeito às diferenças e às potencialidades de cada indivíduo.

Rompe-se, então, com a ideia de uma instituição idealizada, pensada para receber sujeitos padronizados no desenvolvimento, rendimento, ritmo e condições na relação de ensino e de aprendizagem, para que sejam compatíveis com uma instituição igualmente padronizada. A concepção de uma instituição inclusiva depende, portanto, na visão de Padilha (2013), de um novo modelo de atuação estatal que supere a adequação de seus investimentos e políticas públicas à globalização e ao avanço capitalista. Nesse entendimento, o autor propõe que o Estado deva incorporar à sua agenda, um modelo educacional que contemple cinco elementos:

1 – o efetivo cumprimento dos dispositivos constitucionais, que definem a educação como um “direito de todos e um dever do Estado”; 2 – a compreensão da área como propulsora do desenvolvimento e uma força motriz no combate à desigualdade, devendo, portanto, receber atenção prioritária para investimentos; 3 – o compromisso com a democratização de todo o sistema, de modo a garantir a participação de todos nas diferentes instâncias; 4 – valorização do coletivo em detrimento da afirmação de interesses particulares de quaisquer naturezas nas diferentes etapas da política; 5 – a intervenção a favor de uma escola pública; gratuita; laica e comum a todos, efetivamente universal (PADILHA, 2013, p. 13).

Considerando o exposto, pensar a efetivação da perspectiva inclusiva, de acordo com Antun (2013, p. 42), “desafia o status quo das escolas em relação à organização e pedagogia, vez que demanda uma transformação crítica e radical de hábitos, tradições, crenças, práticas e preferências organizacionais”.

Logo, esse desafio para a constituição do movimento inclusivo nas instituições de ensino vai além de contemplar condições de acesso, permanência e participação ativa dos estudantes sujeitos, posto que a educação inclusiva

[...] não diz respeito somente a garantir e manter a presença dos alunos na escola, mas também a maximizar a sua participação. Tão importante quanto garantir o acesso é não excluir os inseridos – matriculados –, ou seja, proporcionar permanência e participação ativa de todos os sujeitos estudantes por meio de uma educação emancipatória, democrática, inclusiva e de qualidade (ANTUN, 2013, p. 38).

Essa lógica, citada por Padilha (2013) e Antun (2013), vem ao encontro da política dos IFs, em que essas ações de acompanhamento e adequações são coordenadas pelos Napnes, que, além de tomarem parte das ações curriculares e pedagógicas, também participam e sugerem adequações na infraestrutura.

No IFRS todos os *campi* possuem Napnes institucionalizados, e, entre as competências destacadas no *site* eletrônico institucional, cita-se:

- Implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs);
- Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades;
- Buscar parcerias com entidades de atendimento de PNEEs;
- Incentivar e/ou realizar pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PNEEs;
- Promover quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais nos campi (IFRS, 2023).

Todas essas ações compreendem um grande avanço na educação profissional, porém cabe destacar que para que esse trabalho seja realizado é necessário o conhecimento dos discentes que possuem limitações; neste caso, em específico, os que possuem vínculo ao PRP do INSS e, conseqüentemente, o aceite no auxílio, pois cada sujeito tem o direito de optar ou não pelo atendimento especializado.

Nesse cenário, os Napnes, “[...] lócus de desenvolvimento da Educação para a convivência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica [...]” (BRASIL, 2011b, p. 14), propõem-se a criar a cultura do movimento inclusivo considerando que, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, todos possuem o direito, com sua singularidade, de ter acesso à educação.

Essa leitura reverbera o entendimento de que as ações dos Napnes agem como ferramentas de apoio à inclusão, constituindo-se em um centro de apoio permanente e fomentador de “[...] novas estratégias, mudanças de atitudes, superação de preconceitos e estereótipos, ressignificando, constantemente, conceitos e valores” (BRASIL, 2011b, p. 12).

Para tanto, parte da premissa que,

[...] em vez de focalizar a pessoa na sua deficiência e na sua capacidade de ajustar-se ao meio educacional e social, a sociedade é que deve redimensionar o contexto e as relações efetivas – tanto no campo educacional quanto no acesso ao mundo do trabalho – de modo que assegure a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2011b, p. 6).

É justamente essa a igualdade de oportunidades necessária aos segurados do INSS, para que, por meio da RP, possam buscar acesso ao mundo do trabalho em função compatível. Cabe destacar, porém, que essa busca deve ser de todos, pois esse sujeito mutilado precisa ter garantias de empregabilidade ao se reabilitar para o trabalho após concluir o curso.

3.3 Acesso, permanência e êxito

O acesso, a permanência e o êxito nas instituições de ensino são preocupantes, seja nas instituições públicas ou privadas. Nas instituições privadas, em oposição, a evasão e a retenção representam perda de receita, e nas instituições públicas representam desperdício de investimento, além de deixarem de desenvolver os cidadãos por meio da educação.

O tripé referente ao acesso, permanência e êxito é movido por políticas públicas.

A Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de grupos socialmente vulneráveis, incluindo as cotas étnico raciais.

Um destaque para o fortalecimento do conceito de “acesso” foi a Lei n. 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Com ela, as cotas étnico-raciais chegaram às universidades e aos institutos federais; antes disso, existiam iniciativas pontuais. Com relação ao conceito de “permanência e êxito”, a Nota Técnica n. 282, de 09 de julho de 2015, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada ao Ministério da Educação, configurou-se como um dos documentos diretores mais importantes, já que tratou de orientações concretas para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes, apresentando, inclusive, uma proposta de metodologia para que esse plano fosse desenvolvido (OLIVEIRA, 2021, p. 45).

No momento em que o acesso é fortalecido pela Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), grupos vulnerabilizados passam a ter vez em instituições de ensino federais por meio das cotas. De acordo com Oliveira (2021), entretanto, esse fato não impede que outras ações institucionais de fortalecimento ao acesso sejam

promulgadas a fim de dirimir outros fatores sociais que interferem para que o acesso seja efetivo.

Neste caso, põe-se em questão os segurados do INSS, que possuem vínculo com a seguridade social do INSS e necessitam se profissionalizar para desempenhar novas funções devido a limitações funcionais, como agentes que poderiam ser beneficiados por acesso diferenciado perante as instituições federais.

Nesse sentido, em âmbito federal, já há documentos públicos que evidenciam a concretização deste feito tal qual prevê o Termo de Cooperação Técnica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)¹⁷, do Instituto Federal Catarinense (IFC) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR) junto ao INSS, que concede duas vagas extras a cada processo seletivo para os segurados do PRP nos cursos (técnicos subsequentes, proeja e de formação inicial e continuada), corroborando a melhoria do acesso e a consequente inclusão em escolas públicas federais.

Esse fato encoraja-nos, por meio desta pesquisa, a buscar essa forma de acesso também junto ao IFRS, porém não é somente o acesso que importa, pois, minimizada essa questão, parte-se para a permanência e o êxito destes segurados.

Se o acesso se fortaleceu, possibilitando e ampliando novos debates, o foco se volta para a permanência e para o êxito. Inicialmente, fisicamente falando, permanecer pode ser interpretado como estar inerte, manter-se no mesmo lugar, ou seja, na mesma referência. Entretanto, permanecer, no contexto da educação, aproxima-se da ação de resistir, da ação de se fortalecer e ser fortalecido, para que o objetivo maior seja alcançado, ou seja, o êxito (OLIVEIRA, 2021, p. 49).

Se analisarmos a pontuação feita pelo autor e interligarmos a citação aos segurados do INSS que já frequentam os cursos do IFRS, a palavra resistir representa muito do significado da RP. Isso posto, é necessário que o IFRS busque condições para que esse discente permaneça e obtenha êxito.

Nesse sentido, há vários autores, como Arroyo, Dore e Lüscher, Tinto e Oliveira, que dialogam sobre acesso, permanência e êxito no ambiente escolar. Um dos fatores a ser pesquisado, especialmente, é o que trata sobre a retenção, que corresponde à suspensão da progressão regular no processo de escolarização de estudantes, tendo como fator o desempenho ou o aproveitamento de estudos inadequados, a frequência insatisfatória, ou, ainda, o trancamento de matrícula.

¹⁷ Termo de cooperação técnica do IFSC junto ao INSS. Disponível em: https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/593714/mod_resource/content/1/ACT%20IFSC%20INSS%202018-2021%20%283%29.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão pode ocorrer em virtude da retenção e da repetência do estudante, representada pela saída desse da instituição do sistema de ensino ou a não conclusão de um determinado nível de ensino. As autoras relatam, ainda, que a evasão¹⁸ pode ser considerada um ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, sejam elas visíveis ou não, no decorrer do percurso escolar.

Em complemento, Arroyo (2000) destaca que, além de concorrer para o abandono e/ou a evasão escolar, a retenção e a repetência se prestam à punição, ao disciplinamento dos estudantes e à homogeneização do atendimento aos fracassos na escolarização, refletindo e reforçando a cultura de exclusão escolar.

Conforme a PNP, os índices de evasão no IFRS Campus Erechim em relação aos cursos técnicos subsequentes variam de 20% a 33%. Assim, é muito importante verificar o que impede a permanência e o êxito nesta modalidade¹⁹ de educação. Cabe destacar, aqui, que, de acordo com a PNP, os índices de evasão nos cursos de Ensino Superior ficam na média de 15%, e os cursos FIC na média de 8%, índices bem abaixo dos verificados nos cursos subsequentes.

Entre as particularidades que tornam vulneráveis isso acontecer na modalidade subsequente, há a questão de conciliar a jornada de trabalho com os estudos, e isso é destacado em uma pesquisa já abordada na instituição:

Os resultados indicam que a elevada jornada de trabalho, a falta de tempo para conciliar as demandas acadêmicas com as demais dimensões da vida, as dificuldades para compreender os conteúdos, a didática de ensino, a quantidade de atividades extraclasse, as políticas de assistência estudantil e a qualidade da educação seriam potenciais fatores para provocar a evasão escolar (BAGNARA; BOFF, 2020, p. 1).

¹⁸ Um estudo feito pela Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) afirma que a evasão é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão. A referida comissão apresentou três tipos de classificação para a evasão, distinguindo-as:

1 – evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior em situações diversas, tais como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; **2 – evasão da instituição:** quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; **3 – evasão do sistema:** quando o estudante abandona, de forma definitiva ou temporária, o Ensino Superior. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

¹⁹ Modalidades – A EPT tem níveis de ensino básico (Ensino Médio), técnico (ensino técnico) e tecnológico (ensino de Graduação e Pós-Graduação). A educação básica, no nível do Ensino Médio, na forma articulada de oferta, pode ser integrada, concomitante ou intercomplementar (concomitante na forma e integrado no conteúdo) e na forma subsequente.

Consideramos, também, que existem outras variáveis a serem analisadas e que fazem parte do rol de vulnerabilidade; entre elas estão as questões individuais, sociais e acadêmicas. Nesse sentido, também é exposto que:

Entendemos, dessa forma, que a vida adulta exige do participante maiores responsabilidades sociais, familiares e econômicas, e para arcar com elas é preciso dispor de tempo, o que muitas vezes acaba se tornando insuficiente para conciliar tais atividades com os estudos (BAGNARA; BOFF, 2020, p. 1).

Ainda em relação a este estudo, Bagnara e Boff (2020) analisam como potencialidades para abandonar os estudos razões de ordem pessoal, relacionadas ao desempenho escolar, dimensão interpessoal, direcionadas ao corpo docente e, ainda, à dimensão institucional, destacando, neste sentido, a elevada jornada de trabalho, a falta de oportunidades de trabalho, o deslocamento até o campus, a falta de incentivo, a não identificação com o curso, além de problemas familiares como principais resultados. Analisados estes casos, percebe-se a necessidade de uma reflexão sobre a evasão, que perpassa pela compreensão sobre o fracasso escolar:

O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas, o Estado, os clubes, os hospitais, as fábricas, as igrejas, as escolas... Política de exclusão que não é exclusiva dos longos momentos autoritários, mas está incrustada nas instituições, inclusive naquelas que trazem em seu sentido e função a democratização de direitos como a saúde, a educação (ARROYO, 2000, p. 36).

O autor destaca que o fracasso escolar está alinhado ao fracasso social, e, neste sentido, remete-nos a aprofundar ainda mais a pesquisa em relação a estes discentes que estão passando por esse período de reabilitação, que, apesar de ser obrigatória, pode ter um viés de recuperação social, conforme descreve a Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991).

Arroyo (2000) ressalta, ainda, que

A escola, o sistema escolar, se situa nesse campo do instituído, das instituições sociais que articulam, consolidam, reforçam lógicas, processos sociais e culturais. A exclusão social, a seletividade que elas reproduzem, não é um pesadelo nem uma fruta temporã, não amadurecida, que podemos amadurecer em tempos de progressão e aceleração, em câmaras (classes) especiais. Soluções pontuais para problemas estruturais (ARROYO, 2000, p. 34).

Desse modo, podemos compreender que, para superar problemas estruturais, é necessário ter soluções pontuais e precisas, a fim de combater a exclusão social.

Em uma análise mais aprofundada, destaca-se:

À medida que vamos nos aproximando da estrutura e ossatura da escola e de nosso sistema escolar, vamos percebendo com maior nitidez como seu caráter excludente se mantém quase inalterado resistindo às reformas, inclusive as mais progressistas, porque está legitimado na cultura política e pedagógica da exclusão, da seletividade, da reprovação e retenção. Mexer nessa cultura não tem sido fácil, uma vez que ela se materializou ao longo de décadas na própria organização da sociedade, nos processos seletivos, na definição social de funções, de espaços, de direitos, nos concursos, nos critérios, preconceitos de raça, gênero, idade, classe. Materializou-se na escola, nos processos seriados, nos currículos graduados, nas disciplinas duras ou leves, nas provas constantes, na reprovação, retenção. No sistema como um todo, na sua lógica seletiva e peneiradora. Nessa cultura social da exclusão radica a força de sua persistência, desafiando inclusive o pensamento progressista e democrático tão dominante no ideário pedagógico (ARROYO, 2000, p. 35).

O sistema escolar, segundo o autor citado, tem um caráter excludente. Ao tratar sobre a reabilitação para o trabalho por meio do sistema escolar é necessário indagar: Quais são as ações institucionais que excluem? Quais são as ações pontuais para evitar a exclusão?

Os entendimentos destes fatores são fundamentais para proporcionar um olhar diferenciado para a permanência e o êxito, verificando, no modelo atual, o que há de inconsistente nos processos de hoje, por exemplo os seletivos, que afastam das primeiras chamadas os discentes que mais possuem dificuldades, permitindo que a seletividade retire os que mais precisam da semana de acolhimento, ambientação e revisões. Outro ponto a ser analisado é a identificação dos discentes com vínculos ao PRP, a fim de proporcionar um atendimento via núcleos de ações afirmativas, como o Napne.

No mesmo sentido verificamos a importância da integração dos discentes à instituição, como fator de permanência e êxito. Ou seja, quanto maior a integração maior a probabilidade de conclusão do curso, e, nesse sentido, destaca-se o modelo de Tinto (1975), o qual estabelece que “o processo de evasão é visto como um processo longitudinal de interações entre o individual, o sistema acadêmico e social” (*apud* FEITOSA, 2020).

Neste modelo a integração acadêmica diz respeito ao desempenho dos discentes na instituição: suas notas, frequência, assimilação dos conteúdos, progressão intelectual. Ou seja, relaciona-se mais com a atuação do discente em relação aos estudos e à experiência que delineou neste percurso. Já a integração social refere-se às atividades extracurriculares: grupo de amigos e nível de interação entre pessoas que compõem o corpo administrativo e docentes da instituição.

Percebe-se que esta interação auxilia muito nos momentos de maior necessidade do discente, e essa rede de contatos pode ser decisiva para a permanência ou não, ainda mais quando o histórico de formação educacional apresenta lacunas de tempo ou formação aligeirada no formato supletivo, por exemplo.

Para evitar o fracasso escolar é importante a prevenção à evasão escolar, utilizando-se estratégias institucionais que minimizem os efeitos dessas lacunas e possibilitem a inclusão do discente desde o acesso à instituição.

Dore e Lüscher (2011) também destacam que a maioria dos estudos enfatiza que é primordial haver uma prevenção da evasão, com dedicada atenção individual para aqueles identificados com risco de evadirem.

Esse formato de prevenção encaixa-se perfeitamente junto aos beneficiários do INSS que já enfrentam um conturbado processo de ingresso, necessitando disputar vagas, na ampla concorrência, com um público quase sempre com formação mais recente. Em geral, o acesso se dá em chamadas posteriores e resulta na perda das revisões iniciais do curso bem como das apresentações e explicações sobre o funcionamento da instituição, dificultando, assim, não só o ensino e a aprendizagem, mas também a interação social do indivíduo com a instituição.

Verificando as abordagens realizadas, percebe-se que a evasão realmente é um problema complexo que traz prejuízos para a instituição, para a sociedade e para o estudante. A interrupção nos estudos e as constantes retenções vão permitindo a abertura de espaços que podem marcar profundamente a vida do indivíduo: desmotivação, ociosidade e isolamento são algumas das características negativas presentes no caminho destes discentes que se deparam com a evasão em sua trajetória educacional.

Para Oliveira (2021), o conceito de “evasão”, que vem sendo objeto de estudos por muitos anos, acabará, no futuro, perdendo espaço e substituído pelo tripé acesso, permanência e êxito, e, mais especificamente, com os seguintes sentidos:

[...] o acesso fica vinculado ao movimento de possibilitar aos diferentes perfis de brasileiros a entrada nos ambientes acadêmicos de formação nos diferentes níveis, promovendo equidade para grupos historicamente excluídos. O ato de permanecer vincula-se ao sentimento de pertencimento à instituição, com a participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, com a identificação com o curso, entre outros fatores. O êxito, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, à preparação para o trabalho e para a cidadania, ou seja, essas três palavras carregam um peso considerável quando se trata de direcionar o desenvolvimento da educação brasileira (OLIVEIRA, 2021, p. 52).

Considerando o exposto – os diferentes perfis de cada discente e também a sua trajetória, seu meio de vida e a lembrança pessoal, profissional e educacional –, é de suma importância perceber o discente com vínculo ao PRP, visualizá-lo como um sujeito importante para a instituição, buscar alternativas para as fragilidades educacionais anteriores ou atuais, valorizá-lo e acreditar que o objetivo da educação é a transformação social. Nesse sentido, é relevante que cada instituição promova ações que identifiquem os motivos causadores da retenção e da evasão. Conhecer e interpretar o contexto dos atores envolvidos é, portanto, um processo fundamental para traçar alternativas institucionais que visem o acesso, a permanência e o êxito destes discentes no ambiente escolar.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória com relação aos objetivos.

De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Neste mesmo sentido, Gil (2007) relata que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas em que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema.

Desta maneira, o levantamento de dados a respeito dos fatores que cercam o ambiente escolar e o PRP compreende a análise de diferentes posições do cenário em que está circunscrito o tema da pesquisa.

Para melhor entender o caso a ser pesquisado foi necessária uma interação com os indivíduos da pesquisa.

A partir da interpretação dos dados à luz da teoria que sustenta a pesquisa, busca-se entender as particularidades que envolvem estar em um programa de reabilitação por meio das lembranças dos interlocutores da pesquisa e recompor a realidade a partir da relação do trabalho e da educação, considerando os diferentes sentidos do trabalho, a dualidade estrutural que configura a realidade educacional e as possibilidades de enfrentamento às dificuldades impostas no retorno à educação.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas. Assim, objetiva-se que as informações levantadas na abordagem qualitativa nos levem a uma compreensão do fenômeno do acesso, permanência e êxito nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim.

O levantamento e a análise dos fatores associados ao acesso, à permanência e ao êxito são relevantes para produzir uma base de conhecimento do problema e subsidiar intervenções que assegurem ao estudante condições necessárias para concluir seu percurso acadêmico.

A pesquisa foi realizada no espaço da Rede Federal de Educação, mais precisamente com os discentes dos cursos técnicos subsequentes que ingressaram entre os anos de 2017 e 2020 no IFRS Campus Erechim, e que possuem vínculo com o PRP do INSS. A investigação tem como objeto de estudo analisar os principais pontos que comprometem a permanência e o êxito desses discentes.

Os dados produzidos foram constituídos por questionários realizados com discentes dos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim vinculados ao PRP, e com servidores alocados nos setores do IFRS e do INSS envolvidos com o ingresso desses discentes e seu acompanhamento. Foram aplicados 17 questionários a discentes, dos quais obtivemos 13 respostas, além de 2 questionários a setores do IFRS, incluindo a Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), a Coordenação da Assistência Estudantil (CAE) e um questionário ao INSS destinado à Coordenação do PRP.

No que diz respeito às entrevistas, que também se constituem objeto de análise desta pesquisa. Elas decorrem de episódios que permaneceram na lembrança e que se reportam aos processos de escolarização e do trabalho na vida destes discentes. As narrativas trazem ao presente a lembrança destes cidadãos, fazendo com que a inquietação desta pesquisa busque nas suas histórias de vida as representações desde a infância até os dias de hoje. Busca-se resgatar, nesta história de vida, a relação com a educação e, posteriormente, ao trabalho, visando obter, por meio das lembranças, a reconstituição dos sujeitos ressignificando o passado e readaptando o presente por meio do PRP. Na sequência importa compreender como observam a reinserção no mundo educacional com vistas a identificar, categorizar e analisar as causas e os efeitos das dificuldades enfrentadas pelos discentes, uma vez que podem levá-los à retenção e/ou à evasão.

As entrevistas semiestruturadas foram com profundidade e com base nas narrativas sobre as suas vidas nos contextos da educação e do trabalho. Durante a pesquisa foram realizadas seis entrevistas com discentes vinculados ao PRP, nas quais foi possível entrevistar dois discentes evadidos e quatro discentes em cursos regulares. As entrevistas foram presenciais, com o intuito de ampliar a interação do pesquisador com os entrevistados. Elas foram realizadas na moradia dos entrevistados, tomando-se como fator determinante para o caminho da lembrança e com a função de suporte à memória (BOSI, 1994).

Os contatos foram buscados via CRA do IFRS *Campus* Erechim e com o responsável pelo Setor de Assessoria Técnica do PRP do INSS, região de Passo Fundo/RS. A produção de dados foi realizada de três maneiras: i) aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas aos estudantes, enviados por *e-mail* e, posteriormente, tabulados via *Google Forms*; ii) entrevistas semiestruturadas com os discentes regulares e evadidos; e iii) questionários com perguntas abertas e fechadas direcionados à CRA, à CAE e ao responsável pela Assessoria Técnica do PRP do INSS região de Passo Fundo/RS.

No que diz respeito à formulação da entrevista, buscou-se uma coerência dos fatos de maneira que o participante pudesse dar sequência ao pensamento em um sentido lógico e relembrar parte da sua vida, deixando fluir naturalmente o pensamento de cada um.

Segundo Bourdieu (1999), as perguntas devem ser feitas levando-se em conta a sequência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade à conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas, sim, fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto, o pesquisador pode muito bem ir suscitando a lembrança do pesquisado e, assim, prosseguir naturalmente com a entrevista.

A investigação deu-se em algumas fases na seguinte ordem: primeiramente realizou-se a pesquisa documental, visando à fundamentação teórica acerca do fenômeno do acesso, permanência e êxito; a seguir fez-se o levantamento e a análise dos dados quantitativos. Após, houve a aproximação aos discentes conforme as listagens do Setor de Assessoria Técnica do INSS e da CRA. As entrevistas foram realizadas de modo presencial e de acordo com a disponibilidade de cada participante. É importante frisar que o estudo em questão foi elaborado sob princípios éticos, e cujas interlocuções ocorrerão somente com a concordância do pesquisado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Anexo B.

Esta pesquisa está amparada pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob número 5.072.920 emitido em 30 de outubro de 2021, conforme parecer consubstanciado do Anexo C, bem como na sequência os formulários utilizados nesta pesquisa, disponíveis no Apêndice B.

Outro aspecto importante foi a alteração do nome dos interlocutores, de forma a evitar a identificação explícita. Neste sentido, foram utilizados nomes aleatórios que, posteriormente, são empregados também no PE.

5 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

O caminho percorrido nesta pesquisa busca atrelar narrativa sobre trabalho, “mutilação” e reabilitação e a sua relação com o contexto educacional, trazendo relatos que podem auxiliar no acesso, na permanência e no êxito destes discentes que frequentam o IFRS Campus Erechim.

5.1 Recordações da trajetória do segurado estudante

A interação com os discentes ocorreu por meio de questionários e entrevistas, posto que as abordagens destas últimas foram espontâneas e nos remeteram a um diálogo com os estudantes segurados. Dar voz a estes sujeitos foi emocionante. Compreendemos que o IFRS possui uma grande missão: romper com a dualidade estrutural enraizada em nossa sociedade, e isso deve ser um propósito coletivo, de todos e todas que fazem parte da instituição.

Os questionários eletrônicos foram enviados a um total de 17 estudantes, dos quais se obteve 13 respostas. Destes 13 participantes selecionamos 6 para realizar as entrevistas presenciais, e passamos a apresentá-los brevemente:

- a) Ana tem 47 anos de idade. Reside em um bairro de Erechim-RS. É casada. Iniciou seus trabalhos em casa de família e depois trabalhou em indústrias na cidade. Está afastada das atividades por causa de desgaste na coluna. É formada no Curso Técnico em Logística do ano de 2022.
- b) João tem 32 anos de idade. É solteiro. Reside no centro do município de Erechim-RS e sempre trabalhou na área de mecânica. Utiliza uma perna mecânica. É evadido do curso de Técnico em Mecânica.
- c) Maria tem 45 anos de idade. É casada e mãe de dois filhos. Reside no interior de Erechim-RS. Trabalhou na agricultura antes de inserir-se em indústrias no município. Possui limitação por desgaste nos braços. Cursa o Técnico em Alimentos.
- d) Paulo tem 38 anos de idade. É casado e pai de uma menina. Reside em um bairro de Erechim-RS e sempre trabalhou em indústrias do município. Possui desgaste na coluna e cursa o Técnico em Finanças.

- e) Pedro tem 51 anos de idade. É casado e pai de dois filhos. Reside em um bairro de Erechim-RS e sempre atuou como motorista. Possui labirintite e cursa o Técnico em Alimentos.
- f) Joana tem 52 anos de idade. É casada e mãe de dois filhos. Reside no centro do município de Barão de Cotegipe-RS. Trabalhou em casas de família e depois em uma indústria na mesma cidade. Possui lesão por exercício repetitivo na mão direita e é evadida do curso Técnico em Logística.

No decorrer das entrevistas verificamos, nas falas, de modo geral, as dificuldades de acesso à educação, caracterização da dualidade estrutural existente.

[...] a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso (MOURA, 2007, p. 11).

Nesse sentido, fica evidente a inserção do trabalho logo no início da vida de Ana, ocorrendo já aos 12 anos de idade. Ela relatou uma vida familiar com inúmeras dificuldades, ficando isolada no meio rural; é advinda de uma família com oito irmãos, sendo a força de trabalho a única “moeda de troca” para a renda familiar. Assim, desde cedo houve a desvinculação do ambiente escolar, e, conseqüentemente, do ambiente familiar, pois com apenas 12 anos de idade foi empregada como doméstica em uma casa de família na cidade de Erechim-RS. Trabalhando por mais de 12 horas por dia, exerceu todas as atividades da casa por um período de 7 anos, e nunca usufruiu de direitos sociais, como carteira assinada, férias e/ou 13º salário.

A lembrança sobre a sua jornada de trabalho é de que não havia tempo para os estudos, e, assim, a vida foi passando. Aos 19 anos casou-se e seguiu outro rumo, ingressando em uma indústria e, posteriormente, em outra, sempre trabalhando sistematicamente em atividades com gestos repetitivos. Com o passar do tempo houve o desgaste físico, que ocasionou dores e dificuldades de locomoção, tornando-a incapaz de desenvolver as atividades, sendo encaminhada, então, para o INSS.

Com base na história de Ana podemos analisar que, para estes sujeitos, o fator trabalho antecede, em grau de importância/necessidade, a educação, que foi, então, deixada em segundo plano.

Tendo em vista a necessidade de trabalhar para não “pesar” ou auxiliar na renda familiar desde muito cedo, os interlocutores assim relatam:

Eu morava no interior, tinha que caminhar cerca de dois quilômetros para chegar na estrada onde passava a Kombi para recolher os alunos, e dali em diante muitas vezes eu ia no bagageiro, pois não tinha lugar. Estudei até os 12 anos, depois tive que trabalhar para ajudar a sustentar a família, pois éramos muito pobres. Em virtude de auxiliar nas tarefas da casa eu muitas vezes nem ia na escola, pois precisava ajudar, sabe como é, se não trabalhava na colheita, nós perdíamos o pouco que tínhamos, e sim, logo aos 12 anos já fui trabalhar em casa de família, pois era muita gente para comer em casa, somos em 8 irmãos (Ana).

A família era grande e tínhamos pouca terra, então não tinha o que fazer, e também veio as máquinas, ficou mais fácil, então primeiramente eu cuidava a casa aqui no interior, enquanto os outros se dedicavam à lavoura, e depois eu me obriguei a ir procurar emprego na cidade, e o meu primeiro emprego foi auxiliar de produção, assim eu consegui auxiliar nas contas da casa com a renda e também na sequência criar os filhos. Tive que parar de estudar cedo e só consegui concluir faz cinco anos quando fiz o EJA (Maria).

Minha família morava aqui no interior de Barão de Cotegipe, era tudo difícil, trabalhar na roça é muito pesado, e eu sempre gostei de estudar, porém quando o pai dizia para ficar em casa ajudando eu tinha que ficar. Parei de estudar bem nova, eu tinha uns 12 a 13 anos, e foi quando fui trabalhar em uma casa de família. E lá não tinha tempo para estudar, trabalhava até de noite. Isso foi até os 17 anos, quando casei e fui trabalhar no viveiro de mudas da indústria que tenho vínculo até hoje. Fiquei uns 3 anos lá e depois vim para a cidade onde trabalhei até me afastar pelo INSS (Joana).

No Brasil, particularmente na década de 90 do século 20, de acordo com Antunes (2010), as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, uma vez que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associada a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar.

Também é possível destacar a questão dos direitos sociais, conforme menciona Antunes (2010), e a precarização do trabalho, e, nestes casos em específico, das mulheres, quando sua primeira relação com o trabalho foi em serviços domésticos, sem nenhum vínculo empregatício e afastadas das salas de aula.

Somando esses fatos percebe-se que o perfil destas discentes segue a mesma linha: baixa renda familiar, dificuldade de permanência em ambiente escolar na idade adequada e composição de família como parte da liberdade de um trabalho que se assemelha à servidão.

No que diz respeito à escolarização, os discentes relatam o seguinte:

Eu concluí os meus estudos pela modalidade EJA, inclusive foi a primeira da família a concluir o Ensino Médio e agora sou a primeira a frequentar um curso técnico (Ana);

Tive que parar de estudar cedo e só consegui concluir faz 5 anos quando fiz o EJA (Maria);

Eu parei de estudar cedo, para trabalhar, e concluí o Ensino Médio a pouco tempo via EJA em um colégio particular aqui de Erechim (Pedro);

Faz uns 5 anos que eu concluí o Ensino Médio; foi via EJA, que só foi possível pois a Prefeitura aqui da cidade fez uma parceria com um colégio particular de Erechim e eles vinham aqui ministrar as aulas (Joana);

Fiz os meus estudos condensados. Ou seja, estudei só até a quarta série, depois a conclusão das outras séries em oito meses, e o Médio por matéria em Joaçaba SC, porque não tem no RS gratuito. E quando faltava cinco matérias. Fiz a prova do Enceja e passei em todas (Salete).

O que há de comum em praticamente todos os casos dos discentes em reabilitação é que a formação até o nível médio se deu via EJA, o que evidencia não somente a dualidade estrutural, mas também as dificuldades enfrentadas em todo o percurso. Nesse sentido, a formação via EJA foi a oportunidade de retorno aos bancos escolares, e, além de ser difícil por estarem há anos afastados das salas de aula, também sofreram a interferência de todos os compromissos da vida adulta, como a responsabilidade pela família e o trabalho. Essas dificuldades continuam ligadas na linha do tempo, desde o ingresso no Instituto Federal, por meio da prova, e, posteriormente, na sequência do curso em que estão frequentando.

Em vista disso, a própria coordenação do programa de reabilitação fez a seguinte declaração:

A grande maioria dos nossos segurados conclui o Ensino Médio por EJA e/ou está afastado dos estudos há muito tempo. Suas experiências profissionais são basicamente braçais e não puderam fazer escolhas de trabalho (Coordenação do PRP do INSS).

Conseqüentemente, essa relação trabalho e educação não só não proporcionou condições de escolha de trabalho como também subtraiu a oportunidade de educação conforme preconiza a regularidade do sistema de ensino. Nessas condições deu-se a alocação em trabalhos rotineiros e braçais, com cargas horárias elevadas, não sobrando tempo suficiente para buscar a reinserção no ambiente educacional.

Do ponto de vista do sistema, pode ser um problema, por exemplo, readmitir o estudante dez anos depois de ele ter abandonado o processo de escolarização, mesmo que a escola ou o estudante não pensem assim. No

caso de o estudante não seguir um percurso escolar no tempo legalmente estabelecido, **o sistema precisará adotar estruturas alternativas que permitam seu retorno**, como são as escolas de segunda oportunidade ou, no caso brasileiro, de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Essa é uma perspectiva tradicional, diferente daquela que propõe a “educação permanente”, na qual o abandono e o retorno do estudante não são entendidos necessariamente como um problema. O estudante vai e volta (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 5, grifos nossos).

Segundo as autoras citadas, é imprescindível adotar estratégias alternativas para o retorno ao ambiente escolar, e a EJA foi a alternativa encontrada pelos segurados do INSS. Esse encontro com a educação nesta modalidade possibilitou-lhes a conclusão de uma etapa educativa de nível médio e a abertura de novas oportunidades, como é o caso dos discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS. Essa estrutura diferenciada de atendimento ao discente, todavia, cessa ao ingressar no curso regular de nível subsequente, pois não há uma expectativa de perfil de estudante.

Em consequência, volta-se ao método tradicional de educação, no sentido de um equilíbrio sobre os conhecimentos conquistados pelos estudantes até o momento. Esse formato não pressupõe diferenciação de métodos e/ou estratégias de ensino. No caso dos discentes em reabilitação com formação via EJA e afastamento dos bancos escolares há muito tempo, esses encontram dificuldades em diferentes dimensões que vão desde a organização pessoal para com os estudos, o domínio sobre o espaço escolar e relações interpessoais, até a destreza para lidar com os processos de aprendizagem.

Nesse sentido, independentemente do método de educação, é fundamental verificar em qual perspectiva estão ocorrendo as dificuldades que levam à retenção e à evasão escolar, considerando-se que

Na análise da evasão escolar, seja do ponto de vista do sistema de ensino tradicional ou da educação permanente, deve estar claro qual é a perspectiva considerada como principal referência, bem como os possíveis nexos entre essas diversas perspectivas: a perspectiva do sistema, a perspectiva da escola, a perspectiva individual (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 5).

Em relação a estas perspectivas, foi efetuado um levantamento com base na síntese dos dados coletados. No Quadro 2, a seguir, são demonstrados os principais fatores. É importante destacar que estes dados podem ser revertidos em estratégias de acesso, permanência e êxito a serem trabalhados em ações institucionais.

Quadro 2 – Fatores que interferem na evasão escolar

Fatores internos ao discente	Fatores internos à instituição	Fatores externos à instituição
Dificuldade de acompanhamento das disciplinas	Falta de investimento na melhoria de infraestrutura – capacitação – comunicação	Baixo investimento público governamental
Muito tempo afastado das salas de aula	Falta de comunicação sobre as opções de apoio na aprendizagem por parte de equipe pedagógica ²⁰	Descaso com a acessibilidade e a não aplicabilidade das leis existentes
Limitações físicas, psicológicas e intelectuais para o acompanhamento das aulas	Falta de Integração (discentes x família – instituição)	Lei de cotas para PcD no mundo do trabalho sem a devida fiscalização, falta de trabalhos adequados com remuneração acessível
O curso não era o pretendido	Dificuldade de efetivar a inclusão social	Transporte escolar precário e restrito
Dificuldade de interação com meios digitais	Ausência de espaços interativos que evidenciem a importância da educação na vida das pessoas.	
Dificuldade de interação social	Ineficiência no acompanhamento de políticas institucionais que dizem respeito ao PEPE	
Falta de organização pessoal para se dedicar aos estudos	Falta de cursos FIC nas modalidades presenciais e <i>on-line</i> com tutoria	
Pouca perspectiva de trabalhos adequados após a conclusão do PRP	Falta de um sistema integrado para acompanhamento dos discentes	
	Inexistência de parceria institucional para ingresso diferenciado	
	Parceria para acompanhamento integrado entre IFRS e INSS	
	Falta de um sistema integrado para acompanhamento dos discentes	
	Ingresso de discentes em chamadas posteriores	

Fonte: O autor, 2023.

Esse quadro foi elaborado a partir de dados coletados nos questionários e entrevistas em alinhamento com a teoria, além da interligação com as pesquisas expostas no Quadro 1.

Além dos fatores destacados no Quadro 2, é importante buscar, na trajetória destes discentes, as causas que os levaram a esse contexto de vida e a essa

²⁰ Equipe pedagógica: aqui incluídos professores, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais que compõem a equipe multidisciplinar de ensino.

reinserção ao ambiente escolar. Nesse sentido, alinham-se o trabalho e a educação como aportes teóricos importantes da pesquisa.

Nessa perspectiva, uma semelhança nos casos da pesquisa é o trabalho em atividades repetitivas e insalubre. Esses fatos geraram situações específicas de saúde e limitações, o que lhes afastou das atividades atuais, necessitando uma RP para retornar ao mundo do trabalho. Para isso.

Trata-se, nesse sentido, de um redesenho do mapa mundial dos acidentes e doenças profissionais e do trabalho cuja base de reconfiguração assenta-se em uma nova morfologia do trabalho expressa por clivagens e transversalidades entre trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, brancos, negros e índios, qualificados e desqualificados, empregados e desempregados, nativos e imigrantes, entre tantos outros exemplos (ANTUNES, 2010, p. 411-412).

Esse novo desenho de empregabilidade abrange o cenário ao qual estão inseridos os segurados do INSS. É um modelo que não aceita a improdutividade, pois somente se torna interessante quando há troca de valor, tornando-se necessária e obrigatória a reabilitação, conforme os casos perscrutados.

Nessa direção, há alguns relatos que podem ser citados, os quais expressam a pressão sobre os discentes que, de certa forma, são responsabilizados pela reinserção, com ou sem condições físicas ou estruturais:

Tranquei os estudos pois tentei voltar ao trabalho na mesma função, pois com o que eu estava ganhando pelo INSS não consigo me manter, e as outras funções na empresa não pagam bem, então vou tentar retornar mesmo assim (Paulo);

Eu sempre trabalhei na mesma empresa, e quando me machuquei eles me encaminharam para o INSS, e houve a tentativa de um trabalho adequado, porém me colocaram em uma linha de produção de embalagens, era visto que eu não ia conseguir, apesar de não ser um serviço pesado, a esteira passava e eu não dava conta de embalar. Depois, então, o INSS novamente solicitou se a empresa não teria uma função compatível, e a resposta foi que eu poderia trabalhar na limpeza. Imagina se eu ia conseguir; não consigo limpar nem a minha casa por causa do braço (Joana);

Eu sempre fui motorista, até então eu só sei fazer isso, e a empresa não tem outra vaga para mim lá, eles já têm gente no escritório, e me informaram que a minha vaga é motorista. A assistente social já pediu várias vezes para mim já ir procurando outro trabalho, mas eu penso: Quem vai querer uma pessoa que tem problema se tem tanta gente mais nova e desempregada? (Pedro).

Os depoimentos supra demonstram a individualidade na busca por soluções, que, por sua vez, são condições necessárias para a subsistência humana de cada segurado. Percebe-se que o PRP do INSS repassa a responsabilidade para o segurado, e, assim, é possível visualizar que não há o efetivo papel do Estado como promotor de defesa dos grupos sociais mais vulneráveis. De fato, não há uma

finalização do processo de seguridade social, pois a escolarização e o certificado que permitem concorrer às vagas de PcD não garantem ao segurado um trabalho adequado e com renda compatível.

Conforme Antun (2013), observam-se contradições entre a educação inclusiva e os pressupostos das sociedades capitalistas, pois a lógica do capitalismo pressupõe, de maneira excludente, a eficiência, a competitividade, a vantagem e o poder. A educação inclusiva apresenta-se enquanto desafio a essa lógica ao se pautar na solidariedade, na igualdade e na valorização da diversidade e dos direitos humanos.

Por esse ângulo, percebe-se que a reabilitação e a inclusão deveriam caminhar juntas, e, por isso, o fortalecimento institucional passa pelos núcleos de apoio enquanto suportes internos para o retorno ao trabalho, com condições adequadas e favoráveis a estes discentes.

5.2 Processo de opção e ingresso no curso: o acesso

A inserção nos cursos do IFRS deu-se de maneira a cumprir-se a Lei nº 8.213/91 (BRASIL, 1991), que determina a reabilitação para retorno em atividades distintas das quais o segurado estava por fazer,

[...] visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, **em caráter obrigatório**, independente de carência, e às pessoas com deficiência, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (INSS, 2011, p. 9, grifo nosso).

No que diz respeito à obrigação dos estudos nos cursos do IFRS, não é de fato condição de permanência, mas uma imposição mencionada nas respostas ao questionário quando consultados sobre a escolha do curso:

Era o curso que eu tinha como opção devido ao meu processo de reabilitação (Ana);
Sem escolha, o que ofereceram (Paulo);
O INSS me mandou (Lucas);
Imposição do INSS (Luiz);
Afinidade com a reabilitação (Júlio).

Essa situação demonstra o quanto é importante a instituição conhecer esse discente e engajá-lo em um projeto de emancipação social, criando alternativas para que essa oportunidade de qualificação profissional seja realmente uma alavanca para

o combate à desigualdade social por meio da autonomia e da independência deste cidadão, neste caso ainda mais evidente pela inclusão de pessoas com saúde comprometida no ambiente educacional.

A inserção é vista como um desafio para os estudantes que mencionam as dificuldades de êxito já no processo seletivo de ingresso, desde a realização da prova até a documentação a ser entregue na instituição de ensino, conforme segue:

Eu acho muito difícil em entrar nos cursos por causa das provas (João);
Tive bastante dificuldade na prova de seleção (Maria);
A documentação para matrícula é extensa, difícil entender o que precisa (Bruno);
É bem difícil passar na prova, faz muito tempo que não estudo (Miguel);
Fiz duas vezes a prova e ainda assim fiquei como suplente (Salette).

Quanto ao curso, os discentes relatam, na entrevista, que a opção repassada pelo INSS é que fossem cursos gratuitos, e que se optassem por outros cursos de seu agrado esses deveriam ser custeados pelo próprio beneficiário, conforme segue:

O que me foi ofertado, de acordo com a minha limitação foi o curso de Finanças ali do IFRS, e o pessoal do INSS falou que tinha que ser esse, e se eu quisesse outro curso diferente, teria que pagar para fazer (Paulo);
Os cursos oferecidos pela assistente social eram Finanças, Logística e Alimentos, que se encaixavam de acordo com as minhas restrições físicas. Todavia não era exatamente esses cursos que eu gostaria (Pedro).

Outro fator destacado pelos discentes na entrevista é o desconhecimento sobre o curso a frequentar, posto que não houve um diálogo sobre a que esse curso se destinava e quais seriam as disciplinas que o compõem, como pode ser observado na fala de Pedro:

Quando eu iniciei o curso de alimentos eu não sabia exatamente o que seria, pois é muito amplo, são vários aspectos, então agora no decorrer do curso eu estou observando que são tantas coisas que nem poderia imaginar. Sempre é bom o aprendizado, porém eu não imaginava que teria tanta disciplina e que tudo isso era necessário para produzir um alimento.

Por outro lado, em resposta a esse questionamento, o INSS menciona que é feita uma análise do potencial laborativo e, a partir desse ponto, os discentes podem escolher o curso que desejarem, de preferência que seja gratuito, mas com a possibilidade de haver disponibilização de recurso mediante licitação, conforme destaque na sequência:

Tanto os cursos quanto as Instituições serão selecionadas a depender da demanda que o segurado nos traz. O setor de Reabilitação Profissional primeiramente esgotará as possibilidades de ofertas na comunidade, que sejam gratuitas. Na impossibilidade de oferta gratuita se dará os trâmites de aquisição com repasse de verba, que envolve licitação (Coordenação do PRP do INSS).

Analisando este quesito, pode-se destacar que há uma informação prévia sobre os cursos, porém até mesmo os servidores do INSS desconhecem o currículo do curso e/ou não têm um conhecimento mais amplo sobre ele, o que dificulta, também, a orientação dos segurados.

No modelo de Tinto 1975 (*apud* FEITOSA, 2020) é destacada a interação com a instituição e o curso, e, segundo o autor, na medida em que isso não ocorre a probabilidade de evasão e/ou repetência aumenta. Então, de fato, esse conhecimento sobre o curso e a instituição é fundamental para a permanência e o êxito.

Neste ponto caberia uma reflexão sobre a afinidade específica dos cursos e a aceitação por parte dos segurados, uma vez que pode haver desmotivação por cursar algo em que não necessariamente há uma relação de identificação.

Como fator prioritário de interação nos cursos do IFRS, é importante mencionar que as primeiras semanas do curso são importantíssimas, tanto pela interação social e acolhimento quanto pelas revisões e explanações sobre as disciplinas e o curso em si. Esse ponto é evidenciado nos relatos a seguir:

Como fazia anos que eu estava afastada das salas de aula e a minha formação foi EJA eu não fui bem na prova, e quando fui chamada já tinha quase um mês de aula (Ana);

Devido à minha colocação na prova eu ingressei quando a turma já tinha 2 semanas de aula (Maria).

O processo de ingresso, no formato de exame de seleção, em específico para os segurados do INSS, configura-se como barreira de engajamento, tanto acadêmico como social, dificultando desde o acesso, a permanência e o êxito na instituição.

Dore e Lüscher (2011) destacam dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer.

Esse ponto faz-nos refletir sobre essas chamadas posteriores para preenchimento de vagas remanescentes e como a instituição poderia minimizar essa

situação. Almeja-se que o PE desta pesquisa seja uma ferramenta com a qual, por meio da exposição de benefícios que o IFRS possui e com a sugestão de novas estratégias institucionais, o discente possa recuperar esse período em atraso.

Neste ponto cabe destacar, também, que não há atividade de acolhimento deste discente, dificultando as ações de integração tanto institucionais quanto de sociabilidade.

Nesse seguimento, destacamos a entrevista de Joana, que relata:

Eu cheguei logo no início, então fui conhecendo os colegas, e nós nos auxiliávamos. Nós tínhamos um grupo da reabilitação e cada pouco chegava mais alguém. Nós éramos em cinco pessoas da reabilitação, então nós fazíamos os trabalhos juntos, pois tínhamos as mesmas dificuldades.

Esse início no curso demonstra que há uma união dos discentes em reabilitação, que, conforme vão iniciando o estudo, se auxiliam, de modo a criar vínculos entre si. Por um lado, essa situação pode ser aproveitada pelo IFRS, proporcionando atendimento a esses grupos que possuem as mesmas dificuldades. Esse atendimento pode ser por meio do horário disponível do professor ou, até mesmo, pelo auxílio de bolsistas.

Fazendo uma analogia ao trabalho, Kuenzer e Grabowski (2016) trazem-nos a produção do conhecimento no campo da educação profissional sob o regime de acumulação flexível, e, quando comparado para o caso em específico, ligado à educação e à seguridade social, percebe-se uma ligeira aproximação com a inclusão excludente mencionada pelos autores.

A estratégia através da qual o conhecimento é disponibilizado/negado segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, através de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e na maioria das vezes meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética (KUENZER; GRABOWSKI, 2016, p. 30).

Nesse caso em específico, a inclusão excludente é proporcionada aos segurados do INSS por dois motivos explícitos: um pelo ingresso tardio, colocando-os em situação precária, com o acesso em chamadas posteriores, excluindo-os de atividades institucionais importantes, como o acolhimento, a socialização e o conhecimento sobre os objetivos e caminhos do processo produtivo; outro aspecto

significativo trata sobre as limitações de cada segurado, posto que foram afastados do trabalho por perda de potencial laborativo, e, nesse sentido, o PRP considera o segurado apto a concorrer por vagas de PcD quando concluir a RP, fato que não acende o sinal de alerta ao Napne. As informações sobre as restrições não são contabilizadas no momento da matrícula junto ao IFRS, ficando excluídos do atendimento institucional especializado.

O INSS e o IFRS trabalham de maneira desalinhada, pois não há interação entre os órgãos, nem no acesso tampouco na permanência e êxito dos discentes. Pelo contrário, há um distanciamento entre as instituições que possuem atuações específicas de tratamento aos segurados que não buscam comunicação entre si, dificultando, assim, a efetiva RP dos segurados discentes.

O que poderia haver é um trabalho integrado entre as instituições desde o acesso. Nesse rumo, seria de fundamental importância um ingresso diferenciado além das vagas já oferecidas nos processos seletivos da instituição. Essas vagas específicas beneficiariam o ingresso de discentes exclusivos do PRP.

[...] o acesso fica vinculado ao movimento de possibilitar aos diferentes perfis de brasileiros a entrada nos ambientes acadêmicos de formação nos diferentes níveis, promovendo equidade para grupos historicamente excluídos (OLIVEIRA, 2021, p. 52).

Colaborando com o que afirma o autor e procurando incluir, é importante salientar que o IFSC já trabalha com esta sistemática, criada por termo de cooperação técnica juntamente ao INSS, proporcionando duas vagas extras em diferentes modalidades, conforme segue:

Constitui objeto do presente termo de cooperação técnica o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação, relativamente à garantia de duas (2) vagas na oferta de cursos profissionalizantes (Técnicos Subsequentes, Proeja, e de qualificação profissional – Formação Inicial e Continuada – FIC) aos beneficiários em programa de reabilitação profissional ao INSS, conforme o disposto nos art. 316 e 317 do Decreto nº 3.048, de 1999, em parceria com o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (IFSC, 2022).

O presente termo de cooperação traz, ainda, que

Os cursos profissionalizantes serão gratuitos, atendendo à qualificação profissional, ditos FIC – Formação Inicial ou Continuada, e Subsequentes, nas áreas de atuação dos Câmpus do IFSC, e serão garantidas (02) duas vagas, além do previsto no edital, para atender os cidadãos em reabilitação profissional do INSS (IFSC, 2022).

Percebe-se que o Termo de Cooperação Técnica adotado pela coirmã federal não traz prejuízos a quem concorre ao edital regular de ingresso na instituição, tampouco impossibilita que os próprios segurados do INSS possam fazer o exame de seleção, e, no caso específico, elimina a burocracia para o atendimento legal da RP exigida pela legislação do INSS.

Cabe destacar que além do IFSC, o IFC e o IFPR também já disponibilizam acordos semelhantes, visando proporcionar um modelo humano de reabilitação profissional.

A criação de um convênio, tal qual já é ofertado pelas coirmãs federais seria um passo importante para o público desta pesquisa, proporcionando condições de acompanhamento e suporte desde o início do curso e durante todo o desenvolvimento, tanto na questão pedagógica quanto inclusiva. Para tanto, almeja-se que, no decorrer desta pesquisa, haja a efetivação de um convênio similar ao desenvolvido junto ao IFSC para que possamos melhor atender ao público em RP.

Para esta pesquisa é evidente que as questões políticas são importantíssimas para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, e que, acima de tudo, é necessário planejar, desenvolver, controlar e ajustar os programas e processos para que seja possível interceder com melhorias e oportunizar novos convênios de acordo com a missão institucional.

Posto isso, volta-se à situação atual da pesquisa, com foco nos discentes do ensino técnico subsequente, com possibilidade de emancipação de um cidadão vinculado ao PRP do INSS por intermédio da educação. Aquele que teve o trabalho como primeira opção foi afastado do ambiente profissional por perda de capacidade laborativa, vivenciou a dualidade estrutural em todas as dimensões da vida, prestou um processo seletivo de ingresso e, depois de chegar à instituição de ensino, tem dificuldades de permanência e êxito. Ele ainda traz consigo lembranças árduas de sua vida profissional e busca, de maneira obrigatória, um reestabelecimento em outra função de trabalho. Sob vários nomes, estes segurados-discentes enfrentam a mesma situação de dificuldades e fracasso.

De acordo com Arroyo (2000), o fracasso escolar é reflexo do fracasso social, e, de certa forma, esse ingresso posterior não é adequado, observadas as dificuldades impostas a este cidadão já percorridas anteriormente. Uma das abordagens do autor trata dos processos de classificação dos estudantes. O processo seletivo por meio de provas é efetivamente a melhor opção para o ingresso na instituição pública? À

margem disso tudo vem a inclusão social, considerando que o processo seletivo afasta da educação pública quem mais precisa de educação, e ainda assim, quando consegue ingressar, “já não pode escolher o seu lugar”, já perde a revisão e o acolhimento. Seria essa a educação que queremos? Seria essa a chance de RP? Seria essa a maneira mais adequada de promover a emancipação humana por meio da educação?

Certamente o IFRS pode conhecer e reconhecer esse discente começando por um acordo de cooperação técnica, que o insira sem processo seletivo, reconhecendo-o desde o acesso à instituição e possibilitando, assim, o acolhimento, a integração, a ambientação e o posterior acompanhamento de suas capacidades cognitivas, de sociabilidade e de apropriação tecnológica e cultural, como forma decisiva de promover a permanência e o êxito no meio educacional. Enquanto isso não ocorrer é necessário que haja mecanismos de identificação destes discentes no sistema de matrícula, para que se possa atendê-los da melhor maneira possível.

5.3 A emancipação do sujeito segurado estudante: permanência, êxito e reabilitação profissional

Permanecer no ambiente educacional é muito mais do que uma forma simples de dar continuidade; é pertencer à instituição, sentir-se engajado e agir ativamente em prol de uma emancipação social.

O ato de permanecer vincula-se ao sentimento de pertencimento à instituição, com a participação ativa nas atividades curriculares e em atividades de pesquisa e extensão, com a identificação com o curso, entre outros fatores (OLIVEIRA, 2021, p. 52).

Conforme exposto pelo autor citado, o sentimento de pertencimento à instituição é fundamental para permanência, e, na verdade, mais do que isso, é importante para o sujeito se identificar com o curso e, até mesmo, com o próprio futuro do PRP.

Esse retorno aos bancos escolares por parte dos discentes em PRP, de certa forma, requer uma adaptação dos segurados discentes, e faz parte do processo de emancipação.

Para Adorno (2022), a adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador. Essa tarefa não é simples, pois precisamos nos libertar de um sistema educacional com foco apenas no indivíduo.

Uma forma de identificar-se e permitir que o sujeito exista para a instituição é mediante o diálogo, quando:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1986, p. 42).

É por meio do diálogo que o IFRS pode expor as ações para permanência e êxito, incluindo projetos de ensino, pesquisa e extensão e núcleos de apoio, além de uma política institucional de permanência e êxito coordenada pela assistência estudantil, e de outras formas de integração, tais como jogos institucionais, mostras de arte e cultura, núcleos de ações afirmativas, entre outros eventos que, de uma maneira ou outra, podem auxiliar no contexto dos discentes em PRP.

Com relação ao papel institucional da assistência estudantil, como setor responsável pelo pertencimento por meio da integração do estudante à instituição, seguem as manifestações:

Como eu iniciei e logo veio a pandemia eu não conheço nenhum setor da instituição (Maria);

Eu recebo o auxílio do INSS, então nunca observei os editais do setor (Pedro);

Eu não conheço a assistência estudantil. Talvez como eu ingressei algumas semanas depois acabei perdendo essas explicações (Bruno);

Eu não conheço a assistência estudantil (Luiz);

Mais ou menos. Sim. Auxílio estudantil de baixa renda. (Miguel);

Sim, conheço, mas nunca precisei deles (Salette);

Eu não preciso, pois como já ganho auxílio-transporte do INSS, nunca me interessei sobre o setor (Júlio).

Fica expresso nas respostas que os discentes desconhecem o trabalho da assistência estudantil para além dos auxílios estudantis. Assim, provavelmente não houve nenhuma interação com o setor de assistência estudantil do IFRS Campus Erechim, como pode ser observado quando a CAE foi questionada sobre o atendimento aos discentes do PRP:

O conhecimento que temos é dos discentes em geral, não específicos (Coord. Assistência Estudantil).

Apesar de não haver atendimento específico em relação aos discentes em PRP quando questionada sobre como é comunicado quanto a demandas de atendimentos, a resposta da CAE é a seguinte: *“Através de reuniões, e-mails e telefonemas”*.

Percebe-se que não há uma padronização para os casos de atendimento e não há um sistema que comunique e monitore esse atendimento. Por outro lado, foi questionado o setor sobre que medidas poderiam ser introduzidas para a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos do PRP do INSS, obtendo-se o seguinte:

Creio que várias medidas são tomadas, o problema é que não há conscientização dos estudantes, pois na maioria das vezes eles se sentem “obrigados” em cursar (Coord. Assistência Estudantil).

Sobre a Assistência Estudantil houve um questionamento quanto a quais ações eram executadas pelo setor, e recebemos a seguinte resposta:

A Coordenadoria de Assistência Estudantil tem o propósito de contribuir com a ampliação das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, atentando às demandas educacionais de modo a identificar, encaminhar e acompanhar situações relacionadas a questões sociais, psicológicas e pedagógicas que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

COMO ACESSAR OS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

As atividades desenvolvidas pela Coordenação de Assistência Estudantil são executadas por meio de dois eixos centrais:

Ações universais:

São ofertadas para todos os estudantes da instituição e podem ser acessadas por meio da participação das atividades propostas pela Coordenação, que envolvem ações coletivas e individuais.

Para agendar atendimento psicológico, social ou pedagógico o estudante pode procurar os profissionais da equipe.

Programa de Benefícios:

É destinado prioritariamente aos estudantes que apresentarem renda per capita de até 1,5 do salário-mínimo. São acessados por meio de inscrição nos processos de seleção, abertos em editais específicos para posterior avaliação socioeconômica (Coord. Assistência Estudantil).

Considerando que há um distanciamento entre a CAE e os discentes, é evidente que, mesmo que houver programas institucionais destinados a auxiliar para a permanência e o êxito, torna-se complicado a minimização da problemática. Assim, o primeiro passo é incluir este discente e acompanhá-lo, buscando, de fato, a prevenção e trabalhar o caso da situação de obrigação do estudo, para que esse cidadão possa dar um novo sentido a esta trajetória de reabilitação.

Outro evento que poderia ser introduzido é um sistema de informações e acompanhamento em relação aos estudantes, padronizando as informações e criando um banco de dados unificado referente aos atendimentos, facilitando, assim, ações futuras de combate e prevenção à evasão escolar.

Dore e Lüscher (2011) destacam que a maioria dos estudos enfatiza que é primordial haver uma prevenção da evasão, com dedicada atenção individual para aqueles identificados com risco de evadirem.

Em relação ao desempenho dos discente, a coordenação do INSS afirma:

[...] sendo assim, as maiores dificuldades observadas [dos discentes segurados] são o uso da tecnologia e a linguagem (corporal/fala e escrita). Se fosse possível o IFRS ofertar talvez preparatórios para os cursos ou concomitantemente módulo ou módulos com enfoque: tecnológico, informática básica e aplicada, escrita, leitura, matemática básica... auxiliaria na permanência e aprendizagem (Coordenação do PRP do INSS).

Percebe-se que a sugestão da coordenação do INSS vai ao encontro de prevenir, citando auxílios que poderiam ser ofertados pela instituição que, inclusive, fazem parte do rol de atividades do IFRS e que são disponibilizados em formatos de monitoria e cursos de extensão. No Quadro 3 pode-se verificar algumas questões que o IFRS possui em relação à permanência e êxito e pontos que poderiam melhorar no que diz respeito à prevenção.

Quadro 3 – Fatores de permanência e êxito.

O que o Instituto Federal proporciona para permanência e êxito	Lacunas existentes
Assistência estudantil	Falta de comunicação para expor as propostas de assistência estudantil
Bolsas de ensino, pesquisa e extensão	Falta de divulgação e incentivo à participação nas bolsas oferecidas
Monitoria	Falta de divulgação e incentivo à participação nas bolsas de monitoria
Horário de atendimento ao estudante por parte do professor	Não houve na pesquisa resposta de utilização de horário de atendimento do professor, e não houve atendimento em grupos
Núcleos de apoio ao estudante, tais como NAPNE, NEABI, NEPGS, etc.	Falta de comunicação (divulgação e ações) aos discentes sobre os núcleos e suas atribuições
Estrutura educacional com salas de estudo, biblioteca, laboratório de informática, computadores para pesquisa e realização de trabalhos	Não há interação dos segurados do INSS com a estrutura educacional – falta conhecimento, divulgação e incentivo para a utilização dos espaços de apoio institucional
Xérox e área de convivência	Falta de espaço para práticas esportivas
Seminários e eventos institucionais de integração, tais como Salão de Ensino, pesquisa e extensão	Falta de eventos institucionais para a integração com as famílias dos discentes

Fonte: O autor, 2023.

No Quadro 3 são expostas ações institucionais que possuem, entre outros objetivos, a prevenção da retenção e da evasão. Estas ações dialogam com o Pepe do IFRS. Também são expostas alternativas com base na produção de dados da pesquisa.

De acordo com o documento orientador, para a superação da evasão e da retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica é necessário:

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que dêem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional (BRASIL, 2014, p. 28).

Nessa perspectiva, o IFRS, por meio do PDI, destaca o seguinte:

As políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes envolvem diversas modalidades de auxílio. Os projetos de apoio pedagógico visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, e, entre as diferentes propostas, destacam-se atividades relacionadas à arte, à cultura e ao esporte. Essas existem para o incentivo às atividades que integram e desenvolvem habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer (IFRS, 2018, p. 32).

O IFRS trabalha, também, com a criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de prevenção a fim de superar os índices de evasão e retenção identificados na instituição. Outra ação do IFRS junto ao plano estratégico é a criação da CIAAPE, que atua diretamente com o foco de permanência e êxito.

A questão de prevenção encaixa-se perfeitamente junto aos beneficiários do INSS, que já enfrentam um conturbado processo de ingresso, necessitando disputar vagas na ampla concorrência com um público mais bem qualificado e quase sempre com formação mais recente. Em geral, o acesso se dá em chamadas posteriores e resulta na perda das revisões iniciais do curso bem como nas apresentações e explicações sobre o funcionamento da instituição, dificultando, assim, não só o ensino e a aprendizagem, mas também a interação social do indivíduo com a instituição.

No questionário também aparecem respostas neste sentido:

Sim. Eu acho muito difícil em entrar nos cursos por causa das provas. Vestibular. Porque tem algumas pessoas que têm certa dificuldade nas provas e têm uma grande habilidade no curso. Eu acho que tem que haver uma outra maneira das pessoas entrarem nos cursos. Porque tem vários alunos que têm uma facilidade muito grande em passar no vestibular e vão umas vezes e depois abandonam, tirando a vaga daquele que rodou e que tinha uma vontade enorme em estar cursando (Lucas);
Difícil por causa das provas (Salette).

Pelo fato de os segurados do INSS necessitarem fazer a prova de acesso universal, a instituição desconhece esse discente, e interage seguindo os mesmos protocolos a todos. Além disso, em resposta ao questionário, o responsável pela CRA destaca que não há nenhum instrumento de coleta de informações no momento da matrícula que possa indicar e/ou direcionar que o discente possui vínculo com o INSS; o que geralmente ocorre é uma fala natural do discente, que apresenta dificuldades e precisa de auxílio para o encaminhamento da documentação para matrícula. Além disso, o setor relata que só é possível identificar o discente quando ele necessita do atestado de frequência para não perder o benefício, e, neste momento, é que se verifica que ele possui vínculo com o PRP, conforme resposta a seguir:

Existe conhecimento dos discentes somente a partir do momento em que eles nos procuram para validar a sua frequência em sala de aula com um formulário específico emitido pelo INSS e conferido com o registro da frequência nos sistemas acadêmicos. Nosso atestado de frequência oficial não é aceito pelo INSS. Até o momento somente esse é o encaminhamento (Coordenação dos Registros Acadêmicos).

Uma outra questão abordada ao setor é em relação ao processo de matrícula dos discentes que frequentam os cursos técnicos subsequentes: se eles ocupam vagas universais ou vagas específicas (PcDs, cotistas). Também questionamos em relação ao sistema de matrícula: se há algum campo específico para colocar observações e/ou direcionar para um atendimento diferenciado:

Não ocupam vagas específicas. Existe no formulário de matrícula um campo específico para colocar observações (algum problema específico de saúde). No atual sistema de reserva de vagas não são contempladas vagas específicas para candidatos que participam do programa de reabilitação do INSS (Coordenação dos Registros Acadêmicos).

Durante esta pesquisa já está sendo trabalhado, juntamente ao setor de ingresso do IFRS, para que no formulário de matrícula haja uma questão específica sobre o vínculo ao INSS. Essa é uma medida paliativa que busca identificar esse discente até que outras ações institucionais sejam concretizadas, tal como o acesso diferenciado. Cabe destacar que uma das prerrogativas da CIAAPE é propiciar o

desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas, o que se alinha perfeitamente à questão da RP.

Cabe destacar, entretanto, que as ações da CIAAPEE estão praticamente estagnadas desde a sua criação, participando somente de algumas reuniões e sem acompanhamento de discentes, atividades e/ou proposições de melhorias no que diz respeito ao tripé acesso, permanência e êxito. Para tanto, a instituição necessita urgentemente rever a metodologia desta comissão, para que passe a atuar efetivamente no combate e prevenção à evasão escolar.

A importância desta comissão pode ser vislumbrada pelas dificuldades relatadas, posto que na aplicação do questionário 76,9% dos discentes mostram que possuem dificuldades no decorrer do curso. Nesse momento cita-se algumas respostas obtidas mediante o questionário:

Eu tenho muita dificuldade com matemática e informática (Ana);

Eu estou muito tempo afastada das salas de aula; então nas disciplinas de matemática, informática e química, por exemplo, eu tenho muita dificuldade (Maria);

Dificuldade em matemática e informática (Pedro);

Para mim é difícil fazer os trabalhos, pois não conseguia digitar no computador e não tinha muitos conhecimentos na área da computação (Joana);

Tudo é muito difícil (Luiz);

Muito conteúdo, tenho dificuldades com leituras (Miguel);

Para mim, cálculo é a maior dificuldade, e tem a informática também (Júlio).

Além das dificuldades citadas, os discentes respondem o seguinte quanto à sua afinidade com os meios digitais: 61,5% responderam ser baixa e 38,5% responderam ser média; não houve nenhuma resposta sobre conhecimentos bons ou ótimos. Isso demonstra uma grande dificuldade na utilização de meios digitais para a maior parte dos discentes.

Outra questão é sobre a preferência entre o estudo presencial ou o remoto. As respostas do questionário foram:

Presencial. Mais fácil de sanar dúvidas (Ana);

Presencial. Tenho muita dificuldade (Lucas);

Remoto. Consigo rever as aulas sempre que necessário (Luiz);

Remoto. Mais tempo para estudar (Júlio).

Percebe-se que as dificuldades são generalizadas, perpassando por praticamente todo currículo do curso e formatos de estudo. Essas dificuldades perpassam o sistema escolar e trazem consigo o fracasso social de dedicação desde

cedo ao trabalho, deixando a educação em segundo plano. Após esse questionamento foi abordado a quem os discentes recorrem quando possuem dificuldades, sendo:

Minha sobrinha (Ana);
 Meu filho, inclusive ele faz Marketing no IFRS (Maria);
 Minha esposa me ajuda quando preciso (Paulo);
 Meu filho me ajuda (Pedro);
 Minha filha me auxilia (Joana);
 A minha esposa ajuda (Luiz);
 A Glaucia, bolsista, me deu grande ajuda. Sem ela não conseguiria. Com relação à Internet meu esposo também me ajuda (Salette);
 A assistente social do INSS (Marcos).

Verifica-se que as respostas seguem uma linha de assistência familiar e a instituição fica como segunda opção. A única resposta que mencionou que teve auxílio de uma bolsista enfatiza que, sem ela, não teria conseguido. Essa resposta é muito importante para a pesquisa, pois evidencia que existem caminhos e que a instituição tem condições de atender, porém precisa otimizar estratégias para que o êxito seja alcançado.

Outro questionamento foi em relação à coordenação de curso. Foi indagado se os beneficiários do INSS conhecem e se sabem qual a função dela junto aos estudantes:

Sim, o professor Marcos. Ele me ajudou muito e me motivou. Conheço ele desde a empresa onde eu trabalhava antes de estudar aqui no IF (Ana);
 Não conhecia o coordenador do curso (Maria);
 Professor Marcos. Só sei que ele é o responsável pelo curso, mas não sei exatamente tudo o que ele faz (Lucas);
 Não faço ideia quem seja (Luiz);
 Não conheço (Miguel).

Novamente pode-se observar um descompasso em relação ao conhecimento dos recursos institucionais, e, da mesma forma, quando há uma interação maior é perceptível o resultado positivo. Seria importante a participação efetiva das coordenações do curso para fazer os encaminhamentos necessários em relação a esses discentes, pois a função poderia servir de fio condutor dos discentes para com os aportes institucionais, sejam eles em assistência estudantil, bolsistas, projetos de ensino, pesquisa e extensão, e até mesmo pelo incentivo do diálogo no ambiente educacional por meio da interação com o grupo de professores.

Essa relação da coordenação e professores poderia auxiliar nas questões de retenção, uma vez que os discentes fazem algumas considerações nas entrevistas.

Conforme Maria:

Logo depois que eu comecei veio a pandemia do Covid 19, e eu tive que cursar as atividades de casa. Para mim está sendo difícil, pois aqui no interior a internet não funciona bem; então eu enviei os trabalhos pela plataforma e o professor disse que não recebeu, e nessa disciplina eu reprovei, e agora, neste semestre, já deixei de lado, tanto essa de química como de matemática, que tenho dificuldades.

Nessa fala é perceptível que há dificuldades nas questões de informática, e não há um diálogo com o professor e/ou um suporte que possa auxiliar este discente. Por consequência, esta discente está escolhendo algumas disciplinas para cursar, retardando a sua formação e deixando de ter um vínculo com a turma inicial, dificultando a relação social com os outros colegas.

O fator de retenção também é enfatizado por Pedro, que menciona o seguinte:

Agora o INSS está me cobrando porque eu reprovei em duas disciplinas no semestre passado, e eu tenho dificuldades com matemática; uma por estar há muito tempo afastado das salas de aula, e outra por causa da minha dor de cabeça. Na medida que eu começo a forçar para resolver as questões a minha labirintite ataca e eu tenho que sair da sala. Já expliquei que foi por isso que reprovei, porém a assistente social continua a me ligar, ameaçando que vai cortar o benefício. Este semestre estou fazendo menos disciplinas para ver se consigo dar conta.

Os fracassos apresentados por meio da retenção levam-nos a considerar dois fatores em específico: a questão das dificuldades pedagógicas e a questão das restrições físicas, que se somam a dificuldades psicológicas pela pressão em concluir o curso, mesmo que sem as condições adequadas.

Avaliando as dificuldades e considerando que os discentes possuem deficiências pelo tanto que já foram afastados das atividades laborativas, é necessário buscar a inclusão no IFRS.

Neste ponto é importante destacar que o IFRS, por meio da Instrução Normativa da Pró Reitoria de Ensino nº 07, de 4 de setembro de 2020, dispõe do Plano Educacional Individualizado (PEI), que:

É um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades. É um plano e registro das estratégias que visam promover acessibilidade curricular e que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele.

Neste instrumento devem ser registrados os conhecimentos e habilidades prévios que identificam o repertório de partida, para que seja possível acompanhar a evolução em direção aos objetivos, e planejar novas estratégias de ensino e aprendizagem. É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante (IFRS, 2020b).

Isso posto, é necessário verificar caso a caso a possibilidade de utilização do PEI, uma vez que os discentes com vínculo ao PRP possuem limitações e, dependendo da condição, esse pode ser empregado. Cabe destacar que não é obrigatório laudo médico para dar início à realização dos encaminhamentos que se fizerem necessários ao melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

5.4 A inclusão e o mundo do trabalho para os discentes em PRP

Nos últimos anos houve algumas mudanças nas questões referentes à inclusão, e o entendimento de necessidades educacionais especiais passa a ter uma compreensão mais ampla, uma vez que não enfatiza a deficiência e limitações, mas a relação pedagógica, as potencialidades e as diferentes possibilidades de aprendizado (BRASIL, 2011a).

Para tanto, parte-se da premissa de que, ao invés de focalizar a pessoa na sua deficiência e na sua capacidade de ajustar-se ao meio educacional e social, a sociedade é que deve redimensionar o contexto e as relações efetivas, tanto no campo educacional quanto no acesso ao mundo do trabalho, de modo que assegure a igualdade de oportunidades.

No estudo em questão, mesmo que os discentes, em sua maioria, não acessem a instituição por meio da política de cotas de PcDs, o vínculo ao Napne é fundamental pelas circunstâncias que cada segurado do INSS possui, e que, de fato, já foram consumadas pelas equipes multidisciplinares do INSS com limitação de potencial laborativo; conseqüentemente essas perdas afetam a participação efetiva em sala de aula.

Sob esse aspecto, os Napnes agem como ferramenta de apoio à inclusão, constituindo-se em um centro de apoio permanente e fomentador de “[...] novas estratégias, mudanças de atitudes, superação de preconceitos e estereótipos, ressignificando, constantemente, conceitos e valores” (BRASIL, 2011b).

Cabe destacar, nesse momento, todavia, que os discentes, em sua maior parte, desconhecem o Napne, conforme respostas ao questionário:

Eu nunca ouvi falar do Napne (Paulo);
Eu desconheço esse tal de Napne (Pedro);
Nunca ouvi falar (Joana);
Não, eu só conheço o coordenador do curso (Marcos).

Esse desconhecimento do discente sobre o núcleo é um fator impactante, pois muitas ações poderiam ser organizadas para minimizar os efeitos que dificultam a permanência dos discentes em condições adequadas, entre as quais salientamos os seguintes relatos obtidos com as entrevistas:

Eu tenho muita dor nas costas; então, para mim ficar sentada em uma cadeira de madeira é muito dolorido (Ana);

Para mim era difícil a locomoção por causa da perna mecânica que possuo; aí com o deslocamento e o calor em sala de aula, começa a inchar e eu preciso desencaixar. Quando falei que não tinha como ir todas as noites, a assistente do INSS me mandou ir de muletas; foi aí que eu desisti de estudar (João);

Eu tenho muita dor de cabeça por causa da minha labirintite, então eu não consigo acompanhar o professor; aí tem professores que entendem, vão mais devagar, mas tem outros que dizem que precisam concluir a disciplina; aí eu saio da sala para tomar uma água e espero normalizar, porém ao meu retorno já perdi um monte e, às vezes, nem consigo retornar. Além disso tenho um colega na sala que está praticamente cego e observo a dificuldade dele em enxergar a apresentação. Ele está muito desanimado, acho que logo vai desistir. Eu tento ajudar, mas também não tenho muita experiência (Pedro);

Por causa do meu problema no braço eu tenho muita dificuldade de digitar; então as disciplinas em que utilizo o laboratório de informática é muito difícil, e eu acabo ficando para trás, além dos trabalhos que temos que fazer em casa (Joana).

Essa contextualização é apenas um exemplo do quanto é difícil a permanência dos discentes no ambiente escolar, que, além das dificuldades pedagógicas, enfrentam todas as barreiras físicas. Para tanto, o apoio institucional é fundamental para poder prover recursos com vistas a minimizar estas situações. Nesse sentido, o IFRS dispõe do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), que pode auxiliar em situações específicas e melhorar em muito estes quesitos, com, por exemplo, um teclado adaptado, aplicativos para melhorar a resolução dos materiais, equipamentos adaptados para proporcionar maior conforto, cadeira ergonômica, etc.

Além do suporte para as questões físicas, uma das prerrogativas do Napne é o auxílio na realocação no mundo do trabalho, trabalhando em conjunto com instituições e empresas para que haja caminhos adequados após a formação do discente. Esse

ponto é importantíssimo e vai ao encontro de solucionar uma preocupação dos discentes, conforme segue:

Eu ainda estou com vínculo à empresa da qual eu era motorista, mas lá eles não têm utilização para mim, e quando pedi se tinha outra função para mim, só me informaram que se não for motorista, lá não tem outra função. Quando a assistente social do INSS me liga pedindo se eu já fui atrás de outra empresa, vaga, a minha labirintite ataca e eu fico muito mal. Não sei que vaga procurar, ainda estou fazendo o curso, e no momento não sei nem por onde começar a procurar? Que empresa vai querer me contratar, sabendo do meu problema? Esses dias até falei com um amigo meu que tem uma padaria, mas ele me falou que está pagando 1500,00 para iniciante. Com esse valor não consigo viver! Tenho meus remédios para comprar e preciso sustentar a minha família! (Pedro);

Eu estou muito feliz de poder concluir o curso de logística! Agora vou tentar trabalhar no escritório, mas ainda me falta muito conhecimento em informática, tomara que eles me aceitem e me auxiliem, pois se eles me demitirem não sei onde vou procurar emprego! (Ana);

Como ainda estou no início do curso tenho muito a aprender ainda, mas vejo que está difícil de emprego, principalmente se eu mencionar o problema que tenho no braço, certamente vão pegar outro no meu lugar! Eu pretendo abrir alguma coisa no ramo de alimentação aqui em casa; será um desafio; espero que o curso me auxilie nessa questão! (Maria);

Eu tranquei o curso, pois com a vinda da pandemia tudo aumentou e eu não estava mais conseguindo dar conta de tudo. Resolvi voltar para a empresa, pois ganho mais, mesmo com a dificuldade que enfrento. Se eu tivesse uma percepção de ganho maior após a formação poderia até continuar, mas ali na empresa é difícil de entrar para trabalhar no escritório, então vou tentar retomar a minha função (Paulo).

Esses relatos são muito importantes e remetem-nos novamente à interação trabalho e educação, quando pode ser visualizada, por meio das narrativas dos segurados, a preocupação com o reingresso profissional além da salarial.

Fazendo uma analogia à pesquisa, o PRP representa uma necessidade das forças capitalistas de reuso da força de trabalho que, primeiramente, colaborou para desgastar a capacidade laboral, mutilando-o, geralmente, pelos meios de produção, e, hoje, busca a reabilitação para que essa força de trabalho retorne ao mercado, confirmando a teoria marxiana ao afirmar a venda da força de trabalho como uma mercadoria. No caso em questão, a força de trabalho é de uso contínuo, porém com finalidades diversas.

O que pode ser observado nestas respostas é um aspecto negativo em relação ao curso e ao trabalho em si. É como se não houvesse uma possibilidade de melhoria após o curso, não resultando em uma motivação adequada para frequentar o Programa.

Essa relação de ingresso e imposição ao curso pode gerar a falta de pertencimento junto ao meio educacional. Provavelmente o discente não consiga visualizar a sua própria existência com essa reabilitação.

Essa é uma dúvida que pode ser percebida pelos discentes, como destacado na resposta de Luiz: “Depois de concluir o que será dos alunos da reabilitação, vai ter vagas para eles?”

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) (BRASIL, 2023a), por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, que tem como ano base o de 2020, e com foco na Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), sobram vagas de PcDs no Brasil. De acordo com o portal de informações, somente 50,62% das vagas são preenchidas. Um dos motivos citados é a falta de qualificação. Nesse sentido, seria ótimo poder repassar esses dados aos estudantes em PRP, porém não há a informação de que essas vagas são em nossa região e que vagas são essas.

Da maneira que está posta hoje, essa interação proporcionada pelo PRP configura-se como uma inclusão excludente, pois não há indícios de que seja almejada nos preceitos públicos da legislação uma capacitação para a emancipação humana, mas, sim, para retornar a um ciclo em que o capital prevalece. Essa situação pode ser verificada pelo cessar do benefício ao final da reabilitação, forçando o trabalhador a se inserir novamente no ciclo.

Cabe destacar, também, que essa inclusão é precária, pois não há interação do PRP para o retorno ao trabalho em condições adequadas, a não ser se disponibilizar um certificado de RP que lhes permite concorrer a vagas de emprego por meio da lei de cotas de PcDs em empresas que possuem cem ou mais funcionários.

Essa questão poderia ser minimizada caso houvesse uma preparação tanto destes discentes com a relação de retorno, auxiliando-os e organizando-os profissionalmente, quanto na captação e conscientização das empresas com a necessidade específica de cada um e a valorização social que as empresas podem estar prestando à sociedade.

Esse encaminhamento nas dependências do IFRS poderia ser alavancado por meio de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, trazendo cases desses trabalhadores para estudo e debate, além da criação de um grupo de trabalho que buscasse parcerias para inclusão destes discentes após o término dos cursos em condições

adequadas, seja nas empresas onde estavam trabalhando, seja em empresas novas, onde a sua função é compatível com a sua limitação.

Essa interação instituição/ensino nas empresas tem uma ligação facilitada pela lei de cotas às organizações com cem ou mais funcionários, porém nada impede que haja uma sensibilização comunitária para com a inclusão destes segurados em empresas de porte menor. No momento atual já há estudos, de acordo com a OIT (2021), de que as empresas que promovem a inclusão saem muito à frente no mercado e que essa prerrogativa empresarial lhes possibilita olhares diferenciados desse mercado, abrindo caminhos para uma série de clientes, alavancando não só as vendas, mas também melhorando o rendimento interno, tornando o ambiente de trabalho mais motivacional e produtivo.

Concepções errôneas sobre trabalho de profissionais com deficiência continuam a persistir, inclusive a falsa ideia de que contratar pessoas com deficiência poderia ocasionar uma perda de produtividade, assim como impactos negativos sobre os resultados financeiros das empresas. Têm sido mostradas que estas concepções não são válidas e que, ao contrário, a inclusão da deficiência resulta em um impacto positivo no desempenho dos negócios.

Pessoas com deficiência têm sido estimuladas a desenvolver habilidades, tais como perseverança, solução de problema, agilidade, disposição prévia, pensamento inovativo e um desejo de experimentar a fim de se adaptar ao mundo ao redor delas.

Todas estas habilidades são indispensáveis para enfrentar a realidade do amanhã. Estudos têm demonstrado que a contratação de pessoas com deficiência torna os locais de trabalho mais inclusivos e melhores para todos, criando assim ambientes livres de estigmas.

Um estudo publicado pela Accenture em 2018 analisa a correlação entre o desempenho financeiro de organizações e o número de empregados com deficiência em seus locais de trabalho. Os resultados mostram que empresas que contratam pessoas com deficiência estão acima da média em termos de proficiência (receita bruta e lucro líquido) e de criação de valor (margem de lucro econômico) (OIT, 2021, p. 16).

Sobre as vagas de trabalhos acessíveis, que, de acordo com o OIT e o MTP, sobram no mercado, é importante ter mais informações a respeito. Saber sobre essas vagas auxilia no combate à preocupação dos discentes para com o caminho a seguir após a sua formação. Então, ter um banco de dados disponível, um acompanhamento destas vagas e a localidade delas, seria ótimo para melhor conduzir a realocação.

Esse acompanhamento é muito importante e poderia ser efetuado já em conjunto com o INSS, posto que a legislação menciona sobre o acompanhamento após a conclusão do PRP, porém esse acompanhamento se reduz a um retorno para dialogar sobre como está a situação após um período de 14 meses. Esse retorno visa

à obtenção de informações a respeito do programa e seu êxito. No entendimento desta pesquisa, é perceptível que esse retorno é muito vago para um Programa que intenciona a melhoria social. Aparentemente essa é uma ação que consta em lei, e, por isso, é executada sem a pretensão de auxílio ao cidadão, e, sim, meramente um cumprimento legal!

Analisando a preocupação dos segurados em relação ao mundo do trabalho, é evidente que o acompanhamento público é muito inferior ao que poderia ser feito em prol destes cidadãos. Caberiam propostas de vinculação de empregos, bancos de dados, incentivos às empresas, bem como um retorno mais breve e a cessação do benefício somente quando a prerrogativa trabalho adequado fosse concluída.

Todos esses fatos vão ao encontro de um desenvolvimento social e dizem respeito à cidadania, a situações que permitem a inclusão e, acima de tudo, ao êxito.

Para Oliveira (2021), o êxito, além da conclusão do curso, vincula-se ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais e à preparação para o trabalho e para a cidadania, de maneira que possa ser desenvolvida a educação brasileira. Para isso, é necessário que os direitos e deveres sejam garantidos para, assim, poder se enfrentar as dificuldades sociais de todos os envolvidos no PRP, mas também é notável que as legislações públicas precisam ser cumpridas e revisadas de maneira que a seguridade social seja a primeira opção. Neste caso, seria prudente a alocação formal em um trabalho adequado, e não o fato de a conclusão do curso ser o fator de cessão do benefício.

Em relação à legislação, percebe-se que o MTP, tendo como base o portal de inclusão de pessoa com deficiência, expressa preocupação quanto ao cumprimento da Lei 8.213/91, que ampara o cidadão em relação a vagas de PcDs:

Muito embora seja do início da década de 90, até hoje não é cumprida espontaneamente por todas as empresas. A experiência da fiscalização nos diz que sem fiscalização sistemática e especializada não há contratação, permanência, ou ascensão profissional de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados no mercado de trabalho (BRASIL, 2023b).

É evidente que essas situações, aliadas a lembranças do discente com vínculo ao PRP, sejam sobrecarregadas de fatos impactantes no seu contexto de vida, seja pela saída precoce das salas de aula, pelas dificuldades enfrentadas nas diferentes atividades laborais, pela obrigação de voltar às salas de aula após longos períodos

afastado do ambiente educacional, pela certificação para concorrer a vagas de PcDs após a conclusão da RP, ou seja pelo retorno ao mundo do trabalho.

Esses fatos em específico nos fazem refletir sobre o quão doloroso é o processo de educação e trabalho, e, a partir deste ponto, é possível começar a entender o porquê da dificuldade de permanência e, conseqüentemente, retenção e evasão.

Havendo condições de minimizar estas barreiras em âmbito institucional, é dever do IFRS buscar alternativas para que isso ocorra. Trabalhar o contexto de vida deste discente pelos mais diversos setores institucionais é uma obrigação legal para quem almeja a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, é por meio de um PE voltado à intervenção, com estratégias institucionais, que se pretende minimizar as interferências em relação ao acesso, à permanência e ao êxito, de maneira a buscar a emancipação social por intermédio da educação pública, gratuita e de qualidade.

6 PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

O PE desenvolvido visa à intervenção para que a instituição amplie as possibilidades de acesso, permanência e êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim vinculados ao INSS, com o intuito de contribuir para a RP na perspectiva da educação emancipadora.

O desenvolvimento deste PE de meio comunicativo entre instituição e discentes, não tem a pretensão de solucionar o problema da evasão na EPT, mas de ser uma ferramenta estratégica de apoio no âmbito institucional no combate à evasão e à retenção nos cursos da modalidade subsequente, e, quiçá, futuramente, para demais cursos do Campus e de outras instituições.

A finalidade deste produto é minimizar as dificuldades dos discentes com vínculo no PRP do INSS. A organização deste material foi feita em formato de História em Quadrinhos (HQ), elaborada a partir da pesquisa desenvolvida. Tal produto é exigência do ProfEPT. Trata-se de um Mestrado Profissional da área de Ensino, cuja intenção, com sua elaboração, é articular a teoria com a pesquisa, instituindo-a como parte integrante do percurso formativo do profissional.

Os PEs são ferramentas que contribuem com as práticas pedagógicas ou com a organização de espaços pedagógicos, como é este caso. Eles devem ser divulgados e disponibilizados em plataforma de acesso público após a sua elaboração, tendo em vista que um de seus objetivos é que seu uso seja democratizado, “visando à melhoria do ensino na área específica” (MOREIRA, 2014, p. 134). Segundo o autor, o PE é o resultado de um processo reflexivo e contextualizado.

Assim, as HQs caracterizam-se como produtos educacionais, pois têm a intenção de influenciar a inserção de possibilidades práticas que contribuam com as estratégias e avanços da EPT.

A escolha das HQ justifica-se devido ao produto ser uma ferramenta mais atrativa para os jovens e adultos, pois não se compara à leitura de um livro, e pode trazer diversos conceitos importantes e que se fixam mais facilmente pelo leitor. “As HQs podem ter linguagem textual ou não-textual, estimulando a imaginação e o pensamento crítico no leitor” (SILVÉRIO; REZENDE, 2012, p. 218).

As histórias em quadrinhos, de acordo com Mendonça (2011), além de outras funções (marketing, informativo, lúdico), são utilizadas como recurso importante na transmissão e construção de conhecimentos. Livros didáticos aprovados no Plano

Nacional do Livro Didático (PNLD) usam as HQs como forma de abordagem mais clara sobre determinados conteúdos, atraindo, assim, a atenção dos estudantes, pois, de forma mais descontraída, eles melhor compreendem os assuntos estudados.

De acordo com Mendonça (2011, p. 3), “as histórias em quadrinhos atualmente são valorizadas como gênero literário, pois combinam imagem e palavra, signos e símbolos, e são valorizadas por autores como Humberto Eco e Nestor Canclini, estudiosos da cultura de massa”.

Para Sousa (2022), criador da Turma da Mônica, nos quadrinhos os personagens atuam como amigos e aproveitamos essa amizade para transmitir noções de empatia e inclusão. Esse diálogo abre espaço para que novas perspectivas sejam traçadas a partir deste material lúdico, com alternativas para incentivo ao acesso, à permanência e ao êxito na instituição de ensino.

Esse PE, gerado a partir de um diálogo de um assistente institucional, chamado “Quadrado”, com os demais personagens, “discentes do IFRS”, interage no ambiente educacional dialogando sobre questões importantes para o acesso, a permanência e o êxito no ambiente educacional, com foco na inclusão social não somente no ambiente educacional, mas também relacionando-o com a possível empregabilidade ao retornar ao mundo do trabalho.

Kaplún (2003) propõe, em seus estudos sobre a construção de materiais educativos, três eixos a serem contemplados para que os materiais produzidos contribuam com o aprendizado e estimulem reflexões sobre os temas abordados. São eixos intrínsecos à formulação dos materiais, mas peças fundamentais no alcance dos objetivos. A seguir destaca-se os três eixos apontados:

O eixo conceitual diz respeito à escolha das ideias e do tema que farão parte do educativo, bem como sua organização. Este momento possui especial importância, pois possibilita que os temas sejam abordados de modo contra hegemônico dando voz aos mais diversos conteúdos e não somente aos já selecionados de forma recorrente pelos modelos tradicionais e dominantes; No eixo pedagógico: trata-se do caminho a ser percorrido na criação do material, supõe análise dos destinatários. Neste eixo é preciso identificar as ideias que já fazem parte do grupo destinado, construção dos conceitos a serem trabalhados, atividades que favoreçam a aplicação de tais conceitos, contexto e interesse do destinatário envolvido. A faixa etária e características de aprendizagem devem ser levadas em conta para um material com efetiva ação;

Já o eixo comunicacional é a parte em que se define como se dará a comunicação com o destinatário escolhido de forma frutífera. É o formato e a linguagem que será empregada no processo de criação que irá proporcionar a comunicação com o público a que se destina. Pode-se recorrer a imagens, contos, desenhos, canções e poesias, qualquer que seja o recurso que facilite e auxilie o processo de aprendizagem (KAPLÚN, 2003, p. 54).

Os eixos abordados pelo autor foram de extrema importância para a projeção e a efetividade do PE. A interligação dinâmica entre eles, com ênfase no eixo pedagógico como articulador do processo, faz com que seja possível atingir os objetivos de forma organizada e planejada. Desta forma, objetivou-se um material informativo/educativo, com interação escrita e visual, com a finalidade de auxiliar os discentes desde o acesso até a conclusão do percurso escolar.

Durante a HQ é possível verificar a forte presença do eixo conceitual com a interligação do assunto abordado, fazendo uso das teorias que abrangem o acesso, a permanência e o êxito, além de uma circulação de informações e sugestões que abrangem as instituições envolvidas. O PE não se limita a pontos específicos da pesquisa. Ele abrange as oportunidades para o mundo do trabalho e a importância da inclusão social não só no ambiente institucional, mas, também, no mundo do trabalho, com preocupação com a empregabilidade após a conclusão do Ensino Médio subsequente.

Já para o eixo pedagógico pode-se observar que o material é de fácil manuseio e interpretativo, conciliando informações escritas e personagens característicos da pesquisa. O PE é desenvolvido em formato de diálogo, com o propósito de troca de informações e indicando as estratégias institucionais existentes e aquelas concebidas como possíveis ao longo da pesquisa. Nesse sentido, buscando a dialogicidade na perspectiva de Freire (1987), destaca-se: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p. 46).

Para interagir com o eixo comunicacional utilizou-se a HQ contendo uma linguagem mais próxima da realidade do público com vínculo ao INSS, buscando empregar-se falas que surgiram durante a pesquisa e permeando a história em quadrinhos no formato de diálogo. O material proposto visou a não ser cansativo e sair um pouco da rotina dos informativos engessados do dia a dia institucional. Ele tem como finalidade passar a mensagem institucional para além do acolhimento, motivação e expectativas futuras de maneira lúdica e inclusiva.

Aliado ao eixo comunicacional, buscou-se aplicar acessibilidade ao material utilizando-se contraste adequado, além de tamanho e tipo de fonte que permitissem uma melhor visualização do material.

Durante toda a história é possível perceber a necessidade de parceria institucional desde o acesso do discente no ambiente educacional, buscando alternativas para que o ingresso ocorra conforme as condições que estão sendo

observadas, no caso um possível ingresso em cotas de PcDs e/ou vaga específica para os discentes em RP. Ocorrendo o ingresso nesta condição, a instituição já possui caminhos diferentes a trilhar, por exemplo, o acompanhamento via Napne, assistência estudantil e assim por diante, conforme a necessidade específica de cada discente.

Salientamos que, de fato, deveria haver um ingresso diferenciado para os casos em RP, com vagas específicas e sem processo seletivo de ingresso por parte do IF. Essa questão é abordada na HQ e seria uma excelente alternativa para que houvesse a inclusão deste discente.

Outro ponto que o PE almeja é o acolhimento deste discente, deixando claro quais benefícios o IFRS oferta e quais os caminhos que ele pode percorrer quando surgir alguma dúvida ou dificuldade. Esses caminhos podem envolver a assistência estudantil, a coordenação de curso e os projetos de ensino, pesquisa e extensão, dos quais pode-se destacar as bolsas de monitoria entre outras estratégias institucionais que podem ser criadas com a finalidade de prevenção da evasão.

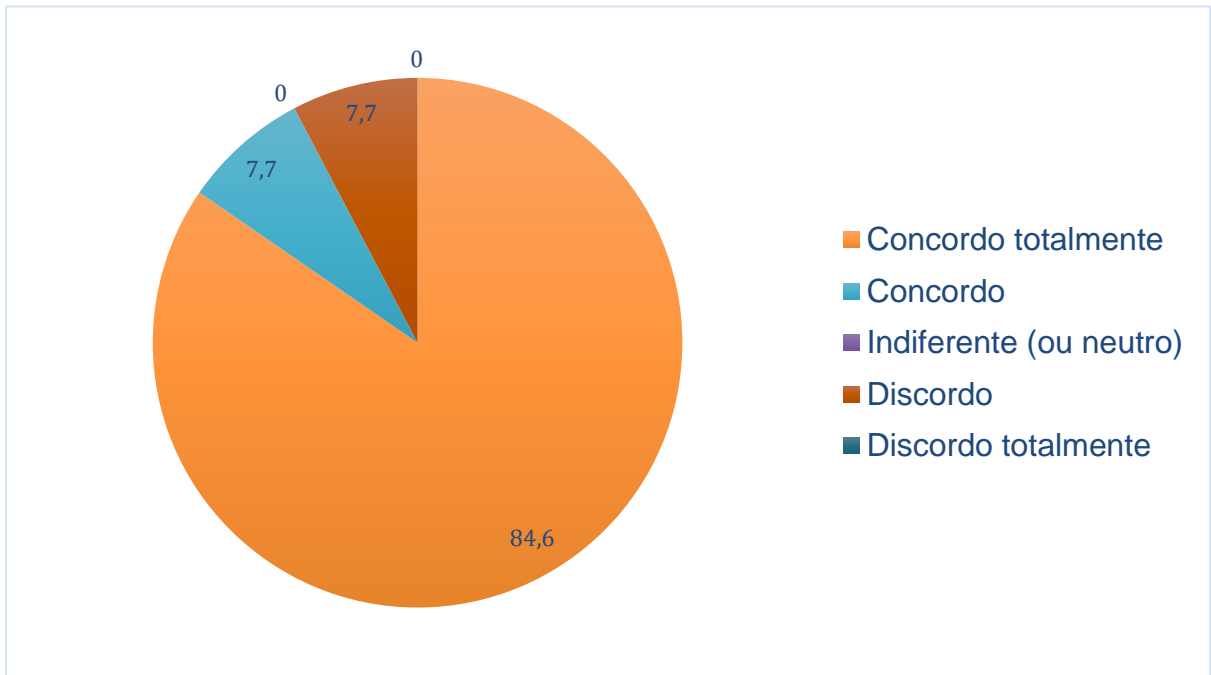
Por meio de um questionário, disposto no Apêndice C, foi realizada a avaliação da aplicabilidade do referido PE, e, conforme Leite (2018), foi elaborado a partir de cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação, buscando avaliar a estética, a organização, o estilo da escrita, o conteúdo, a proposta didática e a criticidade apresentados no material educativo.

A relevância pedagógica do PE foi verificada pela sua avaliação, com participação voluntária junto aos discentes do IFRS com vínculo ao PRP, aos setores de Assistência Estudantil, a Coordenação de Ensino, a Coordenação do Curso Técnico em Logística, ao Napne e a Direção de Ensino do IFRS Campus Erechim, além da coordenação do PRP do INSS região de Passo Fundo/RS. A aplicação ocorreu mediante um questionário digital encaminhado por *e-mail* juntamente com o PE.

Objetivando a confidencialidade e o sigilo das informações coletadas, utilizamos a nomenclatura de avaliador A, B, C, e assim por diante. A avaliação foi enviada para 13 participantes, dos quais obteve-se um retorno integral.

O primeiro ponto diz respeito à contribuição do PE para acesso, permanência e êxito, e 84,6% dos avaliadores concordam com a proposta. Essa informação é muito importante, pois realça o propósito da pesquisa. Apesar de haver um indício de discordância, entendemos que diferentes pontos de vista são aceitos, todavia é necessário dialogar e expor o produto para que seja alcançado o objetivo, neste caso o acesso, a permanência e o êxito dos segurados estudantes.

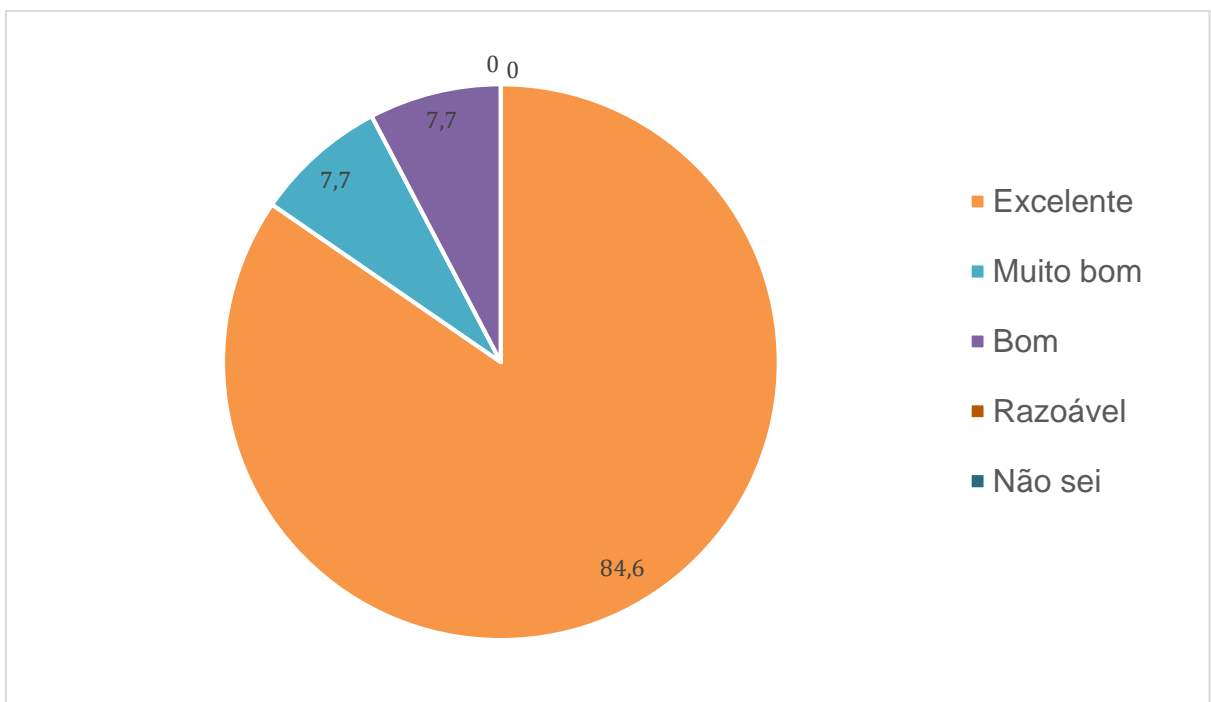
Gráfico 1 – Contribuição do PE



Fonte: O autor, 2023.

Uma segunda questão aborda a estética e o aspecto visual do PE, e, neste sentido, todos os participantes da pesquisa consideraram a proposta entre boa a excelente, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Estética e aspecto visual do PE

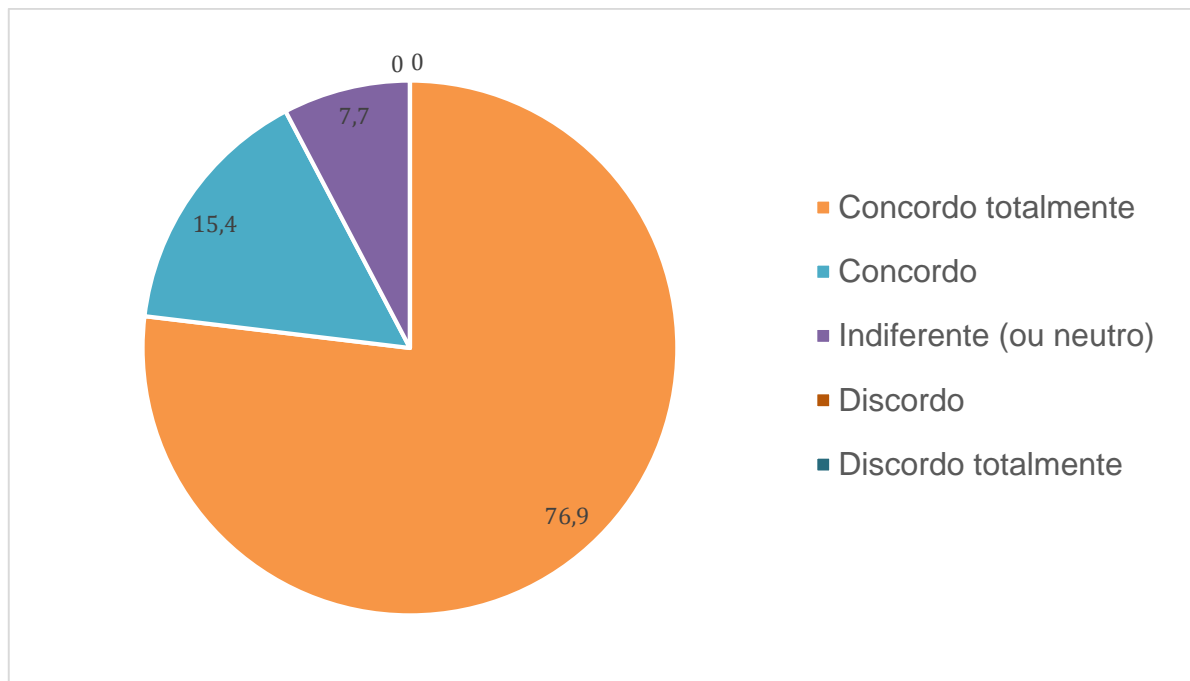


Fonte: O autor, 2023.

Nesse sentido, Rama e Vergueiro (2012) apontam uma série de vantagens no uso de HQs para a educação, e, dentre elas, destaca-se que os discentes querem ler os quadrinhos. As HQs fazem parte do seu cotidiano, além de haver uma forte identificação da cultura popular, em que estão vários personagens dos quadrinhos.

Como terceiro ponto de avaliação temos o entendimento do PE a partir da clareza de ideias e estilo de escrita, e também obtivemos parecer dos avaliadores no sentido positivo, concordando com a proposição da HQ, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Entendimento do PE

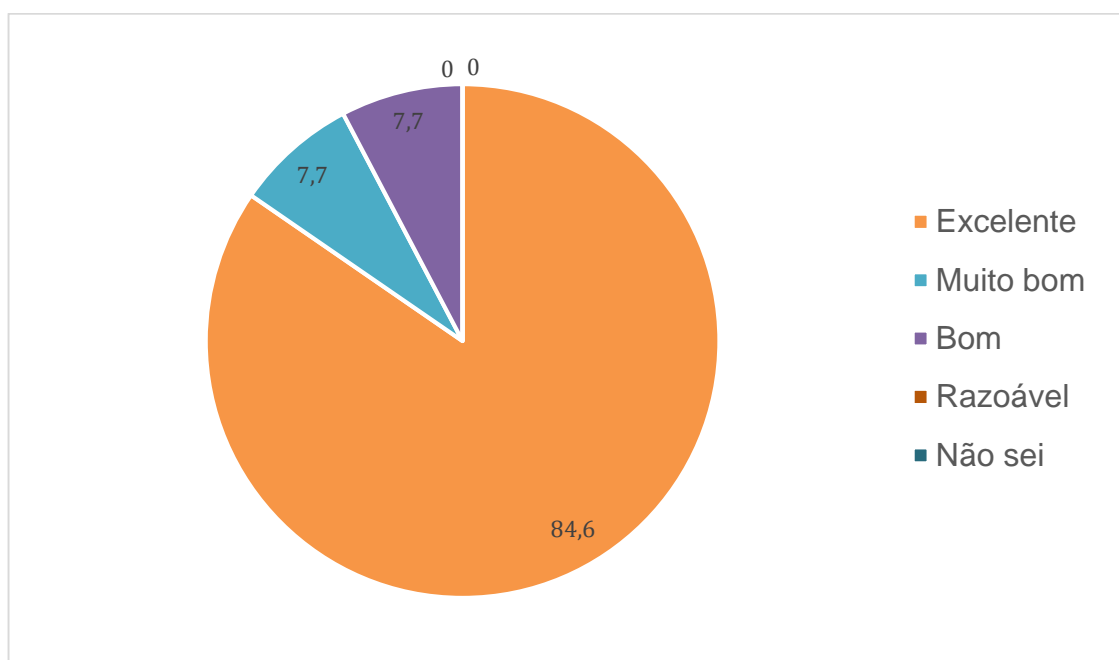


Fonte: O autor, 2023.

O quarto ponto avaliado foi o encadeamento de ideias, quando 92,3% dos participantes consideraram de bom a excelente, conforme disposto no Gráfico 4. Este quesito é muito importante, pois a HQ atua tanto com a escrita quanto com a ilustração por meio dos quadrinhos e seus personagens.

Nessa perspectiva, Rama e Vergueiro (2012) compreendem que trabalhar as HQs no contexto escolar é de suma importância, pois carrega em si sentidos e possibilidades de reflexão e aprendizados sobre o mundo em que se está inserido, assim como estímulos à criação, imaginação e socialização.

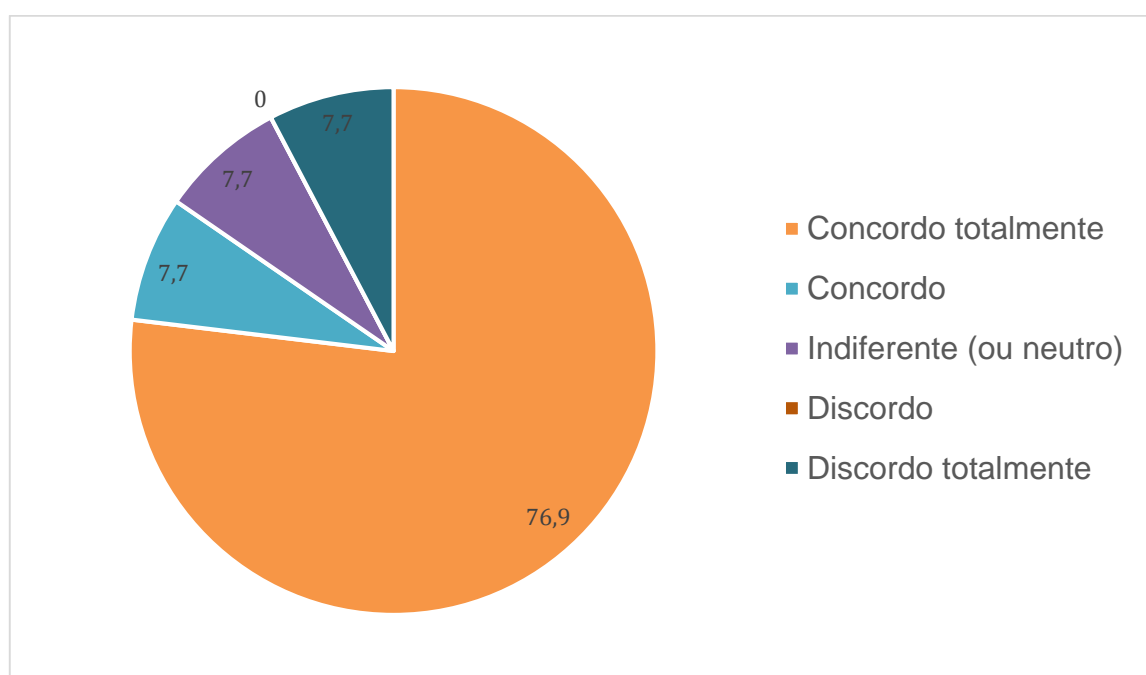
Gráfico 4 – Encadeamento de ideias do PE



Fonte: o autor, 2023.

O quinto ponto aborda se o PE é fundamental a novos discentes com vínculo ao PRP, e as respostas que concordam somam 84,6%. Neste quesito também se observa uma resposta neutra e uma abordagem contrária, conforme pode ser visualizada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – O PE é fundamental?



Fonte: O autor, 2023.

Na questão aberta para sugestões obtivemos as seguintes colocações:

O produto desta pesquisa é ótimo; além dos usuários de INSS, pode ser adaptado para a comunidade em geral e ser utilizado como material de divulgação, pois todo o produto apresentado possui ligação para a comunidade em geral. Parabéns, belo trabalho! Sucesso! (Avaliador A);

Seria interessante imprimir e entregar aos segurados (Avaliador B);

Parabéns, ótima ideia dos quadrinhos. Apresentando várias ações da assistência. Muito didático (Avaliador C);

Muito bom (Avaliador D);

Gostei muito do tom positivo e motivacional do material. Quem tem contato com os discentes vindos do acordo com o INSS sabe da desmotivação (alguns estavam parados a contragosto e a muito tempo) e do desconhecimento sobre o que eles podem exigir do IFRS. Da mesma forma, os próprios professores desses alunos desconhecem que podem solicitar apoio do Napne para discentes com muita dificuldade. Na última página poderia conter *links*, *e-mails* e telefones para contato. Parabéns pelo trabalho! (Avaliador G);

Eu achei bem interessante as ideias passadas na história em quadrinhos, seria muito bom colocá-las em prática (Avaliador L).

Após as avaliações e sugestões dos avaliadores da pesquisa, pode-se afirmar que, de modo geral, o PE atenderá de forma satisfatória os discentes do IFRS com vínculo ao PRP. Cabem, todavia, algumas adequações, como um quadrinho com os principais setores para contato e os seus respectivos *e-mails* e telefones. Destaca-se que a questão aberta não tinha obrigatoriedade de resposta, e, por isso, não possui a totalidade das respostas dos avaliadores.

Também é importante ressaltar que o PE possui condição de replicabilidade tanto para outros *campi* do IFRS, que possuem discentes em RP, quanto até mesmo para os discentes no geral, pois apresenta estratégias institucionais que podem ser utilizadas em todos os âmbitos e modalidades de ensino.

Outro fator relevante é a resposta do avaliador G, que menciona um suposto acordo com o INSS, o que remete ao desconhecimento de como está sendo conduzido esse processo, posto que, atualmente, não há nenhuma interação entre as instituições, reforçando a relevância desta pesquisa e, em especial, deste PE.

Para finalizar, cabe destacar que a validação do PE será feita pela banca de defesa final desta dissertação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com base no tripé acesso, permanência e êxito é gratificante, pois reafirma a missão institucional do IFRS, trilhando caminhos para o desenvolvimento humano com a finalidade de emancipação social. Aliado a isso, pesquisar sobre os segurados do INSS em RP remete-nos ao compromisso de auxiliar cidadãos que carregam em suas lembranças o trabalho como primeira opção, advinda pela necessidade familiar de auxiliar no complemento da renda familiar.

Após essa interação dos fatores trabalho e educação, foi possível identificar, na lembrança dos discentes do IFRS, diversos motivos de dificuldades encontradas neste retorno ao ambiente educacional. Além disso, há os fatores internos ao ambiente educacional e os fatores externos à instituição. Assim, por meio do Quadro 4, a seguir, são elencados os principais fatores e possíveis estratégias para o acesso, permanência e êxito.

Quadro 4 – Segmentação e estratégias para acesso, permanência e êxito

Fatores internos ao discente	Consequência	Estratégias institucionais	Sugestões estratégicas institucionais
Dificuldade de acompanhamento das disciplinas	Retenção/evasão	Utilização do horário de atendimento do professor; apoio educacional por meio de monitoria acadêmica	Criação de grupos de estudos nos horários de atendimento ao discente
Muito tempo afastado das salas de aula	Dificuldade de aprendizagem	Revisar o conteúdo e manter apoio com os projetos de monitoria	Proporcionar cursos FIC para aprimoramento de conhecimentos específicos
Limitações físicas, psicológicas e intelectuais para o acompanhamento das aulas	Dificuldade de aprendizagem	Utilização do horário de atendimento do professor, suporte por intermédio dos bolsistas	Atendimento complementar pelo NAPNE, com acompanhamento da Assistência Estudantil e da CIAAPE
Sentem-se obrigados a retornar às salas de aula	Desmotivação pelos estudos	Acolhimento e ambientação	Promover rodas de conversa por meio da Assistência estudantil, proporcionando o diálogo no ambiente educacional
Dificuldade de interação com meios digitais	Dificuldade de aprendizagem, retenção e evasão	Utilizar o horário de atendimento do professor e suporte por meio dos projetos de monitoria	Proporcionar cursos FIC para aprimoramento de conhecimentos específicos
O curso não era o pretendido	Desmotivação pelos estudos		Promover, com a assistência estudantil, uma oficina de orientação vocacional; apresentar o

			rol de atividades possíveis a partir da conclusão do curso, pelo diálogo e a educação cidadã
Dificuldade de interação social	Estranhamento ao ambiente escolar	Acolhimento e ambientação aos novos discentes	Proporcionar o acolhimento sistemático e incentivar a participação nos projetos institucionais
Falta de organização pessoal para se dedicar aos estudos	Dificuldade de aprendizagem		Utilizar produtos educacionais disponíveis em plataformas públicas que orientam como o discente pode melhor organizar-se em seus estudos, e/ou proporcionar minicursos de organização educacional por meio da assistência estudantil
Pouca perspectiva de trabalhos adequados após a conclusão do PRP	Desmotivação pela conclusão do curso		Busca de vagas de empregos compatíveis com as limitações específicas dos segurados do INSS mediante o setor de Extensão e do NAPNE
Fatores internos à instituição	Consequência	Estratégias institucionais	Sugestões estratégicas institucionais
Falta de investimento na melhoria de infraestrutura – capacitação – comunicação	Dificuldade de manter uma educação de qualidade que atenda o princípio da cidadania	Plano de Ação	Buscar parcerias que pudessem contribuir para as melhorias de infraestrutura, capacitação e comunicação
Falta de comunicação sobre as opções de apoio na aprendizagem por parte de equipe pedagógica ²¹	Retenção e evasão escolar	Nas atividades de ambientação o apoio é indicado como informação	Divulgação coordenada pela assistência estudantil de maneira sistemática pela equipe pedagógica
Falta de Integração (discentes x família x instituição)	Fragilidade de identificação dos discentes com a instituição		Promover seminários, feiras e/ou encontros que incluam todos os envolvidos
Dificuldade de efetivar a inclusão social	Dificuldades de relacionamento que podem levar à retenção e à evasão		Promover palestras e encontros formativos; criar ambientes que favoreçam a interação social destinados ao público em PRP mediante projetos de ensino, pesquisa e extensão
Ausência de espaços interativos que	Desinteresse pela educação		Promover a comunicação de egressos como fator

²¹ Equipe pedagógica, aqui incluídos professores, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais que compõem a equipe multidisciplinar de ensino.

evidenciem a importância da educação na vida das pessoas.			de vivência da educação na perspectiva de transformação social
Ineficiência no acompanhamento de políticas institucionais que constam no Pepe	Comissões derivadas do Pepe sem efetiva atuação com base no princípio de sua criação		Avaliar as estratégias conforme prevê o Pepe para superar as dificuldades institucionais, com vista à permanência e êxito dos discentes
Falta de cursos FIC nas modalidades presenciais e <i>on-line</i> com tutoria	Deixa de atender ao público do PRP que não possui Ensino Médio completo	Proporciona cursos de educação a distância sem tutoria	Proporcionar cursos FIC no modo presencial e na modalidade a distância com tutoria
Inexistência de parceria institucional para ingresso diferenciado	Desconhecimento por parte da instituição de ensino sobre o ingresso de discente com vínculo ao PRP		Propor parceria entre os entes federativos para vagas específicas para os segurados do INSS; modificar sistema pré-matrícula de maneira que proporcione a identificação de discentes em PRP
Parceria para acompanhamento integrado entre IFRS e INSS	Falta de apoio aos segurados do INSS		Acompanhamento conjunto entre as equipes multidisciplinares do INSS e assistência estudantil do IFRS, por meio de mecanismos que proporcionem histórico educacional
Falta de um sistema integrado para acompanhamento dos discentes	Retenção e evasão	Informações a partir de reuniões, <i>e-mails</i> e telefonemas	Criar métodos de acompanhamento contínuo e conjunto de toda equipe pedagógica para com os discentes
Ingresso de discentes em chamadas posteriores	Perda do período de ambientação e acolhimento institucional; perda da revisão de conteúdo		Proporcionar acolhimento e ambientação educacional de maneira sistemática
Fatores externos à instituição	Consequência	Estratégias institucionais	Sugestões estratégicas institucionais
Baixo investimento público governamental	Precarização do sistema educacional; extinção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a monitoria		Buscar outras fontes de recursos por meio de editais de incentivo à educação, inclusão, cidadania, etc. e/ou emendas parlamentares
Descaso com a acessibilidade e a não aplicabilidade das leis existentes	Barreira impeditiva de busca pela inclusão social		Proporcionar cursos de formação para os servidores para a inclusão social em todas as suas dimensões

Lei de cotas para PcD no mundo do trabalho sem a devida fiscalização, falta de trabalhos adequados com remuneração acessível	Desmotivação para realizar a RP		Proporcionar, através do NAPNE, um trabalho conjunto com o MTP na fiscalização e busca por vagas adequadas aos reabilitados
Transporte escolar precário e restrito	Desmotivação pela RP, passível de evasão	Proporciona editais de auxílio a permanência, que inclui auxílio transporte	Buscar parcerias que atendem às demandas de transporte público aos estudantes

Fonte: O autor, 2023.

A formulação do Quadro 4 foi baseada na interlocução da pesquisa e permite uma visão geral sob possível retenção e evasão. A partir de então são estabelecidas estratégias que possuem a finalidade de proporcionar melhores condições de acesso, permanência e êxito.

A análise busca a interpretação dos dados desde a interrupção nos percursos escolares, a imediata alocação ao trabalho, um posterior retorno aos bancos escolares via EJA e, por fim, a obrigação de cursar o PRP. Neste momento os discentes já enfrentam limitações, que podem ser físicas, mentais, emocionais, entre outras. Essas limitações resultam dos processos que vivenciaram ao longo das atividades de trabalho desenvolvidas, carregando deficiências específicas de uma vida laboral. Essa relação de trabalho e educação traz lacunas que os deixaram por anos afastados do ambiente escolar, e agora somam-se em dificuldades para concluir o PRP.

Todos esses fatores corroboram as dificuldades de acesso, permanência e êxito destes discentes, que, desde o ingresso, por processo seletivo regular e indicados a cursos que nem sempre são de seu agrado e/ou nem de seu conhecimento, são obrigados a cursar, permanecer e ter êxito como forma de continuar a receber o benefício de seguridade social disponibilizado pelo INSS.

Quanto ao IFRS, destaca-se que, no momento atual, este discente poderia ser mais bem atendido e, de certa forma, incluído. O discente que ingressa em vagas regulares e sai apto a concorrer a vagas de trabalho na condição de PcD, perde, no caminho, a motivação, em especial por não se sentir acolhido.

Outro ponto a relatar é que durante a pandemia da Covid-19 os discentes enfrentaram as mesmas dificuldades do presencial, e as limitações de acesso à internet e equipamentos adequados fizeram com que alguns ficassem estagnados neste período; já outros optaram por disciplinas a cursar. O que, de fato, pode ser

percebido, é que a condição social em que vivem os afastou ainda mais da instituição de ensino. Isso ocorre, principalmente, por não haver uma atenção especial a este discente; não há interação entre as instituições, não há um acesso diferenciado, não há um mecanismo que identifique e promova o acompanhamento do segurado estudante.

O fato de não haver um acesso diferenciado, tal como já ocorre em outra instituição federal, o IFSC, faz com que não haja um acompanhamento em específico pela Assistência Estudantil ou pelo Napne, o que dificulta o acompanhamento deste discente, pois, em alguns casos, poderia até lhe ser disponibilizado um Plano Educacional Individualizado (PEI). As dificuldades nas disciplinas poderiam ser supridas pelos diversos auxílios que o IFRS possui, entre eles bolsistas de monitoria, horário de atendimento ao estudante, projetos de ensino, pesquisa e extensão, além dos atendimentos da assistência estudantil e do Napne.

Incluir esse discente significa honrar o princípio da cidadania, dar atenção a ele, “dialogar”. Como dialogar, no entanto, com alguém praticamente invisível, tímido e com limitações? Alguém que busca como opção de auxílio primeiramente a família e não a instituição?

Trabalhando com essas informações precisamos utilizar o que Dore e Lüscher (2011) nos apresentam, de que a prevenção é um fator decisivo para a permanência e o êxito. Essa questão é chave para uma situação que vem do fracasso social (ARROYO, 2000), em que o trabalho era a única opção, reforçando a concepção de dualidade estrutural. Atender esse discente com dignidade e buscar despertar seu “talento” e emancipá-lo é dever da instituição desde o acesso, para que não ocorra o fracasso escolar.

Dentre as estratégias institucionais para combater o fracasso escolar, em específico para potencializar a permanência e o êxito, deve haver uma política institucional que funcione e que não seja somente para cumprir com os requisitos legais, tal como observa-se no Pepe por meio da CIAAPE, criada com fins de superar a evasão e a retenção, mas que, na realidade, só consegue aplicar algumas pesquisas e organizar reuniões de mero cunho administrativo e burocrático.

Aos discentes em RP é necessário buscar condições melhores a partir da educação. É fundamental interagir e lograr êxito para que consigam se inserir no mundo do trabalho adequadamente e com condições melhores, ao invés de ficarem alienados a um benefício social. Aliás, benefício esse que não faz jus ao seu

significado, pois o cidadão discente não é um privilegiado, e sim um ser mutilado, desgastado pelo excessivo uso da força e meios repetitivos de trabalho.

Esse mesmo cidadão também é tratado pelo INSS como cliente do PRP em concordância com a perspectiva neoliberal, uma vez que o Programa busca a reinserção no mercado de trabalho com a exclusiva funcionalidade de recompor a força de trabalho para uma nova venda em função compatível.

Precisa-se romper com essa visão mercantilista; precisa-se batalhar para que as políticas públicas cumpram com a sua função e não sejam criadas em razão de alguns; precisa-se ser resistência. Ainda, pode-se citar a própria Lei 8.213/91 (BRASIL, 1991), que acaba com o benefício ao segurado assim que esse concluir o Programa, sem encaminhamento efetivo para uma vaga de trabalho compatível e com condições de renda igual ou superior ao benefício recebido.

Somado a isso, é necessário atuar constantemente por meio da educação, a fim de buscar melhorias externas à instituição, como investimento público governamental mediante uma perspectiva política mais cidadã, que busque reduzir as desigualdades sociais e cumpra o efetivo papel do Estado.

Como ponto primordial na discussão para os fatores externos, é fundamental destacar a reinserção no mundo do trabalho ao cidadão que conclui o PRP. É extremamente penoso responsabilizar o segurado do INSS, individualmente, pela busca de um novo trabalho. Assim, é incompreensível a interrupção do benefício sem alcançar um novo trabalho formal e adequado a este cidadão. É urgente que movimentos sociais e forças sindicais intercedam em prol destes cidadãos. É iminente tratar este assunto também nos ambientes educacionais.

Observados os pontos destacados, pode-se afirmar que é para isso que a educação do IFRS precisa somar forças, expondo, por meio de suas ações, a motivação necessária para que estes discentes consigam lograr êxito em seus cursos, e, mais do que isso, precisa abrir as portas do conhecimento e formar um ser crítico, que consiga visualizar e batalhar, formando-se um cidadão autônomo, livre e emancipado!

De maneira alguma avalia-se que o Programa não tenha seus pontos positivos, mas, como está exposto, dificulta não só a seguridade social como também o êxito no ambiente educacional. Nesse sentido, é necessário haver comunicação/parceria entre os entes federativos, INSS e IFRS a fim de organizarem o PRP, dando condições desde o acesso, seja ele por ingresso diferenciado, explicações adequadas em

relação a cada curso da instituição ou busca de vagas compatíveis no mundo do trabalho.

Enquanto o ingresso diferenciado não acontecer, é fundamental prover mecanismos institucionais para a identificação já no momento da matrícula deste discente, podendo orientá-lo corretamente sobre o percurso educacional. Além do mais, a partir de então acende-se um alerta aos setores de assistência estudantil, Napne e coordenação de curso, para que acompanhem efetivamente os discentes em reabilitação.

Pode-se asseverar, portanto, que sim: é possível estabelecer estratégias para melhor atender os discentes com vínculo ao PRP. É possível identificar esse discente, estabelecer parceria entre os entes federativos, inserir este discente nos projetos institucionais; é possível dialogar sobre o PRP e, por meio das estratégias expostas, exercer uma educação emancipadora.

No que diz respeito à pesquisa em questão, conclui-se que os objetivos foram atendidos, mesmo havendo aspectos a melhorar. Não há dúvidas que a atenção para estes discentes em âmbito institucional será outra a partir de então.

Como pesquisadores, enfatizamos que o conhecimento agregado por este estudo foi maravilhoso, uma vez que o conhecimento prévio era muito mais do ramo administrativo, e, apesar de interagir com toda a instituição, é de grande valia inserir-se, de fato, na missão institucional de prover uma educação mais digna e emancipadora. Nesse sentido, não há dúvidas de que é a partir do diálogo e da democracia que podemos melhorar ainda mais a educação pública, contudo é preciso que sejamos resistentes aos meios expostos pelo capitalismo neoliberal.

Para tanto, é necessário trabalhar no tripé acesso, permanência e êxito, e proporcionar através da educação a condição necessária para um novo recomeço, buscando nas suas lembranças motivos que o faça reescrever a sua história com dignidade e esperança de dias melhores.

Com base nestas considerações buscou-se desenvolver um PE com estratégias institucionais que visem, acima de tudo, o diálogo, à informação e à razão pela qual a educação vale a pena. Como fator de comunicação está sendo utilizada uma HQ que interage com os discentes de maneira lúdica e criativa por intermédio de um assistente institucional e personagens ligados ao PRP, trocando informações e expondo estratégias de acesso, permanência e êxito.

Cabe salientar que o tripé acesso, permanência e êxito é um trabalho complexo e permanente, e que esta pesquisa é apenas um começo em prol da melhoria de condições institucionais dos discentes em PRP. Entendemos que para avançar em mais pontos é importante interagir com a questão pedagógica que, no momento, não foi o foco principal deste estudo. Em trabalhos futuros pode-se ampliar a abrangência do tema de modo a interagir com os setores pedagógicos, coordenações de curso e de ensino e direção de ensino, a fim de dialogar sobre a aproximação da realidade estudada em sala de aula com o contexto do mundo do trabalho vivenciado pelos discentes em PRP.

Para finalizar expomos que educação é investimento, é inclusão, é emancipação social, é proporcionar condições de interpretação do mundo ao público do PRP, demonstrando, sim, que eles são agentes construtores da democracia; é atender a missão institucional do IFRS. Para concluir expomos a frase que mais se destacou nesta pesquisa, proporcionada pela entrevistada Ana: “Eu sou a primeira da família de oito irmãos a concluir o Ensino Médio, e a primeira a cursar um curso técnico, e agora posso buscar uma vaga na área administrativa”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de Graduação em instituições de Ensino Superior públicas**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

ANTUN, R. P. **Para uma escola do século XXI**. Campinas, SP: Unicamp; BCCL, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2618/2356>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAGNARA, Ivan Carlos; BOFF, Eduarda Maria. **Evasão nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio: potenciais motivos para o abandono escolar**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, Mossoró, v. 6, n. 18, p. 633-650, out. 2020. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/2319/2484>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede federal**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Liberados R\$ 44,3 milhões para atendimento a alunos de baixa renda de instituições federais**. 2016. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/41801-liberados-r-44-3-milhoes-para-atendimento-a-alunos-de-baixa-renda-de-instituicoes-federais>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil** (Pnaes). 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Tecnológica. Coordenação de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. **Ação TEC NEP, Dez anos depois... Censinho 2011**. Brasília, DF, 2011b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Instituto Nacional do Seguro Social. Diretoria de Benefícios. Portaria Dirbem/INSS n. 999, de 28 de março de 2022. Aprova as Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, ed. 60, p. 292, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-dirben/inss-n-999-de-28-de-marco-de-2022-389275324>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Inclusão de pessoa com deficiência**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/inclusao-de-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. Portal da Inspeção do Trabalho. **Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil**. 2023a. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.213/91, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.393/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

ClAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-89, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwKNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FEITOSA, Marivânia da Silva. **Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Salgueiro, 2020. Disponível em: <https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/629/1/EVAS%c3%83O%20ESCOLAR%20NA%20EDUCA%c3%87%c3%83O%20PROFISSIONAL%2c%20CIENT%c3%8dFICA%20E.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, a. 5, n. 9, p. 91-100, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138986/134334>. Acesso em: 20 maio 2022.

FERNANDES, Sônia Regina Pereira. Saúde e trabalho: controvérsias teóricas. **Caderno CRH**, Salvador, n. 24/25, p. 155-169, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18652/12026>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Lisboa: [s.n.], 1977.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Termo de cooperação técnica com o INSS**. 2022. Disponível em: https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/593714/mod_resource/content/1/ACT%20IFSC%20INSS%202018-2021%20%283%29.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Plano de desenvolvimento institucional: 2019-2023**. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/#:~:text=O%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)%20C%20elaborado%20para%20um,planejados%20pelas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino](https://ifrs.edu.br/pdi-2019-2023/#:~:text=O%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI)%20C%20elaborado%20para%20um,planejados%20pelas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino). Acesso em: 23 jan. 2022.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Resolução nº 38 de 21 de agosto de 2020 do Conselho Superior**. Bento Gonçalves, 2020a. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/Resolucao_038_2020_Aprova_Regulamento-de-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-do-IFRS.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Instrução Normativa da Pró Reitoria de Ensino nº 07, de 4 de setembro de 2020**. Bento Gonçalves, 2020b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/IN-07-2020-Plano-Educacional-Individualizado-PEI.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)**. Bento Gonçalves, 2023. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-aco-es-inclusivas/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napne/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. **Linhas de pesquisa**. 2023. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/areadeconcentracao?start=1>. 2023. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-nacional-do-seguro-social>. Acesso em: 5 jan. 2023.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Manual técnico de procedimentos da área de reabilitação profissional**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.alexandretriches.com.br/wp-content/uploads/2017/11/PAP_Manual-t%C3%A9cnico-de-procedimentos-da-%C3%A1rea-de-reabilita%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, a. 9, v. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 25 fev. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, a. 32, v. 6, p. 22-32, out. 2016. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983/1566>. Acesso em: 22 jul. 2021.

KULAITIS, Fernando; SILVA, Kelen Clemente. As transformações recentes no programa de reabilitação profissional do INSS. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/SDLTnTLMxVFLjMXryd3mJCD/#:~:text=O%20Programa%20de%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20Profissional,de%202011%2C%202016%20e%202018>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: CONGRESSO IBERO AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA*, 7., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Unifor, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MACHADO, Lucília. **A ideia de formar para o mercado de trabalho traz implícito o pressuposto falso de que esse mercado seja um espaço de trocas entre iguais**. 2020. Entrevista. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-ideia-de-formarpara-o-mercado-de-trabalho-traz-implicito-o-pressuposto-falso>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MATA, Ricardo Rocha da. **Reabilitação profissional: retorno ao mercado de trabalho e conclusão do programa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6036>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MEDEIROS, Angela Cristina Piedade. **O programa de reabilitação profissional e a reinserção no mundo do trabalho: a visão do reabilitado**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Federal de São

Paulo, Santos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/51921>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MENDONÇA, Rosa Helena. História em quadrinhos: um recurso de aprendizagem. **TV Escola**, Rio de Janeiro, a. 21, boletim 1, p. 1-30, abr. 2011. Disponível em: https://www.noticiasead.com.br/images/stories/pdf_ppt_Doc/181213historiaemquadrinhos.pdf. Acesso em: 5 jan. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, a. 23, v. 2, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MOREIRA, H. B. A pedagogia histórico-crítica no contexto educacional brasileiro: reflexões preliminares numa abordagem histórica, teórica e prática. *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Udesc, 2014. P. 1-19. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/566-0.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Revista Eixo**, Brasília, v. 10, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/809/549/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Tornando inclusivo o futuro do trabalho das pessoas com deficiência**. São Paulo: Santa Causa Boas Ideias & Projetos, 2021. E-book. Disponível em: <https://blogstacausa.com.br/ebooks/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 set. 2022.

PADILHA, Caio. **Para uma escola de qualidade no século XXI, a necessidade de uma nova política educacional**. 2013. Disponível em: <http://educacaoinclusivaemfoco.com.br/wpcontent/uploads/2015/03/MantoanMariaTerezaEgler.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PALAVEZZINI, Elisangela Isaias; PEZARICO, Giovanna. Os reabilitados do INSS e a educação profissional do SENAC e SENAI: percepções sobre a formação profissional e a reinserção ao trabalho. **Revista HistedBR on-line**, Campinas, v. 21, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8658505/26844>. Acesso em: 3 fev. 2023.

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Marise. **Concepção de Ensino Médio integrado**. 2007. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SANTOS, Geovana de Souza Henrique dos; LOPES, Roseli Esquerdo. O programa de reabilitação profissional do INSS e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2779/1467>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SEGAL, Lidiane da Penha. **O direito fundamental social ao trabalho do segurado submetido ao programa de reabilitação profissional do INSS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Vitória, Vitória, 2013. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/242/1/LIDIANE%20DA%20PENHA%20SEGAL%20I.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SILVA, F. S. da; PAULA, L. do N.; COSTA, T. S. L. D.; RIBEIRO, F. A. A.; PEREIRA, A. I. S. Educação profissional e a inclusão de pessoas com deficiência: um mapeamento sistemático. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8199>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVÉRIO, Luciana Begatini Ramos; REZENDE, Lucinea Aparecida de. O valor pedagógico das histórias em quadrinhos no percurso do docente de língua portuguesa. *In*: JORNADA DE DIDÁTICA: O ENSINO COMO FOCO, 1.; FÓRUM DE PROFESSORES DE DIDÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ, 1., 2012, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/O%20VALOR%20PEDAGOGICO%20DAS%20HISTORIAS%20EM%20QUADRINHOS.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SOUSA, Maurício de. A vida me deu as ferramentas para tudo. **Veja**, São Paulo, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura-lazer/mauricio-de-sousa-amarelinhas/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SOUZA, Katia Reis de *et al.* A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador: ensaio sobre interações, resistências e práxis. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 254-263, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gDtJ33Jv83p3yVSQbmPgjFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

SOUZA, Raphael Pires de. **Reabilitação profissional no contexto de precarização do mundo do trabalho**: um estudo de caso da formação profissional no Programa Reabilita do INSS. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22082/1/2016_tese_rpsouza.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

TAILLE, Yves De La; DANTAS, Heloisa; OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

TESSARO, Melina Trento Vendrameto. **Reabilitação profissional do INSS**: uma análise à luz do laboratório de mudanças. 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina – Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182353>. Acesso em: 15 out. 2022.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL (PE)



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul**

Programa de Pós-Graduação em Educação

Profissional e Tecnológica - ProfEPT

**Diálogo sobre os caminhos para
acesso, permanência e êxito
dos segurados do INSS em cursos técnicos do IFRS**

**Autor:
Ivan José Suszek**

**Orientadora:
Profª. Drª. Maria Cristina Caminha de Castilhos França**

**Ilustrador:
Patrick Custodio**

AUTOR**IVAN JOSÉ SUSZEK**

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS Campus Porto Alegre, 2023) especialista em Gestão da Qualidade (2011) e graduado em Administração de Empresas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (Campus Erechim, 2009) técnico em Finanças pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS Campus Erechim, 2015) e servidor técnico administrativo do IFRS Campus Erechim desde 2010.

ivan.suszek@erechim.ifrs.edu.br

ORIENTADORA**MARIA CRISTINA CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**

Estágio pós-doutoral no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), atuando na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECi/UFRGS). Editora-chefe da Revista ScientiaTec (IFRS). Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Trabalho (CNPq/IFRS).

mcristina.franca@poa.ifrs.edu.br

APRESENTAÇÃO

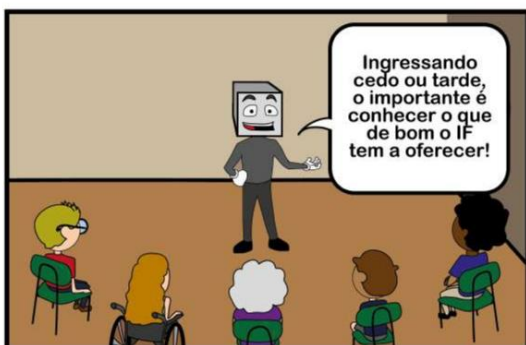
Este Produto Educacional (PE) é derivado da dissertação de Mestrado intitulada “Acesso, Permanência e Êxito dos Segurados do Programa de Reabilitação Profissional do INSS em Cursos Técnicos do IFRS Campus Erechim”, do Programa Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFRS), Campus Porto Alegre.

Este PE, conforme o documento de área da Capes, enquadra-se na categoria de material textual em formato de História em Quadrinhos – HQ. O público-alvo são os discentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que possuem vínculo com o Programa de Reabilitação Profissional (PRP) do INSS. A disponibilidade é digital e em repositório público; é acessível para além da comunidade institucional.

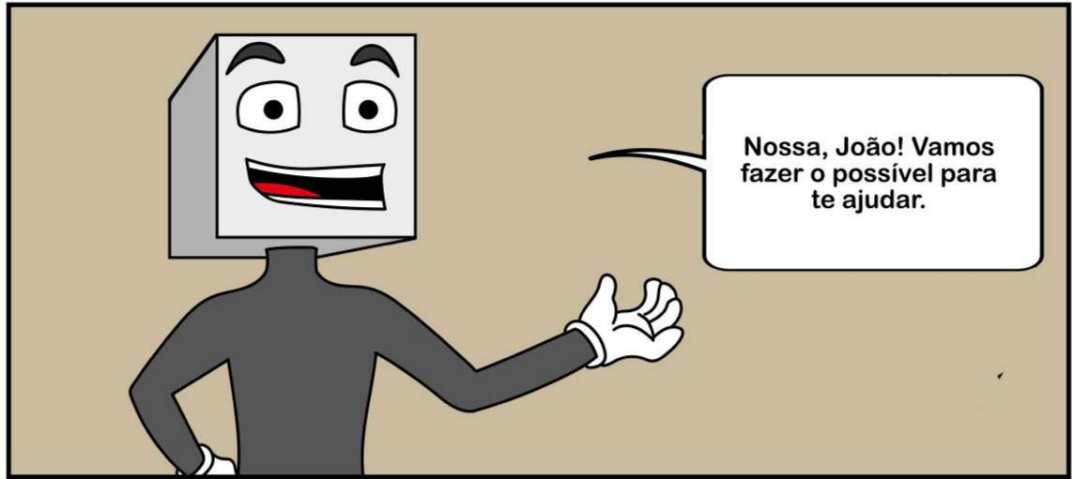
O objetivo do PE é expor estratégias institucionais para o acesso, permanência e êxito dos discentes. De igual modo, busca promover a emancipação social e a oportunidade de conhecer e usufruir dos direitos enquanto cidadão.

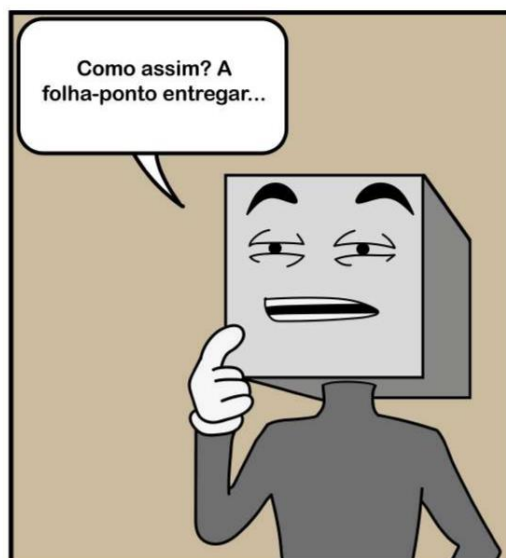
O PE é inovador na exposição das estratégias por meio da HQ, que é desenvolvida a partir do diálogo entre os personagens Quadrado (assistente institucional) e os cinco discentes (Ana, João, Maria, Paulo e Pedro), com vínculo ao PRP.

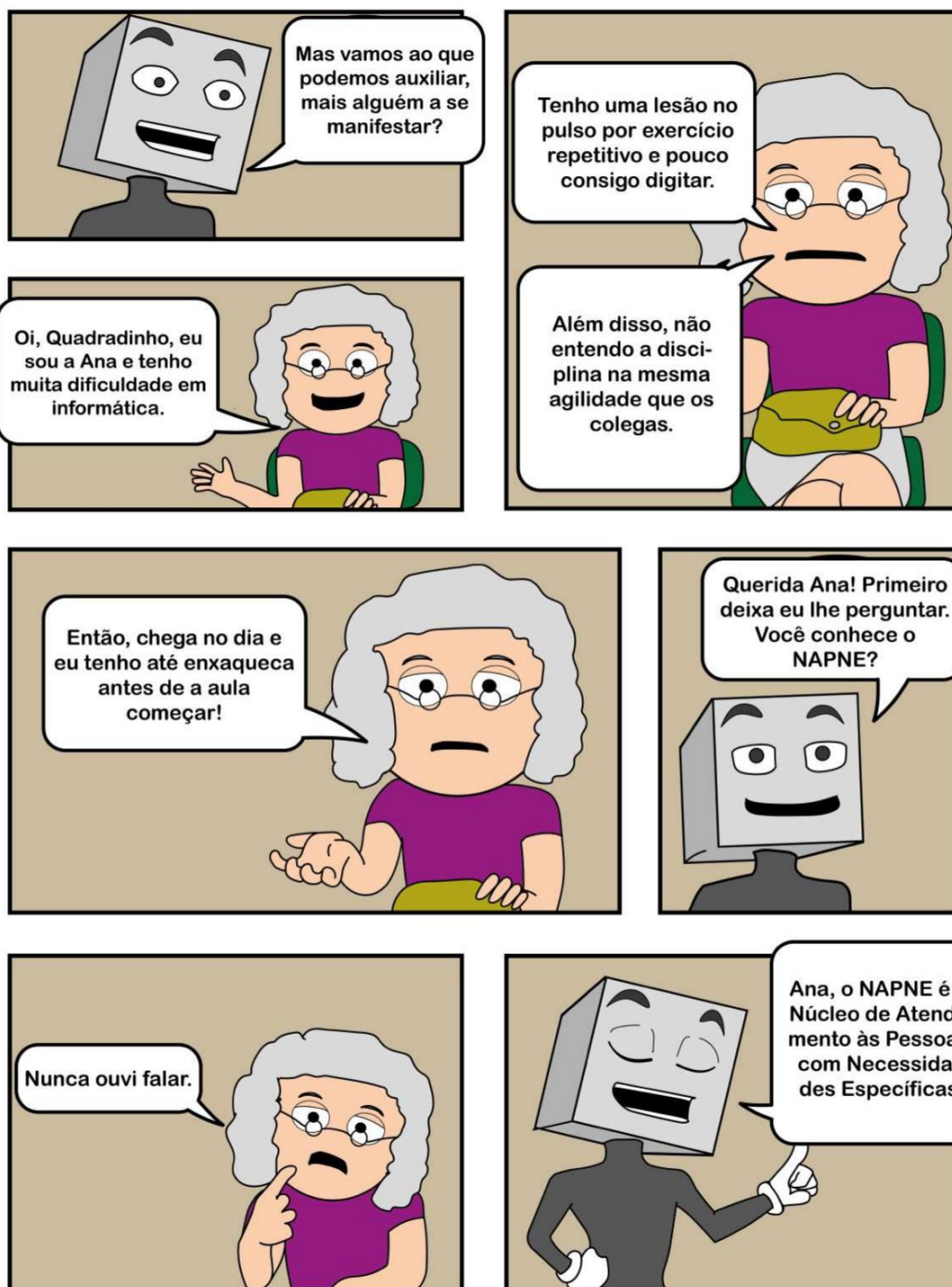
Então, vamos lá! De quadrinho em quadrinho, a história contar!

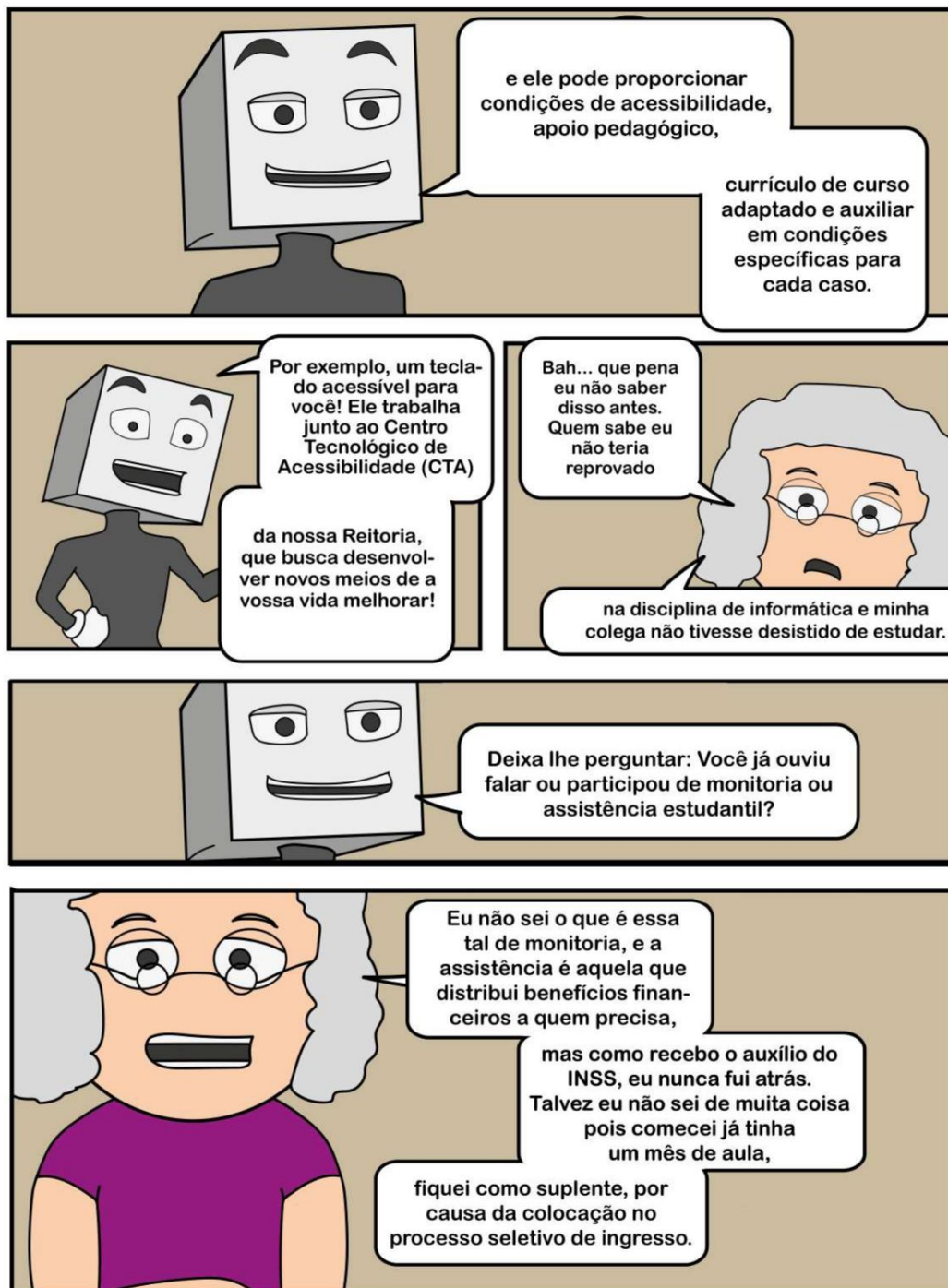


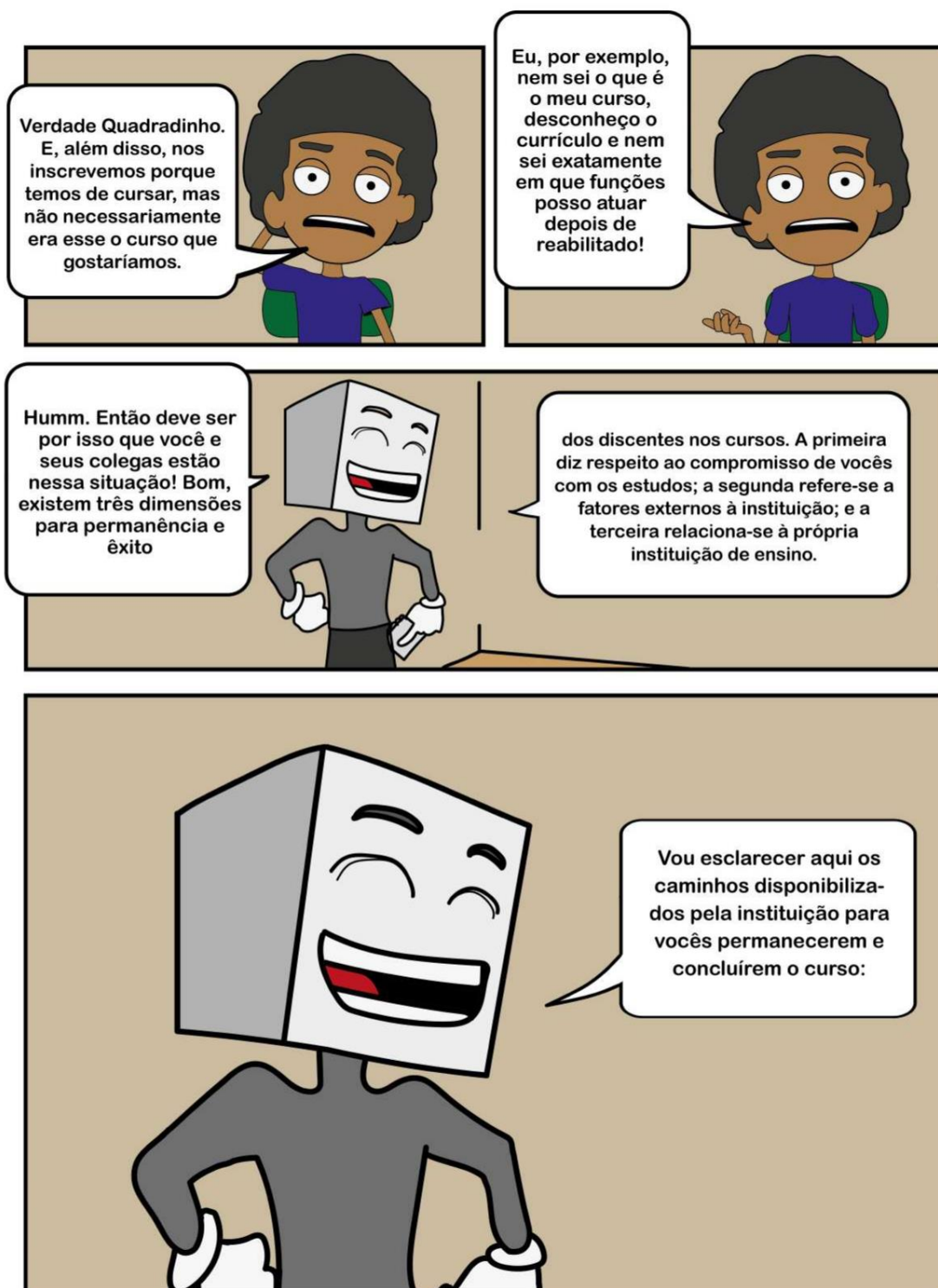


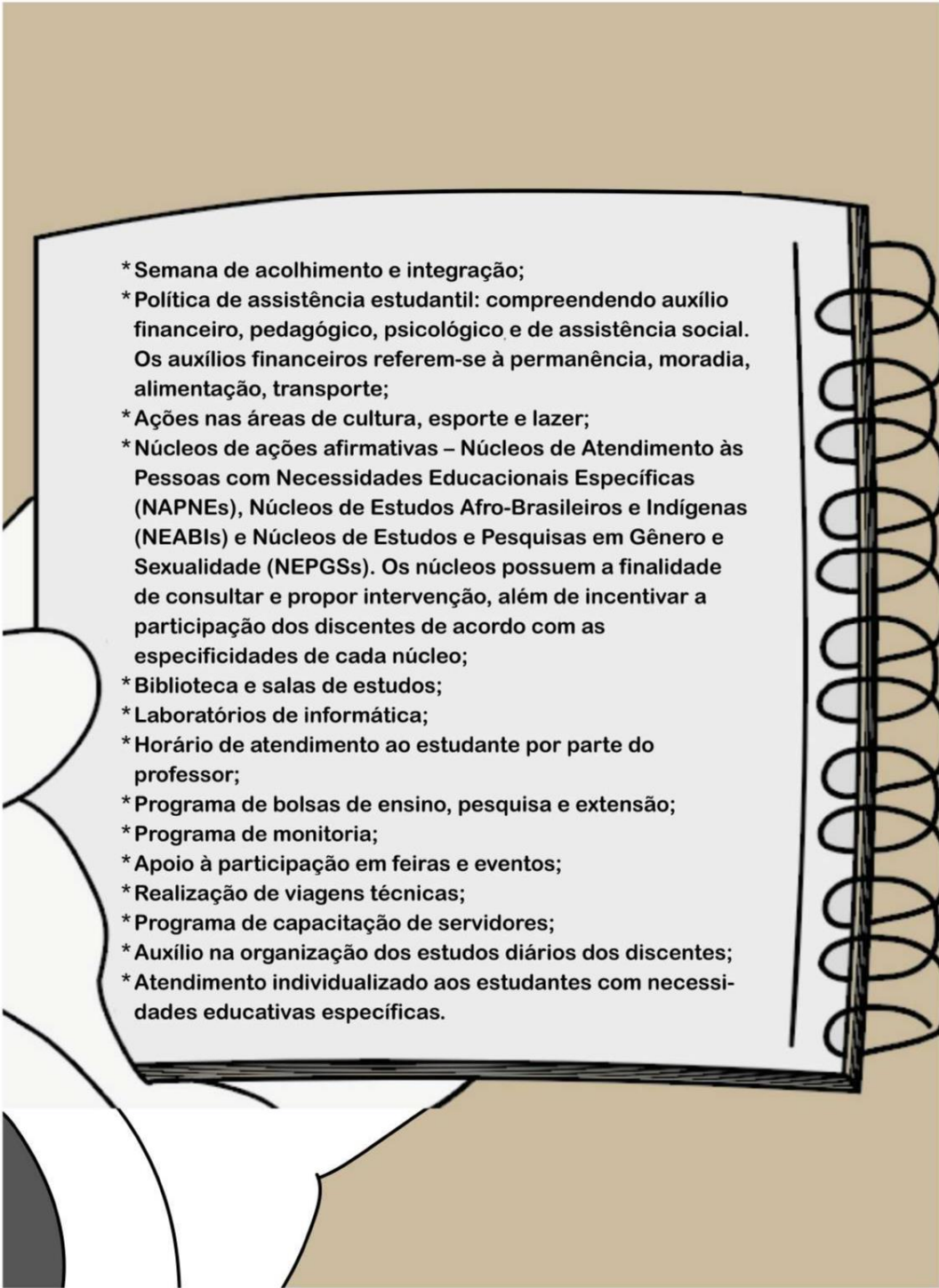


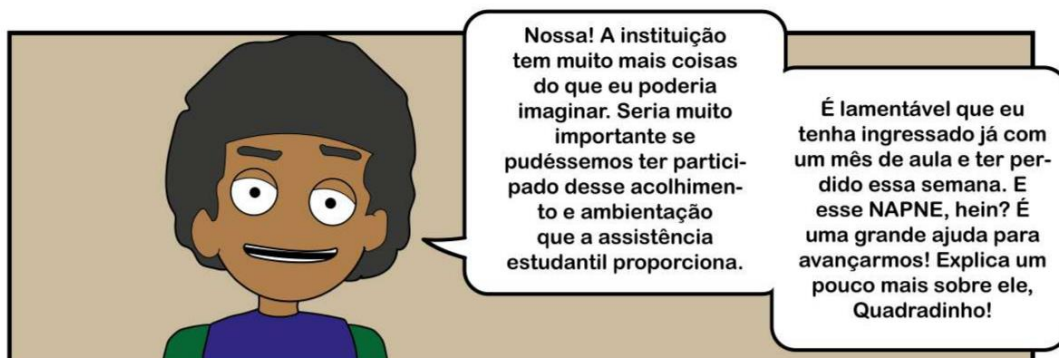


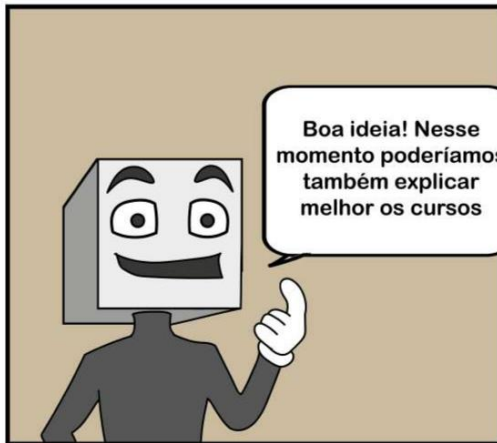
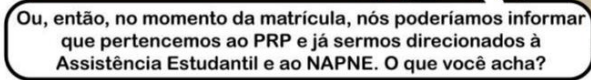
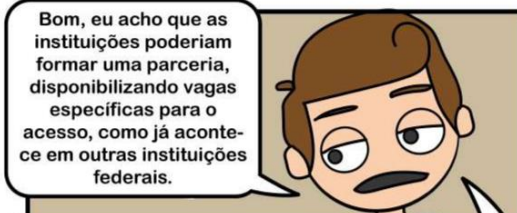


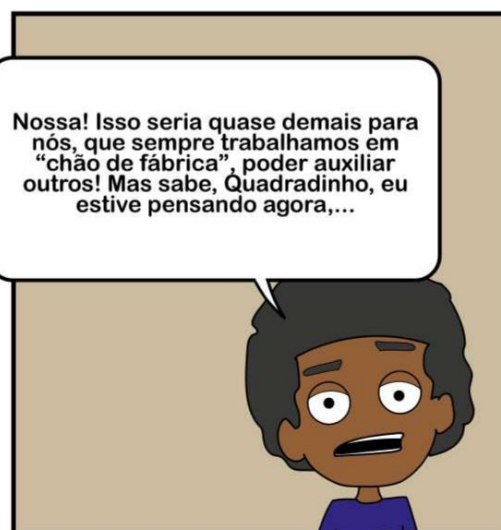


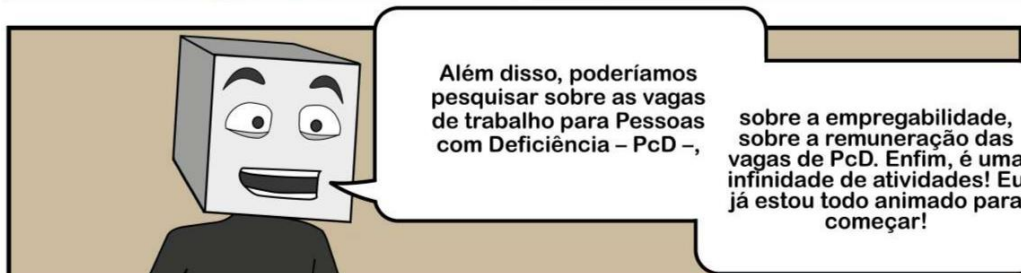


- 
- * Semana de acolhimento e integração;
 - * Política de assistência estudantil: compreendendo auxílio financeiro, pedagógico, psicológico e de assistência social. Os auxílios financeiros referem-se à permanência, moradia, alimentação, transporte;
 - * Ações nas áreas de cultura, esporte e lazer;
 - * Núcleos de ações afirmativas – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs). Os núcleos possuem a finalidade de consultar e propor intervenção, além de incentivar a participação dos discentes de acordo com as especificidades de cada núcleo;
 - * Biblioteca e salas de estudos;
 - * Laboratórios de informática;
 - * Horário de atendimento ao estudante por parte do professor;
 - * Programa de bolsas de ensino, pesquisa e extensão;
 - * Programa de monitoria;
 - * Apoio à participação em feiras e eventos;
 - * Realização de viagens técnicas;
 - * Programa de capacitação de servidores;
 - * Auxílio na organização dos estudos diários dos discentes;
 - * Atendimento individualizado aos estudantes com necessidades educativas específicas.



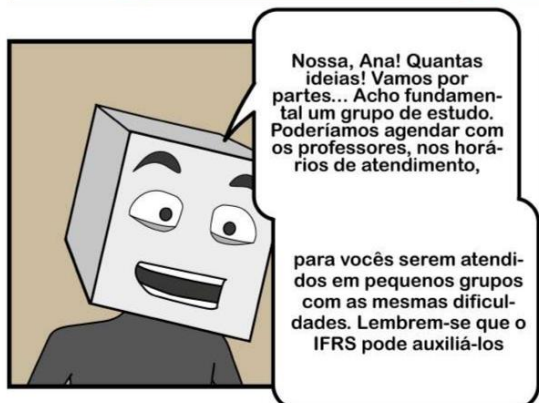


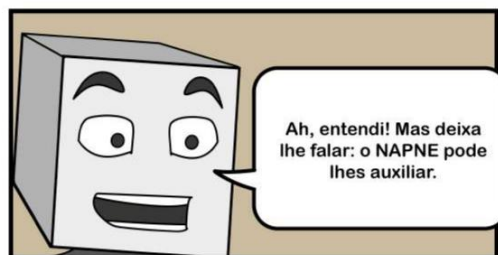


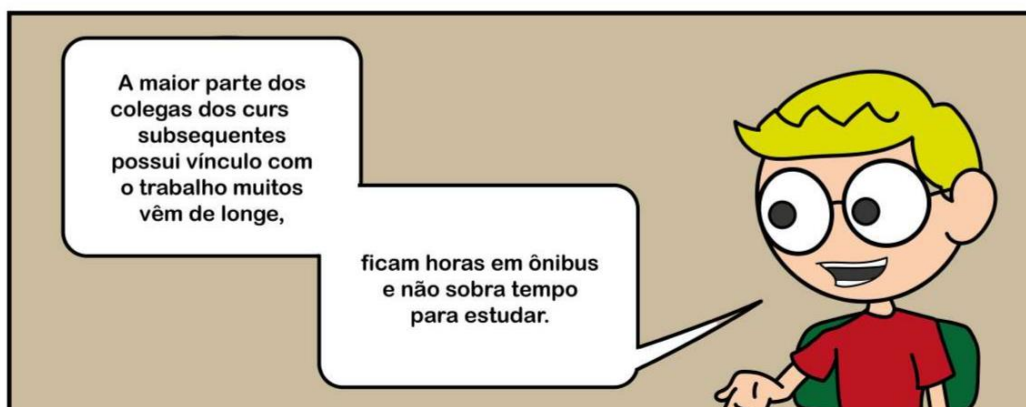
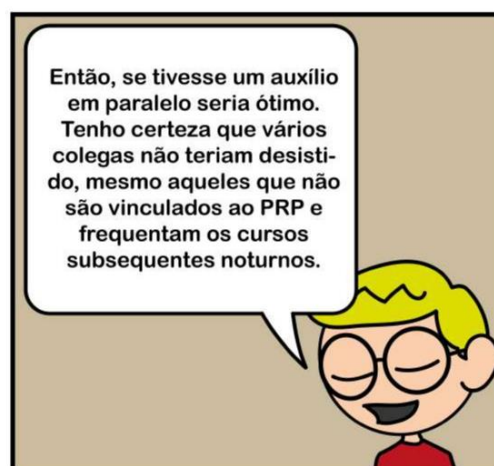
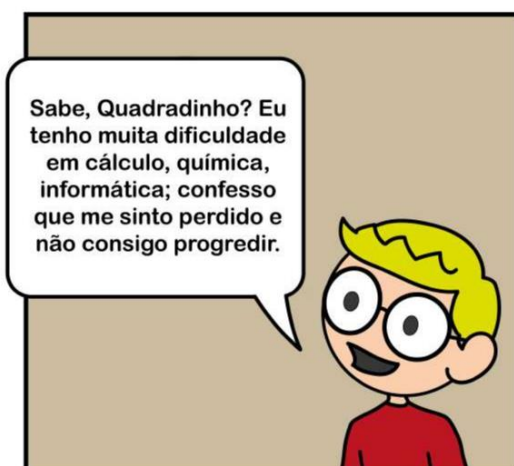




de Paulo Freire, precisamos que o oprimido desconstrua a opressão para se libertar e se emancipar. É a voz de vocês que pode reconstruir a trajetória e transformar o trabalho em um sentido positivo! Sempre contando com o IF, claro!













- Parceria entre os entes federativos (IFRS E INSS);
- Ingresso diferenciado, com vagas específicas para os segurados do INSS;
- Atendimento dos núcleos de ações afirmativas;
- Encontro para relatos de experiências, com apresentação de depoimentos de colegas que já concluíram o PRP;
- Acesso às monitorias;
- Aulas expositivas e dialogadas, com exemplos do mundo do trabalho e, em especial, aos segurados do INSS, como fator de inclusão social;
- Projetos de extensão com foco no trabalho e educação voltados a outros colegas do PRP e sobre as vagas PcD, com a participação dos discentes do PRP;
- Grupos de estudos;
- Atendimento do professor a grupos com dificuldades semelhantes, no sentido de superá-las;
- Auxílio da assistência estudantil na organização e encaminhamentos educacionais;
- Acompanhamento das coordenações de curso;
- Auxílio na saída exitosa para o mundo do trabalho por meio do NAPNE;
- Orientação sobre o ingresso nos cursos pelas vagas PcD.



Direção-geral
Email: gabinete@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7505

Direção de Ensino
Email: dde@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7530

Coordenação de Ensino
Email: ensino@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7530

Coordenação de Assistência Estudantil
Email: assistencia.estudantil@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7522

Coordenação de Registros Acadêmicos
Email: registros.academicos@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7533

Coordenação de Extensão
Email: extensao@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7506

Coordenação de Pesquisa
Email: pesquisa@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7512

Setor Pedagógico
Email: pedagogico@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7511

Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
Email: napne@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7536

Biblioteca
Email: biblioteca@erechim.ifrs.edu.br
Telefone: 3321 7517

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-89, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwKndNNtTfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, a. 9, v. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 25 fev. 2022.

OLIVEIRA, Hênio Delfino Ferreira de. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Revista Eixo**, Brasília, v. 10, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/809/549/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SUSZEK, Ivan José. Acesso, permanência e êxito dos segurados do Programa de Reabilitação Profissional do INSS em cursos técnicos do IFRS Campus Erechim. 2023. 157 f. **Dissertação**. Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Roteiro – questionário discentes regulares

Você está sendo convidado a participar deste questionário, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual busca identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao programa de reabilitação profissional do INSS?

1. Qual o ano de seu nascimento?
2. Indique seu gênero: () masculino () feminino () outro
3. Qual a cidade em que você reside?
4. Em que ano que você concluiu o ensino médio?
5. Você teve contato com outros cursos e ou formação após a conclusão do ensino médio?
6. Qual a sua profissão de origem?
7. Qual a sua afinidade com os meios digitais?
8. Você prefere o estudo presencial ou remoto? Qual o motivo?
9. Você possui um local adequado para os estudos em sua casa?
10. Como está sendo o acompanhamento do curso durante a pandemia? Fique à vontade se quiser relatar alguma situação.
11. Em relação ao desenvolvimento do curso, como você considera o seu desenvolvimento diante do curso?
12. Você tem contato com o coordenador de curso? Sabe o seu papel no curso e junto aos estudantes? Sabe como acessá-lo em caso de dificuldade ou informação?
13. Em que pontos você tem mais dificuldades? Em caso de dificuldades, a quem você recorre?
14. Você já pensou em desistir do curso? Em caso positivo, quais são os principais motivos?
15. Quais elementos você destacaria para obter sucesso e concluir o curso?

Roteiro de questionário – Coordenação de Registros Acadêmicos

Você está sendo convidado a responder este questionário, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes do IFRS Campus Erechim. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual busca-se identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao programa de reabilitação profissional do INSS?

1. Conte-nos um pouco sobre como é o funcionamento do setor de Registros Acadêmicos?
2. Em meio as funções da Coordenação de Registros Acadêmicos há conhecimento de discentes que possuem vínculo com o programa de reabilitação profissional do INSS? Em caso afirmativo, quais são os encaminhamentos demandados?
3. Em caso afirmativo, como se dá o processo de matrícula dos discentes que frequentam os cursos técnicos subsequentes e possuem vínculo com o INSS? Eles ocupam vagas universais ou vagas específicas (PCD, cotistas)? No sistema de matrícula, há algum campo específico para colocar observações e/ou direcionar para um atendimento diferenciado?
4. A Coordenação de Registros Acadêmicos possui alguma relação com a coordenação do Programa de Reabilitação Profissional do INSS?
5. Na sua opinião, há necessidade de estreitar os laços de comunicação entre os responsáveis pelo programa de reabilitação e a instituição de ensino? Em caso positivo, em que sentido?
6. Quais sugestões você teria para a permanência e o sucesso dos estudantes que entram no IFRS/Campus Erechim com vínculo no Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

Roteiro de questionário – Coordenador INSS

Você está sendo convidado a responder este questionário, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes do IFRS Campus Erechim. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual busca-se identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

1. Conte um pouco sobre o Programa de Reabilitação Profissional, quais são os documentos que orientam esse programa?
2. Como funciona a coordenação do Programa de Reabilitação Profissional?
3. Como o INSS seleciona a instituição e os cursos que são indicados para os beneficiários cursarem?
4. Qual é a relação da coordenação do Programa de Reabilitação Profissional com a instituição de ensino? Há parceria?
5. Existe acompanhamento durante o período de reabilitação? Se sim, como é feito o acompanhamento?
6. O que acontece quando um beneficiário desiste de estudar?
7. Você considera oportuno a instituição ter vagas específicas para os discentes do Processo de Reabilitação Profissional?
9. Na sua opinião, há necessidade de estreitar os laços de comunicação entre os responsáveis pelo programa de reabilitação e a instituição de ensino? Em caso positivo, como poderia ser feito este estreitamento?
10. Há outras instituições envolvidas no programa de reabilitação profissional? Em caso afirmativo como é a relação com essas instituições?
11. Como você avalia a participação do IFRS/Campus Erechim na Reabilitação Profissional?
12. Discorra sobre sugestões e possíveis avanços que o IFRS poderia realizar para a permanência e o sucesso dos estudantes encaminhados?

Roteiro de questionário – Coordenação de Assistência Estudantil

Você está sendo convidado a responder este questionário, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes do IFRS Campus Erechim. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual busca-se identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

1. Qual a principal atuação da Assistência Estudantil junto aos cursos técnicos de nível médio subsequente?
2. Como é a forma de comunicação para com os discentes do IFRS Campus Erechim?
3. Como se dá a demanda de acompanhamentos específicos de discentes do IFRS Campus Erechim?
4. Você possui conhecimento do ingresso de discentes com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS junto aos cursos técnicos subsequentes de nível médio do Campus Erechim?
5. Em caso afirmativo, existe algum encaminhamento diferenciado de atendimento em relação a estes discentes?
6. Na condição de coordenador da Assistência Estudantil, você tem conhecimento dos níveis de retenção e evasão dos discentes com vínculo ao programa de reabilitação profissional do INSS? Se sim, quais os encaminhamentos?
7. Na sua opinião, quais medidas institucionais poderiam ser implementadas para a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos do Programa do INSS de Reabilitação Profissional?

Roteiro de entrevista – discentes regulares

Você está sendo convidado a participar desta entrevista, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

1. Conte um pouco sobre você para que eu possa conhecer seu contexto de vida.
2. Como é a sua família?
3. Profissão dos pais e irmãos? Eles estudaram? Até que nível de ensino?
4. E a sua família mais ampliada. Primos, tios, avós? Eles moram aqui na região também?
5. Como você era na escola? O que lembra?
6. Qual a sua experiência profissional?
7. Como chegou à escolha deste curso? Tinha outras opções em mente?
8. Como é a relação com o INSS para a escolha destes cursos?
9. Por que esta instituição?
10. O que você já sabia sobre o curso?
11. Você tinha apoio familiar e de amigos (ou outras pessoas importantes) a esta escolha?
12. Como foi a questão de matrícula, ingresso?
13. Como foi sua adaptação à instituição e ao curso?
14. Como você se sente frequentando o Instituto Federal?
15. Você conhece a assistência estudantil do IFRS Campus Erechim? Em que pontos você acha que pode precisar da assistência?
16. Como você descreve a sua satisfação em relação ao curso? Era o que você queria ou esperava?
17. Quais os desafios e/ou dificuldades que você está encontrando em sua trajetória escolar da instituição?
18. Como é seu engajamento em atividades extraclasse?
19. A quem você recorre quando tem dificuldades?
20. Quais as expectativas após concluir o curso?
21. Como e onde você imagina a sua atuação profissional?

Roteiro de entrevista - discentes evadidos

Você está sendo convidado a participar desta entrevista, que visa desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes. Trata-se de uma pesquisa realizada no contexto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRS. Sua participação é fundamental para a pesquisa que estamos desenvolvendo, na qual busca identificar: quais são as causas e os efeitos da retenção e/ou evasão de discentes que ingressam nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim, via processo seletivo, com vínculo ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

1. Qual o curso que você frequentava no IFRS?
2. Como você descreve a sua satisfação/insatisfação em relação ao curso?
3. Era o que você queria ou esperava?
4. Antes de você frequentar o IFRS onde você estudava?
5. Durante o curso, você foi atendido por algum programa de assistência estudantil? Se sim, qual? Seu problema foi resolvido?
6. Você enfrentou algum tipo de dificuldade para frequentar as aulas? Quais foram?
7. Você chegou a utilizar os horários de atendimento ao estudante?
8. Você tinha conhecimento da existência de bolsas de ensino, pesquisa ou extensão? Chegou a utilizar esta prerrogativa institucional?
9. Você tem conhecimento do programa de monitores que auxiliam na superação das dificuldades sobre as disciplinas?
10. Em relação ao coordenador de curso, você chegou a dialogar com ele sobre algum ou alguns temas específicos? Quais?
11. Em relação a sua decisão de evasão do curso, quais os pontos que mais impactaram? Se foram motivos decorrentes da instituição, quais foram? Se foi por motivos externos à instituição, quais foram?
12. Teve alguém da instituição que lhe procurou para que você mudasse de ideia e ou conversou contigo sobre o porquê da sua desistência? Alguém fora da instituição?
13. Com relação ao processo de ingresso no curso o que você teria a nos relatar?
14. Considerando a necessidade de reabilitação profissional, o que você teria a nos relatar em relação a esse processo de retorno às salas de aulas para adaptar-se a uma nova profissão?

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

1. O PE exposto por meio da História em Quadrinhos “Diálogo sobre os caminhos para o acesso, permanência e êxito dos segurados do INSS”, na sua opinião, pode contribuir no acesso, permanência e êxito de futuros discentes vinculados ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS?

- () Discordo totalmente;
- () Discordo;
- () Indiferente (ou neutro);
- () Concordo e;
- () Concordo totalmente.

2. No que se refere à estética e ao aspecto visual, o Produto Educacional é:

- () Excelente
- () Muito bom
- () Bom
- () Razoável
- () Ruim
- () Não sei.

3. No quesito clareza de ideias e estilo de escrita, o Produto Educacional facilita a leitura e o entendimento pelos usuários?

- () Discordo totalmente;
- () Discordo;
- () Indiferente (ou neutro);
- () Concordo e;
- () Concordo totalmente.

4. Em relação ao encadeamento de ideias do Produto Educacional, como você considera?
- Excelente
 - Muito bom
 - Bom
 - Razoável
 - Ruim
 - Não sei.
5. A proposta didática do PE é fundamental os para novos discentes do IFRS com vínculo ao PRP do INSS?
- Discordo totalmente;
 - Discordo;
 - Indiferente (ou neutro);
 - Concordo e;
 - Concordo totalmente.
6. Aponte sugestões que podem contribuir com o PE “Diálogo sobre os caminhos para o acesso, permanência e êxito dos segurados do INSS?”

ANEXO A – CERTIFICADO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

CERTIFICADO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Gerência Executiva _____/ APS

1. Certifico, para os fins de direito, e em cumprimento ao art. 92 da lei nº 8.213 de 24/07/91 e ao art. 140, do RPS (Decreto no 3.048, de 06/05/99), que o(a) segurado(a) _____, CPF _____ concluiu com êxito o Programa de Reabilitação Profissional do INSS em _____, estando reabilitado(a) para o exercício da função: _____, devendo ser respeitadas as restrições verificadas em perícia médica: _____.
2. Em conformidade ainda com os dispositivos legais supracitados, informamos que:
 - I – o (a) segurado (a) não estará impedido (a) de exercer outra atividade para a qual se julgue capacitado (a); e
 - II – a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas (art. 93 da lei 8213/91).

_____, ____ de _____ de _____

ASSINATURA DO SERVIDOR, CARGO e MATRÍCULA

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS DISCENTES DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFRS CAMPUS ERECHIM, COM VÍNCULO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS”. Este projeto está vinculado ao Programa de Mestrado Profissional e Tecnológico (ProfEPT). Nessa pesquisa pretendemos desenvolver estratégias institucionais para permanência e êxito dos discentes nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim com vínculo no programa de reabilitação profissional do INSS.

A pesquisa será feita no IFRS Campus Erechim, através de questionário estruturado e entrevista semiestruturada em relação à permanência e êxito, que poderá ser gravada e/ou filmada, após sua autorização. Para a coleta de dados será feita a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, enviados por e-mail e posteriormente tabulados via Google Forms.

=====

Fui alertado (a) quanto aos possíveis riscos ou danos ao (à) participante, esses são considerados mínimos e inerentes ao preenchimento cotidiano de questionários e entrevistas online, tais como: tomar o tempo do indivíduo, provocar cansaço, gerar desconforto, causar um sentimento de insegurança quanto à opção de resposta que melhor reflete sua opinião diante de afirmativas relacionadas a motivações, percepções e comportamentos. Sendo assim, o (a) participante poderá desistir do preenchimento do questionário e da entrevista a qualquer momento sem penalidade alguma.

Caso isso ocorra, serei encaminhado (a) a assistência estudantil do Campus Erechim que conta com apoio psicológico a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera entender os fatos que levam a retenção e a evasão nos cursos técnicos de nível médio subsequente do IFRS Campus Erechim

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;

- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação nesse estudo;
- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo;
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, aceito participar da pesquisa intitulada: "PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS DISCENTES DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFRS CAMPUS ERECHIM, COM VÍNCULO AO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS". Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Autorização para uso de imagem/voz

Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz para fins específicos de divulgação dos resultados da pesquisa, sendo seu uso restrito a análise do conteúdo e tabulação dos dados pelo pesquisador. Fui informado que serão tomadas todas as medidas possíveis para preservar o anonimato e a minha privacidade.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do (a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

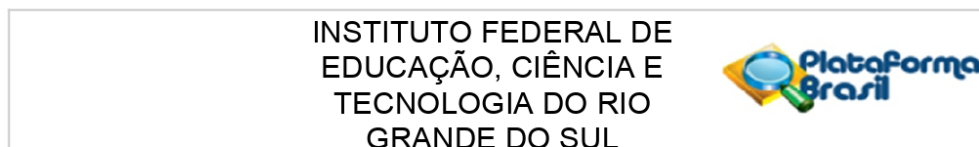
Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador(a) principal: _____

Telefone para contato: _____

E-mail para contato: _____

ANEXO C – APROVAÇÃO DO CEP

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM OLHAR EM RELAÇÃO AOS DISCENTES DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFRS CAMPUS ERECHIM, COM VÍNCULO AO PROCESSO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS.

Pesquisador: IVAN JOSE SUSZEK

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52849721.2.0000.8024

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.072.920

Apresentação do Projeto:

A Educação Profissional e Tecnológica teve um grande avanço a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2008. No entanto, ainda há muito a estudar e melhorar nos processos de permanência e êxito dos estudantes que incorporam o dia a dia destas instituições. Nesta pesquisa será feita uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória com relação aos objetivos. Os procedimentos aproximam-se da pesquisa de estudo de caso e contará com a complementaridade de dados quantitativos disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha e na Coordenação de Registros Acadêmicos do IFRS Campus Erechim. Nesse sentido, o trabalho pesquisado será sobre permanência e êxito dos discentes que ingressam via processo seletivo e que têm um viés de reabilitação profissional demandado pelo INSS nos cursos técnicos subsequentes de nível médio do IFRS Campus Erechim. Busca-se saber quais as causas e efeitos da evasão e retenção dos referidos discentes, que entram nos cursos técnicos subsequentes do IFRS Campus Erechim via processo seletivo de ingresso com o vínculo de reabilitação profissional condicionada pelo INSS. Este estudo será desenvolvido com um olhar sobre esse trabalhador incapacitado para a atividade anterior, suas condições e aspectos específicos, tendo em vista que a readaptação profissional visa a reinserção ao mundo do trabalho. Assim busca-se criar estratégias organizacionais para permanência e êxito destes discentes, possibilitando também que neste processo de reabilitação, aliado à educação profissional, haja a possibilidade de um olhar diferente

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.072.920

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1845471.pdf	25/10/2021 23:11:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoIvan.docx	25/10/2021 23:09:26	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	CurriculumVitaIvan.doc	25/10/2021 23:06:09	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Declaração de concordância	AutorizacaoINSS.pdf	25/10/2021 23:04:41	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoAssinada.pdf	25/10/2021 23:03:53	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro6.docx	25/10/2021 22:58:34	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro5.docx	25/10/2021 22:57:10	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro4.docx	25/10/2021 22:56:17	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro3.docx	25/10/2021 22:55:22	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro2.docx	25/10/2021 22:54:39	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro1.docx	25/10/2021 22:53:35	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MAIORES.docx	25/10/2021 22:50:36	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	25/10/2021 22:47:07	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_IFRS.pdf	21/10/2021 14:33:38	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.072.920

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1845471.pdf	25/10/2021 23:11:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoIvan.docx	25/10/2021 23:09:26	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	CurriculumVitaIvan.doc	25/10/2021 23:06:09	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Declaração de concordância	AutorizacaoINSS.pdf	25/10/2021 23:04:41	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoAssinada.pdf	25/10/2021 23:03:53	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro6.docx	25/10/2021 22:58:34	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro5.docx	25/10/2021 22:57:10	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro4.docx	25/10/2021 22:56:17	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro3.docx	25/10/2021 22:55:22	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro2.docx	25/10/2021 22:54:39	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Outros	Roteiro1.docx	25/10/2021 22:53:35	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MAIORES.docx	25/10/2021 22:50:36	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	25/10/2021 22:47:07	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_IFRS.pdf	21/10/2021 14:33:38	IVAN JOSE SUSZEK	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.072.920

BENTO GONCALVES, 30 de Outubro de 2021

Assinado por:
CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br